



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS(UFG)
FACULDADE EM EDUCAÇÃO(FE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO(PPGE)

IVONE XAVIER MENDES

**Memórias necessárias:
narrativas e histórias de mulheres negras quilombolas do
município de Monte Alegre de Goiás**

GOIÂNIA – 2023



UFG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

IVONE XAVIER MENDES

3. Título do trabalho

Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;

- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **IVONE XAVIER MENDES, Discente**, em 19/05/2023, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inacia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 19/05/2023, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3763685** e o código CRC **842E701A**.

Referência: Processo nº 23070.004539/2023-12

SEI nº 3763685

IVONE XAVIER MENDES

**Memórias necessárias:
narrativas e histórias de mulheres negras quilombolas do
município de Monte Alegre de Goiás**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Cultura e Processos Educacionais.

Orientador(a): Professora doutora Amone Inácia Alves

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mendes, Ivone Xavier

Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás [manuscrito] / Ivone Xavier Mendes. - 2023.

CLXVIII, 168 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Amone Inácia Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas.

1. Mulheres negras. 2. Comunidade Kalunga. 3. Memórias. 4. lideranças. 5. Desigualdades. I. Alves, Amone Inácia , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 17 da sessão de Defesa de Dissertação de **IVONE XAVIER MENDES** que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e vinte e três (31/03/2023), a partir da(s) 14:00, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/fdi-czoc-wka>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Profª. Drª. **Amone Inácia Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em Educação pela UFG, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Profª. Drª. **Silvia Rosa Silva Zanolla (PPGE/FE/UFG)**, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP - integrante titular interna e Profª. Drª. **Priscilla de Andrade Silva Ximenes (FE/UFG)**, doutora em Educação pela UFU - integrante titular externa. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela Profª. Drª. Amone Inácia Alves, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos integrantes da Banca Examinadora, aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três.

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Amone Inácia Alves

Profª. Drª. Silvia Rosa Silva Zanolla

Profª. Drª. Priscilla de Andrade Silva Ximenes

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Amone Inácia Alves, Professora do Magistério Superior**, em 03/04/2023, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvia Rosa Da Silva Zanolla, Professora do Magistério Superior**, em 10/04/2023, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla De Andrade Silva Ximenes, Professora do Magistério Superior**, em 17/05/2023, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3642683** e o código CRC **2EB7EFD5**.

Referência: Processo nº 23070.004539/2023-12

SEI nº 3642683

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

1. Professora doutora Priscila de Andrade Silva Ximenes
2. Professora doutora Sílvia Rosa da Silva Zanolla
3. Professora doutora Solange Martins Oliveira Magalhães

Dedicação

Dedico a presente dissertação a minha família, nas pessoas de meus pais, **João Teixeira Mendes** e **Ana Xavier Mendes**, as minhas irmãs, **Ivonete Xavier Mendes** (*in memoriam*) e **Andréia Xavier Mendes**, aos meus sobrinhos, **Erik Mendes da Silva**, **Júlia Mendes da Silva** e **Anna Laura Teixeira Mendes**, e ao meu esposo **Valdirom da Costa Madureira** pelo carinho, incentivo e apoio.

Tudo o que move é sagrado!

No percurso da construção deste estudo, uma nova vida surge!

Dedico a ela que ainda se faz semente, mas que já se faz **vida sagrada!**

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido força na minha caminhada.

A minha orientadora **Amone Inácia Alves**, pelos ensinamentos incalculáveis para a construção desta dissertação.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, especialmente aqueles a quem tive a honra de ser aluna, pelos ensinamentos e contribuições durante o curso.

A professora **Solange Martins Oliveira Magalhães**, um exemplo de mulher e profissional que fez e faz a diferença na vida de várias pessoas, ressaltando que mesmo aposentada, não mede esforços para contribuir para com a educação. Gratidão pelo acolhimento, ensinamento e incentivo durante todo o meu percurso de mestrado.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFG, em especial a Maria Lúcia Rodrigues, pelo incentivo ensinamentos e carinho.

Aos colegas de trabalho do CEPI Antônio José de Oliveira pelo companheirismo e incentivo.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado.

Aos amigos que fiz nesse novo caminhar.

As mulheres negras quilombolas que fizeram parte do meu trabalho.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Sumário

INTRODUÇÃO	18
1 HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS, LUTAS E CONQUISTAS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL	23
1.1 TRAJETÓRIAS E CONQUISTAS DE FIGURAS FEMININAS NEGRAS QUE LUTAM CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS, RACIAIS E DE GÊNERO NO BRASIL	32
1.2 A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO FEMININO NA LUTA CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS, RACIAIS E DE GÊNERO NOS QUILOMBOS	42
2 AS DIVERSAS FORMAS DE EDUCAR, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS	46
2.1 O PROCESSO SOCIAL DE MULHERES NEGRAS NOS QUILOMBOS: MOVIMENTOS SOCIAIS, SUA RESISTÊNCIA E LUTA PELA LIBERDADE.....	49
2.2 PRECONCEITO, A DESIGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO NO PROCESSO SOCIAL DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS	57
2.3 A QUESTÃO DE GÊNERO COMO EXPRESSÃO DA DESIGUALDADE NO PROCESSO SOCIAL DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS.....	63
3. METODOLOGIA DA PESQUISA, O PAPEL DA MEMÓRIA – HISTÓRIAS E SIGNIFICADOS	73
3.1 A FUNÇÃO EPISTEMOLÓGICA E IDEOLÓGICA DA PESQUISA HISTÓRICA.....	77
4 BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE KALUNGA, MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS: LOCUS DA PESQUISA.....	82
4.1 MULHERES QUILOMBOLAS: SUJEITOS DESTA PESQUISA	88
4.1.1 <i>Procópio dos Santos Rosa</i>	89
4.1.2 <i>Lourdes Fernandes de Souza</i>	93
4.1.3 <i>Quita Souza Ribeiro</i>	96
4.1.4 <i>Maria Helena Serafia</i>	97
4.2 O CONTEXTO DAS ENTREVISTAS.....	99
5 MEMÓRIAS VIVAS DAS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS: APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS ...	101
5.1 CATEGORIA LUTA E RESISTÊNCIA	103
5.1.1 <i>Ser mulher negra Kalunga</i>	105
5.1.2 <i>Ser mulher negra Kalunga</i>	106
5.1.3 <i>Processos de Lutas</i>	110
5.1.4 <i>Infâncias</i>	112
5.1.5 <i>Casamento/ Maternidade</i>	113
5.2 CATEGORIA LIDERANÇA DA MULHER KALUNGA.....	115
5.2.1 <i>Valorização da cultura</i>	118

5.2.2. Educação não formal.....	121
5.2.3. Ensino da cultura para as crianças.....	122
5.2.4. Desigualdade de gênero	125
5.2.5. Desigualdade racial	127
5.2.6. A fé, a religiosidade e a amorosidade.....	129
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	150

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das Comunidades quilombolas de 2020.....	29
Figura 2: Mapa de localização Das Comunidades Quilombolas-Kalunga.....	83
Figura 3: Mapa de localização do município de Monte Alegre de Goiás.....	84
Figura 4: Linha do tempo de Procópio dos Santos Rosa.....	90
Figura 5: Resumo da Linha do tempo de Lourdes Fernandes de Souza.....	94
Figura 6: Resumo da linha do tempo de Quita Souza Ribeiro.....	96
Figura 7: Resumo da linha do tempo de Maria Helena Serafim Rodrigues.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro: Breve perfil das mulheres entrevistadas.....	103
Quadro 2: Categoria luta e resistência.....	104
Quadro 3: Ser mulher negra e kalunga.....	106
Quadro 4: Origens.....	106
Quadro 5: Processos de lutas.....	111
Quadro 6: Infância.....	112
Quadro 7: Casamento e maternidade.....	114
Quadro 8: Liderança da mulher kalunga.....	116
Quadro 9: Liderança	118
Quadro 10: Valorização da cultura	119
Quadro 11: Educação não-formal	122
Quadro 12: Ensino da cultura para as crianças	123
Quadro 13: Desigualdade de gênero	126
Quadro 14: Desigualdade racial	128
Quadro 15: Fé, religiosidade e amorosidade.....	134

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Curso de maquiagem.....	44
Imagem 2: Oficina de artesanato.....	44
Imagem 3: Lourdes, Procópia, Quita e Maria Helena.....	88
Imagem 4: Confirmação da dona Procópia no V COPENECO.....	92
Imagem 5: Recebimento do título de Doutora Honoris Causa.....	93
Imagem 6: Museu Iaiá Procópia.....	108
Imagem 7: Folder Museu Iaiá Procópia.....	108
Imagem 8: Roda de fiar.....	109
Imagem 9: Tear manual.....	110
Imagem 10: Oficina confecção de instrumentos da cultura Kalunga.....	124
Imagem 11: Momento cultural.....	124
Imagem 12: Convite da festa de Nossa Senhora Aparecida.....	130
Imagem 13: Preparação da comida para a festa.....	131
Imagem 14: Minutos antes da reza com a dona Procópia.....	133

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Então, partimos das seguintes questões: O que pode ser registrado como memória viva das mulheres remanescentes do quilombo? Como descrevem seus desafios e quais estratégias de enfrentamento desenvolvem quando estão em posição de lideranças? É importante frisar que esta pesquisa assume como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e protagonismo de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças na comunidade Kalunga, situado no município de Monte Alegre de Goiás. Os objetivos específicos são: 1) Pesquisar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres negras quilombolas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás; 2) Registrar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres empoderadas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás. Metodologicamente, a pesquisa ancora-se na história de vida de quatro mulheres negras da comunidade Kalunga: *Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim Rodrigues*, escolhidas pelo reconhecimento, por serem símbolos de resistências, lutas e perseveranças na militância pelos direitos e equidade no quilombo. Portanto, nas lutas por direitos, igualdade, equidade, e emancipação dos sujeitos remanescentes de quilombos. Esta pesquisa será fundamentada com vários autores, dentre eles), Baiocchi (1984), Carneiro (2003 e 2011); Davis (2016 e 2017), Evaristo (2010), Fernandes (2010), Geledés (2010), Gohn (2006 e 2011), Gonzalez (1982, 1994 e 2020), Priore (1993, 2000 e 2011).

Palavras-chave: Mulheres negras. Comunidade Kalunga. Memórias. lideranças. Lutas. Desigualdades.

ABSTRACT

This research has as its theme “Necessary Memories: Narratives and Stories of Black Quilombola Women in the Municipality of Monte Alegre de Goiás”. So, we start from the following questions: What can be registered as living memory of the remaining women of the quilombo? How do you describe your challenges and what coping strategies do you develop when you are in a leadership position? It is important to emphasize that this research assumes the general objective of identifying and understanding the strategies of resistance and protagonism of black quilombola women who are in a position of leadership in the Kalunga community, located in the municipality of Monte Alegre de Goiás. The specific objectives are: 1) Research the memories related to the struggles, conquests, resistances and yearnings of black quilombola women who fight for equity in the remaining quilombo community, in the municipality of Monte Alegre de Goiás; 2) Record the memories related to the struggles, achievements, resistance and desires of empowered women who fight for equity in the remaining quilombo community, in the municipality of Monte Alegre de Goiás. Methodologically, the research is anchored in the life stories of four black women from the Kalunga community: Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita Souza Ribeiro and Maria Helena Serafim Rodrigues, chosen for recognition, for being symbols of resistance, struggles and perseverance in militancy for rights and equity in the quilombo. Therefore, in the fights for rights, equality, equity, and emancipation of the remaining subjects of quilombos. This research will be grounded with several authors, among them), Baiocchi (1984), Carneiro (2003 and 2011); Davis (2016 and 2017), Evaristo (2010), Fernandes (2010), Geledés (2010), Gohn (2006 and 2011), Gonzalez (1982, 1994 and 2020), Priore (1993, 2000 and 2011).

Keywords: Black women. Kalunga Community. Memories. leaderships. Fights. Inequalities.

INTRODUÇÃO

Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimentam na sociedade. (DAVIS, 1981).

A história das mulheres brasileiras negras é marcada por violências, silenciamentos, invisibilidades, lutas, antagonismos e resistências, desde o período de escravidão (LOBO; SILVA, 2015) e, atualmente as mulheres negras vivem em constante luta por sua “verdadeira liberdade e dignidade”, que aos poucos vêm conquistando espaço através dos movimentos sociais. Elas têm buscado incansavelmente trazer à tona as condições relegadas a seu gênero e a sua raça na sociedade brasileira se articulando em coletivos como forma de resistência e de enfrentamento político em prol do reconhecimento de suas demandas, conquista de direitos e de igualdade.

No mesmo sentido, Nunes (2018) e Ribeiro (2022) afirmam que, mesmo com as mudanças na sociedade e no processo de desenvolvimento brasileiro ocorridos nos finais do século XIX e início do XX, com a alteração do regime político para o regime republicano, período do fim da escravidão, alteraram-se as estruturas sociais, mas as mudanças não trouxeram o fim das reminiscências do patriarcado¹ e seus aspectos, como o racismo e a desigualdade de gênero.

Nesse sentido, algumas mulheres se destacam no âmbito da luta e do enfrentamento das questões que rondam a mulher brasileira negra, e isso justifica assumir o **tema** dessa pesquisa: “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”, município que compõe² o Sítio Histórico Kalunga³.

¹Lemos (2013) define o Patriarcado como uma forma de organização social, onde as relações são regidas por dois princípios básicos: O primeiro é que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens, já o segundo, os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos.

² Segundo Taveira (2013), o Sítio histórico Kalunga está localizado na Chapada dos Veadeiros, no Nordeste do Estado de Goiás, é composto pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina. Está situado em uma área de aproximadamente 253.000 hectares, a 560 km de Goiânia-GO e 350 km de Brasília-DF, entre serras, vãos e montanhas.

³ “[...] é uma área de preservação Kalunga, criada em 21 de janeiro de 1991, por força da referida Lei nº 11.409, tem como objetivo resguardar e preservar estas terras de invasões de grileiros,

As mulheres negras quilombolas escolhidas para fazerem parte deste trabalho são ativas na comunidade, e têm grande importância para a comunidade Kalunga, pois não medem esforços para lutar pela liberdade e pela dignidade do seu povo, deixando um verdadeiro legado repleto de histórias de conquistas e de superações. Neste viés, percebe-se que o registro de suas histórias de vida não pode ficar apenas nas memórias, pois essas podem se perder ao longo do tempo, se não for registrada.

A meu ver, essas memórias têm muito a ensinar sobre modos de vida, fé e relação comunitária, o que, sem dúvida, ampliará e ressignificará a imagem e a percepção do que é “Ser uma mulher Kalunga”. Afinal, a violência, a discriminação e as desigualdades não foram capazes de calar essas mulheres. Diante disso, percebe-se que é necessário promover ações voltadas para o fortalecimento e para o incentivo do protagonismo das mulheres remanescentes de quilombos, por isso a opção pelo nosso recorte de pesquisa que é do grupo situado no município de Monte Alegre de Goiás, Goiás. E como desdobramento da referida problemática foram formuladas as seguintes questões norteadoras: *O que pode ser registrado como memória viva das mulheres remanescentes do quilombo? - Como descrevem seus desafios e quais estratégias de enfrentamento desenvolvem quando estão em posição de lideranças?*

É importante frisar que esta pesquisa assume como objetivo geral de identificar e compreender as estratégias de resistências e o protagonismo de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças na comunidade Kalunga, situado no município de Monte Alegre de Goiás.

Metodologicamente, a pesquisa ancora-se na história de vida ⁴ de quatro mulheres negras da comunidade Kalunga: Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim Rodrigues. Elas foram escolhidas pelo reconhecimento, por serem símbolos de resistências, de lutas e de perseveranças na militância pelos direitos e pela equidade no quilombo. Portanto, os objetivos específicos da pesquisa buscam entender a trajetória de vida dessas

compreende os Vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda e Ribeirão dos Bois, nos municípios de Monte Alegre, Teresina e Cavalcante no Estado de Goiás” (ROSA, 2013, p.13).

⁴ Abreu (2004) defende que a história de vida, foca-se em fatos que um sujeito vive ou vivenciou, não buscando uma necessária fidedignidade total dos fatos, pois o maior interesse, nessas histórias de vida, são os pontos de vista dos envolvidos. O propósito é justamente a compreensão dos relatos interpretados pelo autor, os relatos passados, tendem a se tornar mais exigentes no presente.

mulheres quilombolas, por seu protagonismo nas lutas por direitos, pela igualdade, pela equidade, e emancipação dos sujeitos remanescentes de quilombos.

É importante salientar que sou mulher, negra, professora, nasci e cresci vendo as lutas das mulheres remanescentes de quilombos, presenciando, por exemplo, a rotina daquelas que iam até a minha cidade para vender farinha, porque era o que custeava a sobrevivência de suas famílias. Desde criança admirava aquelas mulheres, e ainda trago em minha memória várias lembranças que se entrelaçavam com a curiosidade de saber de onde vinha tanta força. Embaixo de um sol escaldante, lá vinham elas com um saco enorme na cabeça, algumas ainda carregavam um bebê, e com o suor escorrendo pelos rostos batiam de porta em porta, perguntando com voz forte: “Quer comprar farinha minha dona?”. Muito cedo eu entendi que aquelas mulheres trabalhavam valentemente percorrendo toda a cidade, sem esmorecer.

No último ano de graduação no curso de Licenciatura plena em Letras-português/inglês, em 2006, tive a oportunidade de conhecer a comunidade Kalunga, em que realizei a pesquisa campo para fazer o TCC. O tema foi “As variações linguísticas do povo Kalunga”. Ao concluir o curso passei em um processo seletivo para trabalhar como professora naquela comunidade, onde permaneci por seis anos.

Em janeiro de 2007, tive o prazer de conviver com várias mulheres dotadas de saberes culturais imensuráveis, como rezas, cantigas de rodas, danças, ervas medicinais, bolos, doces e outros. Mesmo sendo portadoras de tantos conhecimentos, percebia que muitas delas não reconheciam suas histórias de vida como valorosas, e se julgavam insignificantes. Por certo, naquela época eu já entendia que esse sentimento de insignificância poderia ser o resultado da exclusão social e da opressão dos negros, o que ocorre neste país desde o período colonial, alterando em poucos aspectos atualmente.

Reporto a Barbosa (2008) que afirmou que a mulher quilombola ainda sofre uma relação de opressão vinda da combinação articulada por sexo, pela raça, e pela classe social, definida pelo preconceito e pela falta de oportunidades. Sua luta pelo reconhecimento vem de uma trajetória de desigualdades, em que as mulheres e suas ancestrais foram submetidas ao longo dos anos em nosso país.

Por meio do mestrado, essas lembranças e esses apontamentos voltaram a “bailar na minha mente”. Dessa forma escolhi aprofundar o conhecimento por meio da pesquisa, assumindo como foco: mulheres negras que, historicamente, têm suas

histórias de vida apagadas. É meu desejo contribuir para trazer visibilidade social aquelas mulheres, por meio da valorização de suas memórias. A entrada no mestrado PPGE/FE/UFG fortaleceu essa ideia, e ampliou o desejo de dar voz as mulheres negras quilombolas, pois as vejo como protagonistas da própria história da comunidade.

Em suma, esta pesquisa tentou recuperar memórias das mulheres negras quilombolas, consideradas como guardiãs das vivências e das experiências no quilombo. No processo, almejou-se identificar e dialogar sobre as desigualdades e as discriminações que essas mulheres quilombolas identificam e que estão submetidas, devido à sua condição de vulnerabilidade, o que também engloba os aspectos de classe, de gênero e de raça.

Outro fator que reforçou a escolha do tema e os objetivos da pesquisa foi a participação de um grupo de mulheres denominado “Libertas Mulier”, que visa o despertar e o empoderamento de mulheres. A partir das discussões dos textos propostos, dos estudos e das discussões do grupo, fui percebendo o quanto a mulher é um ser forte e tem um grande poder de transformação, mas precisa de um despertar.

O grupo ““Libertas Mulier” fortaleceu e ajudou-me a olhar as mulheres a partir de uma nova ótica, bem com reconhecer quando elas estavam empoderadas e assumindo os rumos de suas vidas, de suas famílias e até de sua comunidade. Mais fortalecida, minhas questões como mulher negra, professora de escola pública, que também vive em opressão social, adquiri forças para relatar a vida das mulheres remanescentes de quilombos.

Trabalhei com autoras negras no excerto de cada texto, para reforçar a ideia de que há muito tempo as mulheres negras são lembradas somente no contexto da escravidão e não da arte, sendo que temos grandes artistas negras que se destacam com grandes teorias. Um exemplo disso são os poemas de Evaristo Conceição e de Esmeralda Ribeiro, que retratam bem a luta e a trajetória da figura feminina negra no Brasil, além disso, incentivam o protagonismo feminino.

Esta dissertação foi dividida em cinco capítulos, sendo que no primeiro capítulo, intitulado: “Histórias de Resistências, Lutas e Conquistas de Mulheres Negras No Brasil”, fizemos uma breve apresentação sobre as trajetórias e as conquistas de figuras femininas negras que lutam contra as desigualdades sociais, raciais e de

gênero no Brasil. Enfatizei também sobre a importância do protagonismo feminino na luta contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero nos quilombos.

No segundo capítulo, “As diversas formas de educar, os movimentos sociais e o processo de emancipação de mulheres negras quilombolas”, a partir do “mergulho” em referenciais, apresentamos o processo social de mulheres negras nos quilombos: movimentos sociais, sua resistência e sua luta pela liberdade; o preconceito, a desigualdade social e de gênero no processo social de mulheres negras quilombolas; a questão de gênero como expressão da desigualdade no processo social de mulheres negras quilombolas .

No terceiro capítulo, “A Metodologia da Pesquisa, o papel da memória - histórias e ressignificados” apresentamos a função epistemológica e ideológica da pesquisa histórica, o papel da entrevista.

No quarto capítulo, fiz uma breve apresentação da Comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás: “*Locus*” da Pesquisa, como também das mulheres quilombolas pesquisadas.

O quinto capítulo, “Memórias Vivas das Mulheres Negras Quilombolas de Monte Alegre de Goiás: Apresentação das Informações Coletadas” apresentei as memórias e as análises dos dados, compreendendo que as memórias das mulheres quilombolas estão divididas em duas categorias: A primeira como Luta e Resistência, dividida em subcategorias: Ser Mulher Negra Kalunga; Origens; Processos de Lutas, Infâncias e Casamento/ Maternidade. Já a segunda categoria de análise liderança da mulher Kalunga, dividida em sete subcategorias: Liderança; Valorização da Cultura; Educação não formal; Ensino da cultura para as crianças; Desigualdade de gênero; Desigualdade Racial; e por último, Fé; Religiosidade e Amorosidade.

Ao finalizar este trabalho, as considerações finais revelando que estas mulheres ao atuarem como lideranças ultrapassam algumas barreiras da invisibilidade, quebrando as fronteiras de espaços historicamente masculinos, incentivam o protagonismo feminino e encorajam as mulheres a lutarem contra as desigualdades raciais e de gênero. É importante salientar que este trabalho não esgota as possibilidades de investigação sobre tais lideranças, por isso deixo os espaços para novas interpretações, críticas e novas possibilidades de pesquisa.

1. HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIAS, LUTAS E CONQUISTAS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

RESSURGIR DAS CINZAS

Sou forte, sou guerreira,
Tenho nas veias sangue de ancestrais.
Levo a vida num ritmo de poema canção,
Mesmo que haja versos assimétricos,
Mesmo que rabisquem, às vezes,
A poesia do meu ser,
Mesmo assim, tenho este mantra em meu coração: “Nunca me verás caída ao chão.”
[...] Sou guerreira como Luiza Mahin,
Sou inteligente como Lélia Gonzalez, Sou entusiasta como Carolina Maria de Jesus,
Sou contemporânea como Firmina dos Reis
Sou herança de tantas outras ancestrais.
E, com isso, despertem ciúmes daqui e de lá, mesmo com seus falsos poderes tentem me aniquilar, mesmo que aos pés de Ogum coloquem espada da injustiça mesmo assim tenho este mantra em meu coração: Nunca me verás caída ao chão. (RIBEIRO, 1984).

Início este texto apresentando o poema da afro-brasileira Esmeralda Ribeiro, que por meio de uma metáfora de si, transformada em poesia, traz as heranças ancestrais, busca suas forças e seus sentidos para a sua sobrevivência diante dos contextos que lhe são impostos. Além disso, o poema destaca figuras negras femininas como Luiza Mahin, Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, que tiveram destaque na história.

O poema em epígrafe nos ajuda a conferir pela linguagem escrita a possibilidade de junção de realidades dissonantes como principal meio de construção da história das mulheres negras escravizadas no Brasil. Numa tentativa de associar uma dimensão poética em que a singularidade da história nos desautoriza. Porque a lógica excludente do mundo atual, mantém esforço contínuo de exclusão das pessoas negras, definindo a elas a elementos aparentemente incompatíveis entre si que já se faziam presentes no passado da história de nosso país.

Nós, mulheres negras, tecemos uma história que tenta mostrar como ela é cheia de ambiguidades e de contradições, e sentimos “um besouro que se agita no sangue do poente” (BARROS, 2010, p. 310), porque ainda estamos na busca de um novo mundo que ainda tarda no horizonte.

A singularidade de um movimento que ora chama a poesia, ora a linguagem acadêmica crítica nos conduz na aproximação da história das mulheres negras

escravizadas no Brasil. Não há como relatar tudo sobre o tema, mas traçamos um caminho que mostra de que forma elas aparecem na vivência da cultura brasileira, suas representações sociais e culturais, com apoio na literatura porque traz uma linguagem simbólica, e como afirmou Berardinelli (2007, p. 127), essa composição pode ser “claro ou obscuro para alguém, para um público determinado”, em função de suas “competências literárias e expectativas”, mas isso nos aproxima, ao mesmo tempo, de uma história que segue assim com um tanto de lacunas e obscuros, e como a própria poesia, pode até nos direcionar à utopias ou a novos silenciamentos. Sigamos assim, tentando chegar a uma compreensão possível, que de acordo com Giacomini

o estudo do papel social e das condições de vida da mulher escrava parece fundamental para: 1º) Reelaborar a história da escravidão brasileira; 2º) Compreender algumas das raízes históricas da situação atual da mulher negra no Brasil, em particular da mulher trabalhadora e negra. (2013, p.21).

Como diz a música “Heranças Bantos”, composição de Paulo Vaz e de Cissa (1996), “Cada pedaço de chão, cada pedra fincada, um pedaço de mim, o povo negro ajudou a construir o Brasil”. Isso representa o fato que desde o período Colonial do Brasil, nos primórdios do descobrimento - nos anos de 1500, com a chegada das primeiras embarcações portuguesas ao Brasil -, já se encontra relatos do sofrimento das mulheres negras. Antes mesmo de serem embarcadas, eram capturadas nas terras onde viviam no continente africano, para em seguida serem colocadas à força em grandes navios, o que marca o início de atrocidades que só pioraram.

Mattos (2012) relatou que o transporte de negros e de negras era totalmente penoso, pois ambos eram transportados em porões do navio superlotados, apertavam-se para conseguir dormir no chão duro, ficavam acorrentados quase todo o tempo da viagem, sofrendo durante meses de viagem. Além disso, no momento do embarque ou ainda nos barracões, “costumavam ter o corpo marcado a ferro quente com as iniciais ou símbolos dos proprietários”. (MATTOS, 2012, p. 101).

Davis (2016) afirma que as mulheres africanas sofriam outras formas de violência ao longo da travessia dos navios, e para garantir que ficassem tão aterrorizadas a ponto de se sujeitarem passivamente à vontade do escravizador e do novo dono, “eram açoitadas, mutiladas e estupradas” (p. 26).

De acordo com Mattos (p.101), os negros que sobreviviam a travessia, assim que chegavam ao Brasil eram afastados dos familiares, e eram levados em pequenas embarcações até a alfândega, para ser feita uma listagem com dados sobre o carregamento. Assim, os negros eram levados para os estabelecimentos comerciais, local em que eram vendidos.

Isso nos dá uma ideia do como e do porquê muitos negros morriam, não só durante a viagem, mas em razão das péssimas condições em que viajavam e viviam, de início era pela falta de higiene nos porões, por doenças que eram contraídas, pela má alimentação, pelas chibatadas ou pelas surras que levavam nos navios, e por vários outros motivos que os expunham ao sofrimento. Os que morriam durante a longa viagem tinham seus corpos jogados ao mar (MATTOS, 2012), mas aqueles que chegavam nas fazendas ou nos engenhos, além de continuarem escravizados, deveriam manter a sua própria subsistência, cultivando alimentos em um pequeno pedaço de terra fornecido pelo proprietário. No entanto, o cultivo para manutenção de seu próprio sustento só era permitido, após a realização de todas as tarefas em favor de seu senhor, sobrando-lhes pouco tempo para plantarem o seu próprio sustento.

Na realização do trabalho, havia a divisão por sexo, sendo que, enquanto os homens faziam os trabalhos mais pesados como corte de lenha, desmatamentos, perfuração ou escavação de poços, as mulheres eram utilizadas no corte da cana e na produção do açúcar, outras realizavam trabalhos domésticos na casa-grande.

Nas casas-grandes as atividades domésticas eram abundantes, porque as mulheres brancas não participavam dos afazeres domésticos, buscavam, nas senzalas, mulheres negras escravizadas para desenvolver o ofício, não somente na parte de arrumação, limpeza e cozinha, às vezes como companheiras, conselheiras. A “vida colonial apresentava especificidades que reforçavam o papel da mulher como “gestora, companheira e guardiã da casa”. (DEL PRIORE, 1993, p. 66).

Segundo Figueiredo (2008) as escravas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, ama-de-leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras, e mão de obra para todo e qualquer serviço doméstico, enquanto “as negras forras, [...] saíam às ruas vendendo bolo de tabuleiro e o doce feito em casa, algumas tão boas doceiras que conseguiam ganhar dinheiro [...], em proveito das senhoras brancas”. (FREYRE, 1998, p. 454).

Além do trabalho doméstico realizado na casa-grande, a mulher escrava fértil era muito cobiçada, pois ela tinha também a função de reprodutora. Neste viés, Hooks (2020) afirma que o atributo de poder de aumentar o número de escravos de um senhor era levado em conta na precificação da mulher negra, tendo em vista que isso aumentaria o patrimônio de seu dono, e a ainda complementa:

A reprodução era opressora para todas as mulheres negras férteis escravizadas. Subnutridas, sobrecarregadas de trabalho, as mulheres raramente tinham uma condição física que proporcionasse um parto fácil e seguro. Gestações repetidas e sem cuidados apropriados resultavam em vários abortos espontâneos e morte. (p. 77).

As mulheres escravizadas grávidas, ou que tinham tido filho recentemente eram muito valorizadas no mercado de escravos, o que fazia com que a reprodução fosse estimulada por ser rentável para o tráfico. “Aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro”. (DAVIS, 2016, p. 25). É importante frisar que, ser “escrava reprodutora” não significava que essas mulheres eram mães, pois, segundo Davis (p. 25), o direito à maternidade para mulheres escravizadas era algo negado, seus filhos eram também propriedade do colonizador branco, e por ele determinado seus destinos.

Tornar-se mãe para escravas negras era quase impossível, pois a dominação hierarquizava tanto a reprodução quanto a maternidade que lhe era transferida na posição de amas de leite e de cuidadora das crianças brancas. Portanto, o comércio de escravas como amas de leite também se configurou como uma das formas exploratórias estabelecidas em meio às relações escravistas, em que muitas dessas amas eram proibidas de amamentar seus próprios filhos para amamentarem os filhos de mulheres brancas. Isso pode ser confirmado com a afirmação a seguir descrita

do Diário de Pernambuco em 1829: “Vende-se uma escrava parida, da primeira barriga, própria para criar”, ao Jornal do Comércio, da corte, anunciando a meio século mais tarde: “Mucama- Aluga-se escrava Ama-de-leite, parida há um mês e sem filho”. Sem filho porque o bebê havia morrido, deixando todo o seu leite para ser transformado em renda escravista ao senhor de sua mãe. (ALENCASTRO, 1997, p.64).

Como afirmou Alencastro, as negras escravizadas grávidas estavam sujeitas a violências terríveis, como a tortura, a exaustão pelo trabalho — que muitas vezes se estendia até o dia do parto —, um resguardo mínimo, com frequência de apenas três

dias, a possibilidade de separação abrupta dos filhos recém-nascidos. As relações de dominação extirpavam da mulher negra escravizada os cuidados com seus próprios filhos. Era comum que essas crianças fossem “vendidas e enviadas para longe, como bezerros separados das vacas”. (DAVIS, 2016, p. 26).

É importante frisar que durante a gestação, as mulheres escravizadas não gozavam de tratamento diferenciado ou de um acompanhamento adequado. Já que o que interessava aos senhores era a continuação do trabalho produtivo, sem que houvesse distinção entre homens e mulheres. Por essa razão que

não seria descabido identificar na prática do aborto e do infanticídio uma forma de resistência da escrava seja às péssimas condições oferecidas à procriação, seja ainda à inevitável condição escrava que legaria em herança aos filhos. Os infanticídios, vistos sob esse prisma, seriam, sobretudo, a única e trágica forma visualizada pela mãe escrava para livrar seus filhos da escravidão. (GIACOMINI, 1988, p. 26).

Del Priore (2000) afirma que quando as mulheres se tornavam mães precisavam conviver com o medo de perder seu filho, pois ele poderia ser vendido ou ser assassinado. Quando cresciam por perto, elas viam seus filhos serem escravizados e castigados, como os demais, e nada podiam fazer. No caso das meninas, a mãe convivia com as constantes cenas de abuso sexual cometidos contra elas. Ocorria também de as escravas engravidarem de seu senhor. Raras vezes o pai assumia o filho, geralmente quando fosse do sexo masculino, mas, na maioria das vezes, as crianças eram abandonadas à própria sorte, não obstante os “proprietários” os venderiam sem remorso algum.

Del Priore (p.66) enfatiza que, no campo ou na cidade, as escravas que engravidavam poderiam ter por um lado o aborto espontâneo devido à exaustão e, por outro, praticavam o aborto ou o infanticídio na esperança de livrar seus filhos da condição desumana em que viviam. Essas atitudes eram consideradas brutais, monstruosas ou típicas da sua etnia africana, como afirmam os autores:

Não eram raras as acusações contra as escravizadas que matavam seus filhos para impedir que fossem vendidos. É o caso de Geralda, escravizada durante o século XIX. Ela atenta contra o seu filho sob a justificativa desesperada de evitar os castigos que poderiam ser cometidos contra ele. Quando indiciada pelo crime de infanticídio, chega a declarar em juízo que preferia morrer com seu filho, do que se separar dele (GOMES; LAURIANO; SCHWARCZ, 2021, p. 92).

Embora sofrendo acusações e retaliações, percebe-se que as mulheres escravas faziam o aborto ou o infanticídio porque não aguentavam a vida de sofrimentos, e a isso se somava outras atrocidades, como serem exploradas sexualmente do colono privado, como nos explica Davis (2016):

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras (p. 26).

Além de serem usadas como objeto de satisfação dos desejos sexuais dos senhores, as mulheres negras também eram obrigadas a entrarem para a prostituição, e assim contribuir para com o aumento da renda dos senhores, “muitas escravas eram obrigadas a se prostituir para aumentar os lucros de seus proprietários” (DEL PRIORE, 2000, p. 36; SILVA, 2002, p. 249-54, 267). “A mulher negra era levada a se prostituir desde dez, doze anos”. (FREYRE, 1986, p. 464).

A trajetória da mulher negra ainda foi marcada por atos de violência dentro do campo da literatura que ajudou a manter a ideia no imaginário das pessoas, até permitindo (ou aceitando) um ambiente que direcionava a consequências dramáticas como a contaminação por doenças contagiosas pelos senhores das casas-grandes das negras das senzalas, além de outros sofrimentos, pois essas eram entregues “virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres de sífilis das cidades”. (FREYRE, 1986, p. 338).

Diante das condições até aqui relatadas, ou seja, às condições de vidas dos negros escravizados, somadas à insegurança e à muita solidão, os escravos tinham que lidar com formas de perda de identidade cultural e individual que, segundo Cisne (2022), ocorria por terem sido forçados a abandonar sua terra, e assim sua cultura, costumes e hábitos para serem inseridos em um modo de produção exploratório, perdendo não só a liberdade, mas seu nome natural (africano), os laços com sua família (deixada no continente africano) para ter que lidar com a violência da escravidão, só lhes restavam sujeitar-se ou empreender lutas intensas, como marca a história dos negros no Período Colonial.

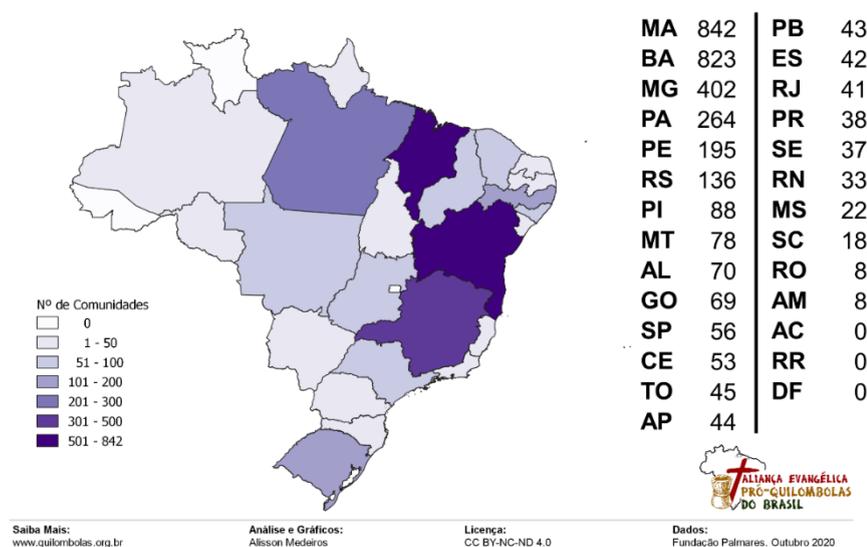
Diante das atrocidades, muitos escravizados e escravizadas promoviam fugas em busca de sua liberdade. Muitas vezes, fugiam com o propósito de negociação por

melhores condições de trabalho, logo suas tentativas e efetivamente as fugas se fortaleciam, como uma forma de lutar pela libertação e pela dignidade, formando o nascedouro dos quilombos como ponto de acolhimento e de refúgio.

Em seu novo dicionário banto, Lopes (2012, p. 135) explica que quilombo significa acampamento, arraial, povoado, união, capital, exército, afirma que quilombo era um “aldeamento de escravos fugidos”. No mesmo sentido, Clóvis Moura (2015, p.24) acrescenta que mesmo na língua banto, essa palavra podia trazer consigo o sentido de “ajuntamento de escravizados fugidos”.

Os quilombos, portanto, são estabelecimentos de negros que escapavam da escravidão a partir da fuga, e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, assim existiram às centenas no Brasil Colonial. A seguir na figura tem-se o mapa indicando a localização dos quilombos no Brasil em 2020.

Figura 1: Mapa das Comunidades quilombolas de 2020
Comunidades Quilombolas Certificadas por Estado - 2020



Fonte: <http://quilombolas.org.br/downloads/> - Acesso em 17 out. 2022.

Historicamente, os quilombos foram uma das maiores expressões de resistência da população negra cativa, capaz de estremecer as estruturas de uma sociedade organizada sob a dominação senhorial, e assim foram crescendo e se desenvolvendo, além de serem “reconhecidos como unidade de resistência física e de preservação cultural, elaborada por um modelo associativo de ajuntamento entre os demais segmentos oprimidos da sociedade, como indígenas, criminosos e fugitivos do serviço militar” (MOURA, 1986 p. 18). Segundo Cisne (2022) os constantes

conflitos oriundos da sociedade escravista patriarcal, aliado ao crescente descontentamento da população escravizada resultaram na insurgência de ações contínuas, contrárias à escravização.

As mulheres cativas também estavam envolvidas na resistência e na luta contra várias formas de recusa a dominação que lhes eram impostas. As ações de resistência iam desde ações individuais e cotidianas, como fugas, abortos, infanticídios e suicídios, até ações mais coletivas como as participações nas rebeliões e na formação de quilombos. Portanto, falar de quilombos é falar de resistência e de luta, por isso é importante enfatizar o papel das mulheres nesse processo que é histórico, tendo em vista que foi construído por ambos os sexos, porém faltam registros da participação feminina, como afirma Barbosa (2008):

Faltam registros. Contudo, indícios permitem supor que a participação feminina tenha sido, na maioria dos quilombos, de extrema importância na manutenção do dia a dia, abastecimento de provisões e, sobretudo, nas preservações de valores culturais e religiosos. (p. 26).

De acordo com Barbosa (p.26) é nítida a garra das mulheres negras no Período Colonial na busca por liberdade e por meios que permitissem a superação da terrível condição imposta pelos dominadores. Um exemplo dessa luta foi a “participação feminina negra na organização ou nos levantes dos grupos de escravizados contra os dominadores portugueses, bem como nas revoltas surgidas nas diferentes regiões do país”. (p. 25). Mas, infelizmente, a participação feminina, embora de suma importância em grande parte dos quilombos brasileiros, não foi registrada, bem como aquelas lutas que travavam silenciosamente contra a violência e também pelos seus direitos, e por isso algumas figuras permanecem invisíveis até hoje.

Seguindo este mesmo pensamento, Gomes (2005) afirma que as mulheres foram figuras importantes para a estruturação de quilombos, assim como na sua organização política e no desenvolvimento de resistências dos mesmos. Elas realizavam as mais diversas atividades, podendo trabalhar nas plantações, no desenvolvimento de atividades produtivas e nos transportes de alimentos, bem como na participação em combates, “tornavam-se ainda, importantes lideranças religiosas, ocupando espaços de destaque como divindades e conselheiras da comunidade”. (p. 82).

É possível identificar distintas mulheres negras que entrelaçaram suas histórias

de vida à História Brasileira, em diferentes estruturas temporais, um exemplo é a **Aqualtune**, uma grande figura feminina que é singular na memória afro-brasileira, tendo em vista que sua vida começa no continente africano, no Congo, no século XVI, porém seu rastro histórico começa no ano de 1665, quando liderou cerca de 10 mil guerreiros congolezes, no que ficou conhecido como “a Batalha de Mbwila”, momento em que sua tribo foi atacada por outra de nome “Wachagas”- há quem diga que o conflito foi provocado pelos portugueses, interessados em cativos para o comércio de escravos. (SANTOS, 2016). O pai de Aqualtune, o rei de Manikongo foi brutalmente assassinado, e teve a cabeça exibida em uma igreja, sua filha foi capturada por forças portuguesas e vendida a senhores de escravizados brasileiros, junto de seus compatriotas.

No Brasil, mais especificamente no Recife, a Aqualtune foi vendida como escrava reprodutora para uma fazenda em Porto Calvo no Pernambuco, em que foi estuprada para dar origem a novos cativos de acordo com os interesses dos senhores de escravos, no entanto, sua força se fez presente mais uma vez, representando a resistência negra em quilombos Brasil, pois ela não perdeu tempo, e junto de outros escravizados lutou pela liberdade, além disso, fugiu da fazenda em que estava aprisionada, assumindo uma posição de liderança no Quilombo dos Palmares. Com o passar dos anos teve um filho conhecido Ganga Zumba. Tempos depois tornou-se avó e seu neto se tornou um dos maiores líderes quilombola, o Zumbi dos Palmares. (MARTINS, 2017).

Conforme a Fundação Palmares (2014), outra figura feminina que teve grande participação no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga (atualmente localizada em Alagoas), no século XVII, foi a **Dandara** quem era além de esposa de Zumbi, pois ela exercia as funções domésticas e rotineiras, mas também se tornou hábil na arte da capoeira, aprendeu a manusear armas, foi uma grande estrategista, teve grande contribuição na resistência de homens e de mulheres negras contra a opressão escravagista que assolou o país, lutou incansavelmente na resistência dos quilombos e pela liberdade de negras e negros escravizados, durante o século XVII, além de desenvolver atividades dedicadas à produção de alimentos, à plantação e à caça, também lutava capoeira, e quando necessário, empunhava armas, liderando as falanges femininas do exército negro no quilombo.

Segundo Barbosa (2008), outra figura que é símbolo da resistência da mulher negra foi a **Teresa de Benguela**, esposa de José Piolho, que chefiava o Quilombo do Piolho ou do Quariterêre, entre o rio Guaporé. Logo após a morte do seu companheiro, ela se tornou a líder do quilombo, no atual estado de Mato Grosso, no Brasil, durante o século XVIII, e sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.

E a luta da mulher negra escravizada continuou, para Nepomuceno (2012), logo após abolição da escravidão, em função da exclusão do homem negro do mercado de trabalho, a mulher negra viu-se obrigada a assumir o papel de mantenedora da família. Para as mulheres negras, esses “novos arranjos familiares” apenas trouxeram visibilidade e legitimidade a uma situação que já era realidade histórica em suas vidas.

Werneck (2012) acredita que com o fim da escravidão e do regime colonial, não significou verdadeiramente o fim da luta das mulheres negras, pois essas assumiram outras frentes de atuação, voltadas para a garantia de participação de negras e negros na sociedade em condições de equidade, e desta forma as estratégias discursivas e as diferentes ações, portanto, traduzem a busca por uma verdadeira transformação social, constituindo as próprias mulheres como agentes políticos que devem mobilizar e agir contra as ameaças, seja dentro dos movimentos sociais ou das esferas nacionais e globais.

É importante salientar que a história do Brasil pós-abolição é marcada por várias transformações societárias significativas como a redemocratização e a aprovação da Constituição Federal de 1988, porém é um país que ainda apresenta desigualdades sociais e raciais, de gênero, dentre outras. Diante disso, iniciou uma forte atuação dos movimentos sociais organizados, dentre eles o movimento feminino negro, em que mulheres negras lutam pelos seus direitos e buscam estratégias coletivas de enfrentamento às desigualdades sociais e raciais.

1.1. Trajetórias e conquistas de figuras femininas negras que lutam contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil

É importante salientar que na maioria das vezes as autoras negras só são lembradas no contexto da escravidão, e não da arte, sendo que temos grandes figuras negras que desempenham vários papéis como teóricas, críticas e ativistas. Hooks (2005) assevera que a subordinação sexista e racista na vida das mulheres negras

obscurece obras das nossas intelectuais, atuando em paralelo aos estereótipos socialmente construídos da mulher só corpo, sem mente. Hooks assevera que

apesar do testemunho histórico de que as negras sempre desempenharam um papel importante como professoras, pensadoras críticas e teóricas culturais na vida negra em particular nas comunidades negras segregadas, muito pouco se escreveu sobre intelectuais negras. Quando a maioria dos negros pensa em grandes mentes quase sempre invoca imagens masculinas. (p. 466).

Vale frisar que várias mulheres negras brasileiras têm lutado, desde a abolição da escravatura até os movimentos pelos direitos nos séculos posteriores, contra as opressões e os diversos tipos de desigualdades existentes no país, porém apresentaremos somente algumas dentre milhares delas que contribuem para com o Brasil. Confessamos que as escolhas não foram fáceis, mas as mulheres foram escolhidas pelo reconhecimento coletivo de suas representatividades em termos de experiências de parte significativa de negras brasileiras que através de suas trajetórias de lutas contribuíram teoricamente dando forma e força ao feminismo negro no Brasil, e que inspiraram e ainda inspiram outras mulheres negras a lutarem contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero. Logo, falaremos um pouquinho das lutas e a trajetória de vida das seguintes figuras femininas negras: **Aparecida Sueli Carneiro Jacoel, Antonieta Barros, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Maria da Conceição Evaristo Brito, Maria Beatriz Nascimento.**

Para dissertar sobre essas mulheres uma das referências que usaremos é um site que apresenta sobre elas e sobre a literatura afrodescendente, o Portal da Literatura Brasileira (Literafro) que “é fruto do trabalho do Grupo de Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira, constituído em 2001 e sediado no Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade – NEIA, da Faculdade de Letras da UFMG” (2021), logo descreve o perfil dessas mulheres que apresentaremos sobre suas vidas, suas obras. Já que o Literafro (2021) tem grande importância em seu trabalho de ser um grupo que

além do Portal, o grupo vem participando, ao longo destas duas décadas, de inúmeras publicações, com destaque para a coleção *Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica* (2ª Reimpr. 2021, 4 vol.) e para os volumes didáticos *Literatura afro-brasileira – 100 autores do século XVIII ao XXI* (2. ed. 2019) e *Literatura afro-brasileira – abordagens na sala de aula* (2. ed., 2019). (QUEM SOMOS)

Dessa maneira, Literafro (2021) descreve sobre Aparecida Sueli Carneiro Jacoel que é uma mulher negra, nasceu em São Paulo em 1950, filha mais velha de José Horácio Carneiro e Eva Alves Carneiro. Esta mulher enfrentou várias dificuldades no ambiente familiar durante a infância e a adolescência, inclusive pelo machismo do seu pai, e isso contribuiu para que ela se tornasse a militante e feminista que é hoje. E que esta mulher guerreira ingressou na faculdade em 1971, no curso de filosofia da Universidade de São Paulo (USP). Ela era a única negra no curso, foi a partir da vivência no ambiente universitário durante a ditadura que Sueli Carneiro começou a se aproximar e a dialogar com o movimento negro e feminista. Sueli também participou como expositora na audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal, em que discursou a favor da implementação das cotas raciais para ingresso no ensino superior das universidades públicas federais. Atualmente, Sueli é uma das mais importantes pesquisadoras sobre feminismo negro do país. Seu nome e história foram relacionados à formulação da política de cotas e à lei antirracismo.

O portal Literafro (2021) afirma que no ano de 1983, o governo Estado de São Paulo criou o Conselho Estadual da Condição Feminina, porém sem alguma negra dentre as trinta e duas componentes. Foi, então, questionado por Sueli Carneiro, dessa forma tempos depois ela liderou um movimento que se engajou na campanha da radialista Marta Arruda pela abertura de espaço no Conselho para este segmento, campanha que logrou êxito.

Aos 30 dias do mês de abril de 1988, Sueli Carneiro juntamente com outras ativistas fundou o “Geledés, Instituto da Mulher Negra”, uma das maiores organizações políticas de mulheres negras contra o racismo e sexismo, além disso fornece assistência jurídica gratuita a vítimas de discriminação racial e violência sexual. Esta organização é definida como uma instituição que luta contra todas as formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania (GELEDÉS, 2018).

O portal (2021) ressalta que em 2009, Sueli Carneiro produziu o estudo “Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência”, como forma de denúncia da hegemonia masculina e branca nas diferentes esferas de poder. A autora não tratava apenas da ausência pela baixa representação, falava sobre aquelas mulheres negras que, mesmo presentes na institucionalidade, foram prejudicadas por questões advindas das discriminações de raça e de gênero. Em 2010, a ativista Sueli Carneiro

participou de um ciclo de debates sobre o acesso da população negra à universidade, e dessa forma ela defendeu as cotas raciais nas universidades brasileiras, além de tempos depois defender a constitucionalidade da Lei de cotas em audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), sendo uma peça fundamental no processo de defesa da medida.

Logo, Carneiro (2002), defende que é necessário resgatar nosso patrimônio libertário e aprender com a experiência do passado, transmitindo-a para as novas gerações:

À beira de um novo milênio, permitimos que intelectuais brancos, racistas, sintam-se à vontade para desqualificar, ridicularizar e ofender a militância negra, sem esboçar uma resposta coletiva, uma reação organizada. A construção de estratégias coletivas de luta é produto de organização política, de liderança reconhecida e legitimada. Nossa responsabilidade histórica é responder aos desafios que estão colocados, através de uma expressão política que represente os anseios do povo negro desse país. Este é um desafio político fundamental para a militância negra no presente (p. 7).

Conforme o portal Literafro (2021) esta saudosa autora foi contemplada com uma série de prêmios e homenagens: Prêmio Bertha Lutz (2003); Menção Honrosa no Prêmio de direitos humanos Franz de Castro Holzwarth; Prêmio Direitos Humanos da República Francesa; Prêmio Benedito Galvão (2014); Prêmio Itaú Cultural 30 Anos (2017); Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020) .

Ademais outra intelectual e ativista do movimento feminino negro que merece destaque é a **Antonieta de Barros**, que de acordo com o portal Literafro (2018), é uma figura negra que destaca no Brasil por sua luta e resiliência, mulher negra que nasceu em julho de 1901, na cidade de Florianópolis, e faleceu no dia 28 de março de 1952, na mesma cidade. Passou por várias dificuldades para conquistar espaços que na época não eram ocupados por mulheres.

Consoante Romão (2021), é possível afirmar que Antonieta de Barros colaborou para diversos jornais, dentre eles “O Elegante”, “República”, “O Estado”, sendo possível encontrar vários textos seus na Hemeroteca digital Catarinense. Escreveu para revistas do Centro Catarinense de Letras, A Pavuna, Vida Ilhoa, Renovação e Ilha Verde.

Romão (2021) destaca que Antonieta atuou como primeira secretária da “Liga do Magistério Catarinense”, e integrou a direção do “Centro Catarinense de Letras”. Tornou-se a primeira deputada negra do Brasil e a primeira mulher deputada

catarinense. No campo da política, essa mulher forte teve a educação sempre em suas pautas, registrando, em diversos jornais locais e nacionais, a defesa da educação pública em Santa Catarina. Além disso, foi educadora e fundadora do Curso Antonieta de Barros, o qual dirigiu até 1952, ano de sua morte.

Outra mulher que destacaremos é a **Carolina Maria de Jesus**, mulher negra nascida em 1914, na cidade de Sacramento em Minas Gerais. Carolina frequentou a escola até o segundo ano do Ensino Fundamental, aprendeu a escrever e a ler, no entanto, vinda de família muito humilde e sem letramento, em sua casa não havia livros que a futura escritora pudesse ler, “muito antes de ser catadora profissional, Carolina catou cadernos e livros no lixo” (SANTOS, 2009, p. 24-26). Muito empolgada com a nova habilidade de leitura, foi quando teve acesso à *Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães.

No perfil de Carolina descrito pelo portal Literafro (2020) relata que Carolina e sua mãe foram acusadas de roubarem, o que levou sua mãe à prisão, onde ficou até que descobrissem que não houve roubo algum. No entanto, o acontecido foi marcante para Carolina, que largou tudo e mudou-se para São Paulo, que passou a morar na favela Canindé, e ali enfrentou vários obstáculos para conquistar seus sonhos.

Ela começou a trabalhar na casa do médico Dr^o. Euryclides de Jesus Zerbini, onde passava suas folgas na biblioteca da casa. Só que um imprevisto aconteceu, ela ficou grávida, e isso a impediu de continuar trabalhando, então começou a catar papelão na rua e outros papéis que davam para registrar o seu cotidiano, “[...] Carolina foi o que os dicionários chamam de grafomaníaca: pessoa com tendência compulsiva, doentia, de fazer registros gráficos, rabiscos e, especialmente, escrever em qualquer superfície ou material imediatamente acessível”. (SANTOS, 2009, p. 24-26).

Carolina começou a escrever diariamente sobre o seu cotidiano na favela, até que um belo dia conheceu o jornalista Audálio Dantas que foi à favela do Canindé para fazer uma matéria, em que seu objetivo era falar sobre a favela, quando teve acesso aos papéis de diário de Carolina, percebeu que já tinha tudo e muito mais do que falar sobre a localidade. A partir de então, o jornalista encantado com a capacidade dela em si expressar passou a orientá-la na publicação de seus diários. Por volta de 1960, ele a ajudou para publicar seu primeiro e mais famoso

livro. Assim, apesar de Carolina não ter frequentado muito a escola, o conhecimento que adquiriu no pouco tempo que a frequentou foi o suficiente para ajudar a expressar-se enquanto mulher, negra, mãe solteira e moradora de favela, que resultou um belo livro, chamado “Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada”, que mudou a sua vida.

Essa obra relata a dura realidade vivida por ela e seus filhos na favela, como pode ser comprovada no trecho abaixo:

Que suplicio catar papel atualmente! Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso de Vera Eunice nos braços. Tem hora que me revolto. Depois domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo. Refleti: preciso ser tolerante com meus filhos. Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição da mulher sozinha sem um homem no lar (JESUS, 1963, p. 19).

Infelizmente a situação relatada por Carolina em sua obra é uma realidade presente na vida de várias mulheres negras nas favelas brasileiras. Além do livro “Quarto de Despejo”, Carolina escreveu outros, porém não foi tão apreciado quanto o primeiro. Ela não conseguiu administrar sua fortuna, então voltou a pegar papel na rua para sobreviver até sua morte em 1977.

Santos (2009), em seu livro intitulado “Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável”, assevera que foi na literatura que a autora encontrou refúgio, veja o trecho abaixo:

[...] à literatura cabe nos recordar, todo o tempo, que somos humanos. O seu exercício tem o dom de nos fazer humanos, o que não é pouco. E, como não poderemos ser mais que humanos, o destino da literatura é trágico: ela lutará sempre contra as tentativas de nos desumanizar [...] Carolina Maria de Jesus, neste sentido, foi autêntica escritora; ficam pequenos diante dela os que a menosprezaram ou a tomaram somente como fenômeno de mídia. Honrou – para usar a expressão convencional – o ofício de escritor (p. 24-26).

O portal Literafro (2020) assevera que Carolina, uma figura que apresenta uma imagem determinada e uma força tremenda, ela se tornou uma referência de mulher negra brasileira. Sua imagem vem se formando como um ícone de superação por sua história, origem e percurso, que vem impulsionando diversas mulheres negras a lutarem por seus direitos.

Outra mulher negra que mostrarei um pouco da sua trajetória de vida é a **Lélia Gonzalez**, tendo em vista que dedicou sua vida à luta das mulheres negras no Brasil, além de ser considerada, atualmente, um dos grandes nomes do movimento negro no país. Segundo Ratts e Rios (2010), ela nasceu na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, em fevereiro de 1935, filha de um operário e de uma empregada doméstica. O sobrenome Gonzalez foi herdado do espanhol Luiz Carlos Gonzalez, com quem se casou no final da década de 1960.

Um fato que mudou a vida de Lélia foi devido a ter se casado com Luiz Carlos Gonzales, um homem branco de origem espanhola, que ao assumir seu matrimônio com Lélia ocasionou uma série de conflitos com sua família a qual esperava que ele se cassasse com alguém do seu “status social”. Após a pressão desse acontecimento, somado a questões de caráter psicológico, seu esposo cometeu suicídio. A partir de então, como forma de homenagem a seu esposo falecido que tanto lhe apoiou em sua busca identitária, ela optou por manter o seu nome de casada. “Eu fui casada com um homem branco, de origem espanhola, que dava todo apoio à questão racial [...]” (GONZALEZ, 2020, p. 322). Esse acontecimento de fato suscitou Lélia Gonzalez a começar a estudar suas origens:

A partir daí fui transar meu povo mesmo, ou seja, fui transar candomblé, macumba essas coisas que eu achava que eram primitivas. Manifestações culturais que eu, afinal de contas, com uma formação de filosofia, transando uma formação cultural ocidental tão sofisticada, claro que não podia olhar como coisas importantes. Mas enfim, voltei às origens busquei as minhas raízes (1994, p. 384).

O portal Literafro (2020) relata que Lélia Gonzales é graduada em história e em filosofia, foi professora na rede pública de ensino, e ministrou aula de Antropologia e Cultura Popular Brasileira na PUC-RJ, contribuiu para com o movimento feminino negro. Ela fez parte do Instituto de Pesquisa das culturas negras (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras. É autora das obras Festas populares no Brasil, premiado na feira de Frankfurt, e Lugar de negro. Criou o conceito de Amefricanidade que trata da questão fundante da América e do Caribe a partir da África.

O portal Literafro (2020) defende que atualmente Lélia Gonzales é uma das principais referências para diversos movimentos sociais, especialmente antirracistas e feministas. É considerada uma das principais intelectuais brasileiras, é um símbolo

para o feminismo negro no Brasil. E tem ganhado cada vez mais notoriedade fora do nosso país. Estando sempre a frente das lutas sociais, foi também uma das responsáveis pela constituição do Movimento Negro Unificado no Brasil em 1979. Serviu como porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar a participação das mulheres no próprio Movimento Negro Unificado e evidenciou o racismo que impedia a inserção das mulheres negras no movimento de mulheres.

Lélia Gonzales morreu em 10 de junho de 1994, deixando várias obras e um legado, uma mulher que denunciou o racismo presente no movimento de mulheres e o sexismo dentro do Movimento Negro Unificado. Ela nos ensina a lutar pelos nossos direitos, conhecer e valorizar nossas raízes.

Outra mulher intelectual e militante que darei ênfase é a **Maria Beatriz Nascimento** (1942-1995). Ela nasceu em Aracaju, estado do Sergipe, e se mudou com a família ainda criança para o Rio de Janeiro. Filha da dona de casa, Rubina Pereira do Nascimento e Francisco Xavier do Nascimento, um pedreiro.

Segundo Hatts (2006), Beatriz Nascimento mudou para o Rio Janeiro em 1950 com sua família, onde passou o resto da infância no bairro Cordovil. Durante a infância, ajudava sua família no cultivo de alface, de maxixe, de jiló, de banana e de outros gêneros alimentícios que eram cultivados no quintal de casa, e vendidos para o sustento da família.

A intelectual ingressa no curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 1968, concluindo a graduação em 1971. Participou ativamente do movimento negro, durante a década de 1970, que era perseguido e fiscalizado pelos órgãos repressores da ditadura militar. Em 1974, participou da criação do Grupo de Trabalho André Rebouças na Universidade Federal Fluminense, grupo o qual foi coordenadora.

Literafro (2021) relata que Beatriz Nascimento escreve diversos fatos vivenciados por ela em lugares públicos, em brincadeiras de infância, trazendo questionamentos como a questão da perda de si, a introjeção do branqueamento e a ideia das máscaras. Ela buscou abordar em suas obras a condição da mulher negra na sociedade brasileira, partindo sempre de questões que a perpassavam, como o lugar e o corpo da mulher negra. Em diversos textos, tanto acadêmicos quanto poéticos, ela expressa seu feminismo, trazendo a ideia do corpo da mulher enquanto lugar sagrado pelo dom da reprodução e enquanto símbolo de força e resistência.

Nascimento escreveu vários textos, poemas, roteiros, ensaios e estudos teóricos, dentre os quais se destaca: “Por uma história do homem negro” (1974). Em seus trabalhos, a autora contribui para a problematização de estereótipos e naturalizações da negritude no imaginário social brasileiro. Influenciada por essa vertente ela passa a defender um olhar diferenciado sobre o negro, passando a usar o conceito de subjetividades para tratar de suas especificidades: “Sinto-me sempre escrevendo de mim, mas esse mim contém muitos outros, então escrevo de um coletivo sobre e para essa coletivização” (2018, p. 420). Nascimento coloca-se como objeto de sua própria análise, ressaltando a necessidade de serem analisados os conceitos utilizados na relação com o negro.

No ano de 1995, a historiadora foi vítima de feminicídio. Seus trabalhos permanecem como referências fundamentais para o campo das ciências sociais e das humanidades. Em 2021, o geógrafo e antropólogo Alex Ratts (1964) publica a coletânea: *Uma história feita por mãos negras – relações raciais, quilombos e movimentos*, de Beatriz Nascimento, obra na qual estão reunidos alguns dos seus principais textos escritos.

Literafro (2021) defende que ao enfatizar o caráter de resistência político-cultural das organizações e dos espaços de produção da cultura negra, Nascimento contribui de forma significativa nos debates acerca da História e da Antropologia brasileiras, com repercussões significativas no campo das relações raciais. Sendo reconhecida pelo seu belo trabalho, em outubro de 2021 é outorgado a ela o título póstumo de Doutora *honoris causa in memoriam* pela UFRJ.

Ademais, temos a escritora **Maria da Conceição Evaristo Brito**, em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Filha da lavadeira, Joana Josefina Evaristo, e do pedreiro, Aníbal Vitorino (padrasto). Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação: *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense.

Conforme o portal do Literafro (2022), Conceição Evaristo é participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra em nosso país, estreou na literatura em 1990, quando passou a publicar seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*.

Além disso, a escritora tem grande versatilidade de estilos, em que dialoga com a poesia, a ficção e o ensaio. Apesar de colaborar desde o fim dos anos 80 com publicações nos Cadernos Negros, somente em 2003 publicou seu primeiro romance, chamado *Ponciá Vivêncio*.

O Literafro (2022) afirma que, em 2006, Conceição Evaristo publicou seu segundo romance, *Becos da Memória do Romance*, em que trata o protagonismo da ação cabe à figura feminina, símbolo de resistência à pobreza e à discriminação. Já em 2011, publicou *Insubmissas lágrimas de mulheres*, em que mais uma vez, trabalha o universo das relações de gênero num contexto social marcado pelo racismo e pelo sexismo. Em 2014, lançou *Olhos D'água*, livro finalista do Prêmio Jabuti na categoria "Contos e Crônicas". Já em 2016, lança mais um volume de ficção, *Histórias de leves enganos e parecenças*.

Palmeiras e Souza (2008) afirmam que Evaristo é uma escritora afro-brasileira que transita entre os espaços dos movimentos sociais e o ambiente acadêmico, pois consideram que ela escreve a partir de sua identidade de mulher, de brasileira, de negra, de pesquisadora e de militante. Tanto a produção teórica como a literária dão protagonismo às personagens que lutam simultaneamente contra o racismo e o sexismo, marcando sua obra com a reflexão às questões de etnia e de gênero. Em relação a vida acadêmica de Conceição Evaristo, as autoras destacam:

O meio acadêmico tem se constituído em um espaço de diálogo possível, entre a, escritora, e a, pesquisadora, Evaristo. Esse diálogo, que Evaristo consegue estabelecer entre a militância e as pesquisas têm sido apontado como um meio de imprimir maior velocidade e resultados ao processo de emancipação da mulher negra, pois essa interlocução constitui-se no enfrentamento das questões no campo ideológico e no âmbito das práticas sociais. (p.40).

Evaristo (2010) enxerga a literatura como um instrumento de resistência para os descendentes de africanos, e que age em duas frentes diferentes: primeiro como manutenção e difusão da memória tornando-se um lugar de transgressão ao reescrever a história, antes apenas marcada com o selo do colonizador, a segunda forma visa buscar modos de enunciação positivos na descrição do corpo negro, a identidade vai ser afirmada em cantos de louvor e orgulho étnicos, chocando-se com o olhar negativo e com a estereotipia lançados ao mundo e às coisas negras .

Conceição Evaristo ao dar voz a mulher negra no campo literário e acadêmico traz visibilidade, mostra o processo de emancipação da mulher negra, além disso, incentiva e apoia o protagonismo feminino.

1.2. A importância do protagonismo feminino na luta contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero nos quilombos

Costa (2000) assevera que o termo *protagonista* provém do grego “protagonistés”, que significa o agente principal de uma ação, podendo ser esse agente um indivíduo ou um grupo, uma organização ou um movimento social. Borges (2012) aponta que o protagonista é aquele que assume posição de frente diante das situações de interesse pessoal, e também nas ações de interesse coletivo, participando dos processos de diálogo, de execução de ações, e de planos e de negociações. Neste viés, podemos compreender o protagonismo feminino como a capacidade de as mulheres se tornarem agentes principais de suas vidas, participando de movimentos e de discussões, lutando em benefício próprio ou da coletividade. Sen (2010) elucida que as mulheres por muito tempo foram vistas como sujeitos pacientes, porém essa ideia deve ser desconstruída urgentemente, pois elas

já não mais receptoras passivas de auxílio para melhorar seu bem-estar, as mulheres são vistas cada vez mais, tanto pelos homens como por elas próprias, como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem transformar a vida das mulheres e dos homens (p. 246).

A luta e o incentivo do protagonismo feminino negro é de suma importância, tendo em vista que ajuda a mulher para ganhar visibilidade e liberdade. As articulações dos movimentos femininos têm contribuído para com o fortalecimento do protagonismo, ampliando os direitos civis e políticos da mulher, efetuando grandes mudanças na sociedade, pois é por meio dessas articulações que se inicia as conquistas das mulheres, sendo elas: o direito e o acesso à educação, a busca pela igualdade e pela liberdade.

É importante salientar que a Universidade Federal de Goiás (UFG), tem contribuído significativamente com a valorização dos povos quilombolas, tendo em vista que esta instituição tem vários trabalhos com essa temática publicados no banco de teses e dissertações. Além disso, tem desenvolvido projetos na comunidade Kalunga

incentivando o protagonismo feminino.

Ressalta-se que a Universidade Federal de Goiás (UFG), juntamente com o Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) desenvolveu o projeto “Cerrado e Cultura – a economia social e criativa na reprodução socioeconômica de mulheres quilombolas e camponesas” que tinha como objetivo de estimular o protagonismo feminino em comunidades quilombolas no nordeste de Goiás: Saco Grande, Tinguizal e Riachão (Kalunga – Monte Alegre de Goiás). Vale frisar que o presente projeto teve a duração /execução 24 meses, iniciou em 2021 e finalizou em 2022.

O projeto foi coordenado pelo professor doutor Adriano Rodrigues de Oliveira que priorizou o protagonismo feminino, por meio do apoio à inclusão e ao desenvolvimento local, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades, assim houve trocas de saberes entre as mulheres quilombolas e a Universidade, logo essas trocas de conhecimentos aconteceram através de cursos e de oficinas, somadas ao conhecimento da realidade local das comunidades quilombolas, territórios de intensa luta e politização.

Durante a execução do projeto foi realizado um curso de maquiagem para as mulheres quilombolas, com o intuito de elevar a autoestima, incentivar o protagonismo feminino, além disso, possibilitar a reflexão e a construção de uma autonomia feminina relacionada ao trabalho coletivo e à busca por outras formas de geração de renda, o que auxiliará também no orçamento familiar.

Imagem 1: Curso de maquiagem



Fonte: Blog Dinomar Miranda, 2022.

Um dos objetivos do projeto foi incentivar o fortalecimento da economia local, logo uma das ações foi a produção de artesanato, em que foram confeccionadas diversas peças de crochê, inclusive bolsas, como mostra a imagem a seguir.

Imagem 2: Oficina de artesanato



Fonte: Blog Dinomar Miranda, 2022.

Salienta-se que o protagonismo feminino se faz presente na comunidade quilombola Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, tendo em vista que as

mulheres participam de várias atividades que visam a manutenção do território e a preservação da cultura local. Assim, é possível destacar atividades desempenhadas por essas mulheres, tais como: parteiras, curandeiras, benzedeiros, composição de músicas, artesanatos, lideranças, educadoras e outras.

A história mostra que as mulheres quilombolas são consideradas: “esforçadas, batalhadoras e trabalhadoras” (SANTOS; CHAVES, 2007, p. 50), para garantir a sobrevivência e fortalecer a luta de combate ao preconceito e a exclusão social da população negra e quilombola que enfrentam desafios seculares. As comunidades quilombolas designam um papel social às mulheres negras quilombola em

uma condição social e cultural que tem muito peso nos processos de formação das identidades das mulheres quilombolas, pois o gênero e a raça fazem grande diferença na construção das suas autoimagens. Isto porque as representações sociais de gênero e raça reproduzem preconceitos e estereótipos negativos que são internalizados desde a primeira infância por um tipo de educação, inclusive a escolar, sustentada pelas ideologias do racismo e do patriarcalismo (BASTOS, 2010, p. 02).

Bastos (2010) nos faz compreender que a mulher negra quilombola pode carregar a herança dos preconceitos e dos estereótipos sofridos desde crianças, além de comentários racistas, imposições quanto a preservação de sua cultura, de sua língua e de sua religião, conformando um processo histórico que definiu um padrão agregado a sociedade dominante, em consequência promove a essas mulheres a ficarem em desvantagem, tanto na educação como no trabalho.

A despeito de toda interdição, são as mulheres que enalteceram a herança de origem africana, construindo identidades individuais e coletivas. Por certo, essa história revela a constituição de um processo social de mulheres negras nos quilombos, e isso envolve a importância dos movimentos sociais, sua resistência e sua luta pela liberdade. Tentei seguir contando essa história nas formas de educar.

2. AS DIVERSAS FORMAS DE EDUCAR, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS

A educação formal é imprescindível para a construção do sujeito, porém, não podemos esquecer que existem outros modos e meios de se apreender, de ter consciência de que o conhecimento e o saber circulam por diferentes espaços, por isso faremos as definições dos diferentes tipos de educação, que são: a educação informal, não-formal e formal. Segundo Brandão (1985) há diversos meios para se adquirir novos saberes, desde nossas primeiras relações sociais até as mais complexas, seja dentro de uma comunidade, na família, na igreja, no trabalho, e nos diferentes campos sócio-ocupacionais. E assim, Libâneo afirma:

Na casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações. (...) Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante (LIBÂNEO, 2010, p. 26).

A educação formal é organizada, acontece em local específico, sistematizado, com análise de conteúdo, em outras palavras, é regulada por leis, normas da instituição de ensino. Sendo formal, espera resultados, analisa os dados obtidos a partir dos planejamentos anteriormente realizados, como afirma Brandão:

[...] é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia [...], cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparece a escola, o aluno e o professor [...] (BRANDÃO 1985, p. 26).

Diferentemente da educação formal, a educação não-formal pode acontecer de diversas formas, as experiências que se adquire ao longo da vida, o trabalho e a identificação de potencialidades, compreensão sociopolítica da sociedade e suas organizações, construção da identidade coletiva, uma vez que “na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos” (GOHN, 2006, p. 31).

Ainda seguindo os pensamentos de Gohn, a autora ressalta que a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, as experiências são

compartilhadas de forma coletiva no dia a dia, onde ocorre em ambiente construído coletivamente, segue as normas de referidos grupos e a participação não é obrigatória.

Já a educação informal, Gohn a define como aquela que se adquire a partir das relações sociais, no processo de socialização. Neste caso, aparecem como a figura do educador os pais, os vizinhos, um líder religioso, orientador espiritual, e outros. Compartilhando da mesma ideia, Libâneo defende que:

a educação informal corresponderia a ações e influências exercidas pelo meio, pelo ambiente sociocultural, e que se desenvolve por meio das relações dos indivíduos e grupos com o seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, das quais resultam conhecimentos, experiências, práticas, mas que não estão ligadas especificamente a uma instituição, nem são intencionais e organizadas (LIBÂNEO,2010, p.31).

E diante da importância de todas as modalidades da educação para o ensino e o desenvolvimento do ser humano, porém, entendendo que o ideal é que todas as modalidades da educação podem e devem ser trabalhadas em conjunto, “a articulação da educação formal com a não formal para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.” (Gohn, 2010, p. 53).

Vale frisar que irei trabalhar com a educação não formal, que segundo Brandão esta modalidade da educação é primordial para que o cidadão possa se preparar para enfrentar os desafios e lutar contra as opressões, e as barbáries, “a educação deve ser entendida como um fator de oferta na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social” (LIBÂNEO, 2012, p.133).

A afirmação de Gohn mostra o quão a educação não-formal é importante, principalmente quando se trata de comunidades remanescentes de quilombos, que são repletas de saberes e fazeres tradicionais que devem ser preservados , tendo em vista que este tipo de educação parte de uma intenção social e cidadã, a de preservar os valores, as memórias, as experiências e as identidades de um grupo, pois “ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas e experiências anteriores” (GOHN, 2020, p. 13).

Destaca-se que as memórias e as histórias das mulheres negras quilombolas ganharão espaço no presente, além disso contribuirão para com a educação na comunidade Kalunga, tendo em vista que as mulheres negras quilombolas carregam

em suas trajetórias de vida uma imensidão de histórias e memórias que merecem ser destacadas, pois elas se configuram como espaço que acontece a educação não-formal. Assim, as manifestações culturais se perpetuam de geração em geração por meio da história oral e da memória, configurando-se como espaço de educação não-formal em que os sujeitos se apropriam e nutrem o sentimento de pertencimento junto a manifestação e sua comunidade.

É importante assinalar que a comunidade Kalunga é um espaço de construção de identidade individual e coletiva, é uma prática cultural de representação da realidade e da resolução de conflitos dos atores imersos nesta manifestação que está contida a educação não-formal como produção de conhecimento defendida por Gohn.

Gohn (2011) aponta que a educação não-formal é uma possibilidade de produção de conhecimento que abarca territórios fora das estruturas curriculares da escola, tendo como escopo de trabalho a formação do indivíduo para o mundo, criando canais de aprendizagem que poderão levá-lo a emancipação das formas de pensar e de agir socialmente, aprendendo a fazer leituras próprias do mundo em que vive. Além disso, a mesma autora ressalta que a educação não-formal não visa substituir ou competir com a educação formal, portanto, defende que é preciso agregar ao ensino formal o conteúdo da educação não-formal, como conhecimentos relativos às motivações, à situação social e à origem cultural.

De acordo com Brandão (1985) a educação é o lugar de exercer a prática cultural da diferença, além disso deve ser uma ação cultural transformadora, sempre em todas as dimensões e em direção a um constante processo de humanização, ou seja, uma educação para “transformar”.

A educação é morada da prática cultural da diferença - ela se faz diferenciada para criar saberes e pessoas integradas em culturas e em modos de ser, de pensar, de saber e de viver diferentes, pois este é o caminho da própria comunidade humana. (EaD Freiriana, 2021, p. 49).

Neste viés, acreditamos que a educação não-formal poderá contribuir para com o processo de emancipação e de libertação de mulheres negras quilombolas, tendo em vista que “a educação deve ser entendida como um fator de oferta na luta contra a superação das desigualdades sociais e da exclusão social” (EaD Freiriana, 2021, p. 49). A educação não formal faz parte do processo social dessas

mulheres, tendo em vista que fazem parte desse processo: a resistência, a luta e os movimentos sociais.

2.1. O processo social de mulheres negras nos quilombos: movimentos sociais, sua resistência e luta pela liberdade

DO VELHO AO JOVEM

Na face do velho
as rugas são letras,
palavras escritas na carne,
abecedário do viver.

Na face do jovem
o frescor da pele
e o brilho dos olhos
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas
de ambos,
o velho tempo
funde-se ao novo,
e as falas silenciadas
explodem.

O que os livros escondem,
as palavras ditas libertam.
E não há quem ponha
um ponto final na história
Infinitas são as personagens...
Vovó Kalinda, Tia Mambene,
Primo Sendó, Ya Tapuli,
Menina Meká, Menino Kambi,
Neide do Brás, Cíntia da Lapa,
Piter do Estácio, Cris de Acari,
Mabel do Pelô, Sil de Manaíra,
E também de Santana e de Belô
e mais e mais, outras e outros...

Nos olhos do jovem
também o brilho de muitas histórias.
e não há quem ponha
um ponto final no rap

É preciso eternizar as palavras
da liberdade ainda e agora...
(EVARISTO, *Poemas da recordação e outros movimentos*, 2008, p. 51).

Iniciaremos a explicação a partir do poema “Do velho ao jovem” que enfatiza a questão da tradição oral, e mostra processo social do jovem e do velho, assim a autora mostra a memória histórica a partir das experiências do velho, mesmo não sendo

alfabetizado, que tem o poder e o domínio na fala. E assim, podemos associar esse poema com o processo social das mulheres negras quilombolas que são símbolos de resistência e que se apoiam em movimentos sociais para garantirem suas liberdades e seus direitos. Vale lembrar que o quilombo é formado por muitas pessoas analfabetas, porém apresentam múltiplos letramentos, inclusive o poder da fala, a resiliência e muita sabedoria.

Lage (2013) acredita que no âmbito do marxismo, os movimentos sociais relacionam-se a classe trabalhadora, como nos sindicatos e nos partidos políticos, empenhados em transformar as relações capitalistas de produção. A partir de então, surgiram novos movimentos sociais. Para o autor, a classe trabalhadora consegue mudanças a partir do jogo de ações e de interações sociais, a exemplo do surgimento dos “Novos Movimentos Sociais” que pautam reivindicações tanto de caráter de direitos humanos universais quanto de pautas específicas.

Scherer-Warren (2008), define o movimento social como uma rede de caráter político, e pressupõe a construção de uma identidade coletiva, a definição de adversários ou de opositores e um projeto, num contínuo processo de formação política, resultante das interações das múltiplas articulações acima mencionadas. Para a autora, esse ponto tende a ser o mais complexo, com uma maior politização e orientação, por um objetivo de se transformar o *status quo* de determinados grupos sociais que se vêm em situação de exclusão, de discriminação ou de desigualdade, ou mesmo àqueles que desejam e lutam por mudanças sistêmicas mais amplas.

Segundo Scherer-Warren (2008), a noção de rede de movimento social está sendo bastante utilizada pelos movimentos sociais, pelo qual este é usado como conceito propositivo, para fazer referência a uma estratégia de ação coletiva, com base numa cultura de cooperação, de solidariedade e mais democrática, para um novo modo de organização da sociedade.

Enfatizando a importância dos movimentos sociais, Gohn (2011) assevera que eles são ações sociais coletivas, de caráter sociopolítico e cultural, que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas. Nesse viés, a autora diferencia os três componentes principais. *Primeiro*, acredita que os movimentos sociais são forças sociais organizadas que aglutinam e associam pessoas em torno de causas, de interesses e de objetivos comuns. O *segundo* é que são ações coletivas diretas e indiretas de pressão, de denúncia, de resistência, como

processos sequenciais, com certa continuidade, embora não necessariamente os movimentos tenham formalização ou sejam institucionalizados.

O *terceiro* componente é que a incidência do movimento é, sobretudo, política. Ou seja, ela está no campo das relações de poder na sociedade. Ela diz também que os movimentos sociais buscam influenciar a opinião pública, conquistar a adesão das pessoas e pressionar as instituições, sobretudo o Estado, para o atendimento das suas demandas, ou, então, para transformações sociais mais profundas.

Gohn (p.335) ressalta a importância dos movimentos sociais enquanto fonte de saberes e fazeres de caráter político-social, havendo a necessidade de entendê-los na perspectiva de redes de articulações, uma vez que é por meio destes que a população encontra formas de expressar suas demandas. “Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (p. 336).

Scherer-Warren (2008) defende que os movimentos sociais contemporâneos estão se apropriando dos meios de comunicação, principalmente da internet para a promoção de mobilização de diferentes atores na sociedade, construindo redes interativas como formas de organização e de mobilização, e que essas novas tecnologias de informação impactam de forma direta nas formas de articulação, permitindo aos grupos e às pessoas que têm causas comuns se encontrarem na rede, independente do lugar onde estão.

Os movimentos sociais entram na história do processo social de mulheres quilombolas, primeiro porque elas compõem a classe trabalhadora, segundo porque acumulavam (ainda acumulam) jornadas diárias de trabalho, ocupando-se com a organização e com os afazeres domésticos, cuidados dos familiares, trabalho extradomiciliar, cuidam dos animais de pequeno porte, como galinhas, porcos, com a finalidade de auxiliar no sustento familiar, e por fim executam o papel de organizar e de mobilizar as comunidades no aspecto político e religioso. Logo, é nesse cenário que a mulher quilombola por meio de movimentos sociais está conseguindo conquistar seu espaço.

Ademais, alinhavada a história dos movimentos sociais, emergem novas condições do feminismo negro, e entre suas especificidades destaca-se o *movimento feminista negro* que abre espaço importante para que as mulheres negras pudessem

ser entendidas como sujeito reivindicatório de direitos.

Nos anos 1970 e início dos anos 1980 muitos movimentos sociais surgiram e se disseminou através da América do Norte, Europa e América Latina- Movimento de mulheres, ecológico, movimentos de luta pela terra, movimento indígena, negro e LGBT. Esses movimentos que têm uma ênfase nas lutas por identidade e reconhecimento foram designados de Novos Movimentos Sociais (NMS). (LAGE, 2013, p.24).

Moreira (2007) destaca que a relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do *3º Encontro Feminista Latino-Americano*, ocorrido em Bertioga, em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva, no intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros coletivos de mulheres negras, época em que aconteceram alguns encontros estaduais e nacionais de mulheres negras. Em momentos anteriores, porém, há vestígios de participação de mulheres negras no *Encontro Nacional de Mulheres*, realizado em março de 1979.

Contudo, pode notar que, a partir do encontro realizado em Bertioga, consolida-se entre as mulheres negras um discurso feminista, uma vez que em décadas anteriores havia uma rejeição por parte de algumas mulheres negras em aceitar a identidade feminista:

E isso acontecia devido ao fato de não se identificarem com um movimento até então majoritariamente branco e de classe média e pela falta de empatia em perceber que mulheres negras possuem pontos de partidas diferentes, especificidades que precisam ser priorizadas (RIBEIRO, 2017, p. 3).

Dessa forma, o processo social relacionado às mulheres negras quilombolas tem exigido persistência, luta e resistência, reivindicações política e social, conformando um processo que reafirma as mulheres negras em seus espaços de falas, de visibilidade e de emancipação, como afirmam os autores que

só há como lutar por direitos das mulheres se nossas concepções educativas (formais e não-formais) forem de cunho feminista e emancipatório, capazes de resistir a tanta opressão e violências. Dessa maneira, nossas práticas, não irão romper com tudo aquilo que nos amarra e nos acorrenta. (MACHADO, CASTRO, 2016, p.63).

Portanto, já sabemos que o processo de emancipação dessas mulheres, desde a época dos quilombos, é um desafio para as relações de poder existentes na comunidade em que moram. Essa emancipação representa uma das possibilidades

de expansão da liberdade de escolha, e tem ganhado força nos movimentos sociais, meios de resistência e luta pela liberdade, aumentando sua capacidade de agir e de tomar decisões que afetam suas vidas.

Tanto Gohn (2010) quanto Sales (2007) acreditam que os movimentos sociais proporcionam uma conscientização política, e atuam em possibilidades de mudanças. Nesse caso, mudanças para atuação das mulheres, com aumento dos movimentos autônomos de mulheres rurais que funcionavam como espaços de aprendizado e de reivindicações.

Nota-se que foi a participação dentro dos movimentos sociais que proporcionou às mulheres negras brasileiras outro olhar para a realidade vivenciada, em que a formação dos movimentos de mulheres tornou-se representativo nas conquistas de seus lugares, como nas lideranças locais. Ao mesmo tempo em que criticam a universalidade positivista, os movimentos sociais levantam as demandas de singularidades nas diferentes formas de opressões e de distintos movimentos sem-terra, ambientalistas, mulheres, mulheres negras, entre outros (LAGE, 2013; GOHN, 2011).

Carneiro (2003) assevera que o movimento de mulheres ressurgiu no Brasil em meados da década de 1970, no bojo das lutas empreendidas pela sociedade civil e por democracia, e pelo fim da ditadura militar. Ainda segundo a autora, a perspectiva que emerge a partir do *1º Encontro Nacional de Entidades Negras*, ocorrido em novembro de 1991, é que o movimento negro tem por prioridade política o fortalecimento das organizações negras, a capacitação dos quadros militantes, a definição de bandeiras que apoiem um projeto político que dê conta da totalidade da questão racial.

Segundo a ativista Carneiro (2003), em 1988, data do Centenário da Abolição da Escravidão, iniciou-se uma grande mobilização de mulheres negras, e este movimento constituiu-se no momento político propício para as mulheres negras expressarem com maior visibilidade, foi realizado em dezembro do corrente ano o *1º Encontro Nacional de Mulheres Negras* com a participação de 460 militantes, representando 17 Estados da União, “assistimos em 1988 a uma ampla mobilização de mulheres negras em torno de suas questões específicas nos diversos Encontros Estaduais de Mulheres Negras” (p.13).

Nessa perspectiva, embora existam diversidades de olhares e de particularidades nas desigualdades de gêneros, as mulheres assumem as lutas a partir dos próprios lugares de fala, como afirma Carneiro:

A busca da afirmação política da mulher negra decorre da insuficiência com que a questão da mulher negra é tratada tanto no movimento de mulheres quanto no movimento negro. É também ao fato que, malgrado a solidariedade de algumas feministas e militantes negros, a conjugação de racismo e sexismo sobre a mulher negra resulta na prática social no fato que as conquistas dos movimentos de mulheres terminam privilegiando socialmente as mulheres brancas e as conquistas dos movimentos negros tendem a privilegiar os homens negros, mantendo-se para a mulher negra o confinamento nos piores lugares da hierarquia social. (2003, p. 40).

Com a constituição do movimento feminista negro abre-se espaço importante para que as mulheres negras pudessem ser entendidas como sujeito reivindicatório de direitos. Assim, na sua especificidade, as mulheres negras puderam pleitear direitos ao poder público, reivindicando políticas públicas para efetivá-los, ou seja, “a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular”. (CARNEIRO, 2001, p.119).

A mulher negra despontou sua força através da resistência e da luta pela liberdade, isso mostra que o protagonismo não é algo que se iniciou no contexto atual, mas é uma experiência que se remete ao passado desde o regime patriarcal, “fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas. [...]” (CARNEIRO, 2003, p. 1-2).

Lembremos que no regime patriarcal a mulher deveria obedecer ao pai e ao marido, ou seja, “o domínio masculino era indiscutível. (...) a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana” (SCOTT, 2013, p.15). Segundo Saffioti (2013), as mulheres deveriam:

[...] submeter-se, sem contestação ao poder do patriarca, aliando a ignorância uma imensa imaturidade. Casavam-se, geralmente, tão jovens que aos vinte anos era praticamente consideradas solteironas. Era normal que aos quinze anos a mulher já estivesse casada e com um filho, havendo muitas mães que se tornavam mães aos treze anos. Educadas em ambiente rigorosamente patriarcal, essas meninas-mães escapavam ao domínio do pai para, com o casamento, caírem na esfera de domínio do marido. (p. 168).

Frente à história posta, os movimentos sociais de resistência de mulheres negras cresceram de forma significativa e vem conquistando paulatinamente os seus

direitos, como enfatiza Veríssimo (2008):

As mulheres negras desempenharam um importante papel durante o período abolicionista, na aprovação do voto feminino, na organização contra a ditadura, na luta pelo direito ao divórcio, entre outras mobilizações. Nas últimas décadas as mulheres negras intensificaram a participação e a organização, a cada evento. Uma luta duradoura, de longos anos, e que já começa a florescer positivamente, entre Encontros Nacionais de Mulheres Negras, Congressos, Conferências, realizando intercâmbio importantes com mulheres de todo o mundo na luta pela igualdade, onde há um destaque especial para a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, esta última decisiva para as recentes implantação de políticas de ações afirmativas voltadas para melhoria de condições de vida para população negra brasileira. (p. 02).

É notório que ainda é preciso lutar, pois toda a coletividade oprimida, junto aos demais sujeitos sociais que se opõem às opressões diversas no sentido de agir em prol de transformações societárias em que as opressões inexistam. Neste viés, o feminismo negro faz a diferença:

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão (CARNEIRO, 2003, p. 13).

León (2000) acredita que houve o empoderamento da mulher, e que ela ganha populismo a partir da década de 1980, no campo do desenvolvimento, em particular, com a ação das mulheres nos programas de base, em que houve uma disseminação do sentido do termo e se correlacionando ao “bem-estar, melhoramento na participação comunitária e alívio da pobreza, e para descrever a meta de desenvolvimento e suas intervenções”, reforçando seu empoderamento (CRUZ, 2018, p. 104). Esse autor define empoderamento como

um processo pessoal e político, cujas dimensões pessoais/internas e corporais não podem desvincular-se de suas conotações políticas, de impugnação das relações de poder vividas não somente nas relações familiares, nas quais os sujeitos vivem cotidianamente e, por sua vez, são parte da ordem social. (CRUZ, 2018, p. 104).

A relativa ascensão das mulheres no cenário público também evidencia conquistas alcançadas após muitos embates, resistências e lutas na busca pelo empoderamento que, de acordo com Santos (2009), incluem e exigem igualdade de condições de acesso em todos os âmbitos da sociedade. Neves (2019) assim descreve que

hoje, as mulheres têm grande destaque nas comunidades e eventos fora do território, são 'guardiãs' de saberes do cerrado: dançam sussa, contam causos, brincam de roda, tocam instrumentos, defendem a memória de seus antepassados, são líderes, que performam em seu cotidiano e nos eventos, as memórias de seu povo, que se atualizam em seus corpos. (p. 43).

É importante dissertar que segundo Neves (2019) o movimento feminino teve grande repercussão em comunidades negras na década de 1990. E se pensarmos o processo social de mulheres negras nos quilombos, entendemos que ele se articula aos movimentos sociais que apoiaram na sua conscientização quanto à sua dignidade, proporcionando conquistas importantes que se filiam ao conceito de empoderamento. Mas essa passa pela perspectiva de gênero, começando a ser utilizado por agências internacionais de cooperação no intuito de intitular quaisquer projetos relacionados às mulheres.

Sardenberg (2017) ajuda a entender que embora o empoderamento tenha assumido duas vigentes teorias com acentuadas discrepâncias entre elas: a primeira liga ao empoderamento a uma perspectiva individualista, e a segunda, ao coletivizado. Ele ainda está relacionando com o poder de agir sobre si mesmo, em contraponto ao poder de dominância exercido sobre o outro. Assim, ao reportarmos a esse conceito, entendemos que o empoderamento contribui para fortalecer a cidadania, e nesse processo não é suficiente apenas a existência de direitos, “[...] é importante ter direitos formais, conhecê-los, sentir-se titular desses direitos e mobilizar-se para usufruí-los” (BARSTED e PITANGUY, 2004, p. 5). Neste sentido o empoderamento sob a perspectiva feminista

é um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é condição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. (LISBOA, 2008, p. 2).

Nesta perspectiva, a feminista Sardenberg afirma que o empoderamento ao estar presente no processo social de mulheres negras nos quilombos, torna esse que “é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação”. (SARDENBERG 2017, p. 49). Nosso olhar se volta às mulheres remanescentes de quilombos, bem como aos esforços na luta contra o racismo, a desigualdade social e de gênero, pois estudar sobre o empoderamento feminino é uma ponte para as discussões sobre desigualdades de gêneros, sociais, e para combater a violência doméstica, o assédio sexual. Portanto, “falar de empoderamento das mulheres, parece ser oportuno porque se discutem a inclusão e a exclusão delas no mundo público/político” (CRUZ, 2018, p. 102).

No que diz respeito ao processo social de mulheres negras nos quilombos frente ao empoderamento, Cruz afirma que anseio do outro, independente de quem assume essa posição, não deve se tornar um obstáculo ao desencorajamento do ser mulher e que a sua autossuficiência lhe confere ser protagonista de suas próprias escolhas. E ainda que “é fundamental a sua participação na complexa arena do poder público, no conjunto da vida social e econômica” (p. 102).

Algumas mulheres negras da comunidade Kalunga são protagonistas de sua história, e têm buscado ao longo da história estratégias de resiliência frente às dores causada pelo preconceito, pela discriminação racial e pelas desigualdades sociais. A reconquista do potencial é empregada no sentido de recuperar a autoestima aliada à resistência, compondo multifatores propulsores do empoderamento.

2.2. Preconceito, a desigualdade social e de gênero no processo social de mulheres negras quilombolas

Tais limites são debatidos por Lobo e Silva (2015) que afirmam que mesmo após a aprovação da Lei Áurea, a qual foi assinada pela Princesa Isabel em 1888, com o intuito de garantir a liberdade para os escravizados de maneira imediata, a libertação não se concretizou, pois o quadro vivido por essas mulheres não apresentou muitas mudanças, e segundo estes autores, o que ocorreu no Brasil foi uma falsa abolição da escravatura negra, pois desde então, particularmente, as mulheres vivem à margem da sociedade, lutando por sua verdadeira liberdade.

Mesmo com as mudanças ocorridas no campo político, econômico e espacial no contexto brasileiro, desde a virada do século XIX para o século XX, no que tange à questão social, houve pouca alteração no quadro do preconceito, da desigualdade social e racial, tendo em vista que a representação da mulher negra sempre esteve relacionada a dois estereótipos: a mulher sexual, boa para o sexo, e a mulher trabalhadora braçal.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 preceitua em seu artigo 5º (BRASIL, 1988) a igualdade perante a lei sem qualquer diferenciação, no entanto, considerando o quadro vivenciado pelo feminino negro, bem como o panorama histórico, há necessidade de questionarmos a realidade da mulher negra - nos recortes de raça e de gênero, e o seu distanciamento em face da igualdade formal preceituada pelo legislador constituinte.

Segundo Pantoja (2008), as mulheres negras trouxeram as raízes da África para o Brasil, mas que após a abolição foram excluídas da sociedade, e são alvos da discriminação e do preconceito até hoje. O preconceito e o racismo no processo social de mulheres negras quilombolas se fazem presentes. Lima e Vala afirmam que:

O preconceito e o racismo parecem ser tão antigos quanto são as relações assimétricas de poder entre os homens e a concomitante necessidade de justificação dessas relações (...) No entanto, apesar da sua relevância enquanto problema social, o preconceito e o racismo quase sempre foram percebidos como sendo um problema do outro e, portanto, distante de cada um de nós. Seja porque nós, enquanto atores sociais e imbuídos dos valores do igualitarismo e da justiça que compõem a nossa formação democrática, analisamos o racismo na maior parte das vezes como um problema do outro "xenófobo". Seja ainda porque as vítimas de preconceito são quase sempre outros que não nós mesmos. (2004, p. 401).

Allport (1954) especifica que há o preconceito étnico que se expressa como uma atitude, uma antipatia, baseada numa generalização, falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa, e que pode ser dirigida a um grupo como um todo ou a um indivíduo porque ele faz parte daquele grupo. Lima e Vala (2004) afirmam que

O racismo, por sua vez, diferentemente do preconceito, é muito mais do que uma atitude. O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Outra diferença entre racismo e preconceito é de que o racismo, diferentemente do preconceito, não existe apenas um nível individual, mas também a nível institucional e cultural (Jones, 1972). Isto é uma consequência do fato de o racismo englobar os processos

de discriminação e de exclusão social, enquanto o preconceito permanece normalmente como uma atitude. (p.402).

Neste viés, tendo definido e diferenciado o racismo do preconceito, podemos agora analisar as novas formas de expressão destes dois fenômenos das relações intergrupais. Ainda se faz necessário destacar que no que se refere ao racismo, estamos partindo da compreensão de raça como um termo constituído de poder e de dominação, é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, “ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.” (MUNANGA, 2003, p. 6).

Segundo Almeida (2018), o termo *raça* é crucial para entender que este é um conceito político utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritário, ou seja, foi um conceito criado como mecanismo de controle e de opressão de um grupo sobre outro, o qual opera, sistematicamente, por meio do racismo, que é definido como

um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual tenta se impor como única e verdadeira. (GOMES; MUNANGA, 2006, p. 179).

O racismo é “a tentativa de estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder [...] É, por definição, ‘a expressão ou exercício do poder de um grupo.’ (SHOHAT E STAM 2006, p.51).

Foucault (1993) conceitua o racismo como uma ideologia que se solidificou com base na ideia científica da luta entre as raças, justificada pela teoria do evolucionismo e da luta pela vida. Sendo assim, pode se afirmar que o racismo é um sistema de opressão criado a partir da ideia de que existem diferentes raças humanas, como afirma Munanga (2003) que

[...] o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre raça e racismo, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suporte das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação

intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (p. 7-8).

Tedeschi (2007), em reflexão semelhante, denuncia o fato de que a produção historiográfica brasileira tem sido marcada pelo preconceito, embora a mulher não estivesse apartada, de fato, do cotidiano histórico, ela foi silenciada, ignorada. Assim, a invisibilidade historiográfica das mulheres evidencia sintomas, entre os guardiões da memória, de ranços de práticas e de mentalidades excludentes, demonstrando que as relações de gênero presentes no pensamento científico reforçaram relações de poder desiguais e injustas, e da presença do racismo.

A figura da mulher negra aparece ao longo da história como uma imagem negativa, em que na maioria das vezes são fundadas nas ideologias racistas e sexistas e, principalmente, com base em seu passado escravo. Essas mulheres eram representadas a partir da imagem da negra vista como:

[...] coisa pau pra toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancada das sinhazinhas, porque, além de escrava, é mulher. Evidentemente, esta maneira de viver a chamada não se dá fora da condição de classe e mesmo de cor (GIACOMINI, 1988, p. 8788).

Nesse viés, a representação da mulher negra na literatura brasileira por muito tempo tem sido construída de forma análoga à escravidão de forma pejorativa, da qual a figura do feminino negro foi apresentada cheia de estereótipos que lhes foram atribuídos ao longo da história como a animalização, a demonização, a sexualidade exagerada e a opressão, como apresenta o trecho do poema abaixo:

Essa negra Fulô
Ora, se deu que chegou
(isso já faz muito tempo)
no banguê dum meu avô
uma negra bonitinha
chamada negra Fulô.
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô! Ó Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
Vai forrar a minha cama,
pentear os meus cabelos,
vem ajudar a tirar
a minha roupa, Fulô!
Essa negra Fulô!
Essa negrinha Fulô
ficou logo pra mucama,

para vigiar a Sinhá
pra engomar pro Sinhô!
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
(...)
Fulô? Ó Fulo?
(Era a fala da Sinhá
chamando a negra Fulô.)
Cadê meu frasco de cheiro que teu Sinhô me mandou?
Ah! foi você que roubou!
Ah! foi você que roubou!
O Sinhô foi ver a negra
levar couro do feitor.
A negra tirou a roupa.
O Sinhô disse: Fulô!
(A vista se escureceu
que nem a negra Fulô.)
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô Ó Fulô?
Cadê meu lenço de rendas
cadê meu cinto, meu broche,
cadê meu terço de ouro
que teu Sinhô me mandou?
Ah! Foi você que roubou.
Ah! Foi você que roubou.
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
O Sinhô foi açoitar
sozinho a negra Fulô.
A negra tirou a saia
e tirou o cabeção,
de dentro dele pulou
nuinha a negra Fulô.
Essa negra Fulô!
Essa negra Fulô!
Ó Fulô? Ó Fulô?
Cadê, cadê teu Sinhô
que nosso Senhor me mandou?
ah! foi você que roubou,
foi você, negra Fulô? (LIMA, 1980, p.17).

Está nítido que a mulher negra é representada de acordo com a visão da ideologia dominante e da representação etimológica da palavra mucama, em que a negra Fulô é fortemente marcada pelo estereótipo de ladra. Nestes versos está evidente também que a figura da mulher negra expõe e oferece seu corpo de forma consciente ao senhor.

Segundo Evaristo (2005), a figura feminina negra super sexualizada é uma imagem comum em outras obras consideradas como cânones no Brasil e que representam a mulher negra “ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor (...). Outras

personagens negras como Rita Baiana, Gabriela não são construídas como mulheres que geram descendência” (p. 201).

Nascimento (2006) defende que a estrutura hierárquica e racista, que moldou a sociedade brasileira no período colonial, persiste na contemporaneidade e, no caso das mulheres negras ele se cristalizou ainda mais a estrutura de dominação. Dessa forma, elas sofrem preconceito e racismo, sendo vítimas apenas por serem mulheres e negras. Isso reforça o fato que no Brasil, raça explica racismo, e esse atinge violentamente o povo negro. Nesse sentido, no concerne ao termo preconceito identificamos que é definido como sendo: 1. Ideia preconcebida 2. Suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões etc. (FERREIRA, 2010, p. 605). O significado da palavra “preconceito” segundo o dicionário Aurélio é definido como:

Preconceito: S. m. 1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida. 2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo. 3. Superstição, credice; prejuízo. 4. Suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc. Sendo assim, é cabível afirmar que preconceito é o conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; julgamento ou opinião formada sem levar em conta os fatos que o contestam. (p. 605).

De acordo com Silva e Soares (2011), o preconceito está impregnado nos grupos sociais brasileiros, resultando em um sentimento de superioridade e de inferioridade ligada à cultura brasileira e associada diretamente à imagem do negro, do branco, do índio, de homens e mulheres, dentre outros, que acreditam que isso se dá porque, historicamente, fomos identificados por raças e por estereótipos que distribuem gratuitamente desigualdades e desvantagens, pelo modelo científico de classificação brasileiro de gênero e de raça.

Assim, do que se entende que a situação dos negros(as) no Brasil não foi alterada, e eles continuam sendo vítimas do preconceito e ocupando os espaços considerados inferiores pelos brancos. Ou seja, “o efeito continuado do preconceito e da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos.” (NASCIMENTO 2006, p.104).

Assim, os papéis e as funções que o povo negro desempenha foram naturalizados, e não são questionados pela maioria da sociedade brasileira. D’Oliveira

e Tavares (2011), no caso das mulheres negras quilombolas, a cristalização dessa representação, afirmam que a invisibilidade histórica relegada às mulheres negras como proposital. Assim, impede que a figura da mulher seja representada como sujeito histórico, como ser operante e integrado ao processo histórico e a construção do imaginário social, nada mais significa que a manutenção da ordem masculina na produção historiográfica, fenômeno reforçado no âmbito das relações sociais, e que manteve a mulher invisibilizada e marginalizada ao longo do tempo.

As autoras ainda afirmam que o preconceito foi herdado enquanto representação social e que se manteve ativa através das práticas tradicionais e conservadoras que reservaram à mulher no papel exclusivo de submissão. Neste mesmo viés, Gonzales (1982) defende que por razões históricas, socioeconômicas e culturais, as mulheres negras não são educadas para se casarem com um “príncipe encantado” e nem para fazer o gênero de submissas, mas sim para trabalharem, pois, as lutas cotidianas fazem delas alguém que tem consciência que precisam trabalhar para assegurar sua subsistência e de sua família, além de enfrentar em seu cotidiano o preconceito e a desigualdade social.

Conforme analisa Silva *et al* (2009) a Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um enorme avanço, pois reconhece o racismo e o preconceito racial como fenômenos presentes na sociedade brasileira, sustentando a necessidade de combatê-los. Entretanto, destaca que a inclusão do tema racial na agenda das políticas públicas responde principalmente a um esforço inovador do movimento social negro no sentido de estimular, no debate político, a necessidade não apenas de combater o racismo, mas de efetivamente lutar contra as desigualdades sociais. Isso nos direciona ao nosso próximo tópico que dialoga sobre a questão de gênero, pois entendemos que ele se articula diretamente ao tema desigualdade social.

2.3. A questão de gênero como expressão da desigualdade no processo social de mulheres negras quilombolas

Marx (1996) defendia a ideia de que a *desigualdade social* estava atrelada ao modo de produção capitalista. A concentração de riqueza na mão da minoria, na sua visão, não era justa, e por isso argumentava que o proletariado deveria se rebelar contra o sistema, e provocar mudanças socioeconômicas. De acordo com o autor, a origem da desigualdade social está na diferença de classes sociais, e essas

diferenças, não só econômicas, mas também simbólicas, existentes entre a burguesia e o proletariado evidenciam a desigualdade social.

Em respeito a desigualdade, quando se compara as condições sociais possíveis para homens e para mulheres, o sistema de gênero que é um sistema simbólico e que é útil à lógica do capital, passa a reger as relações sociais. O sistema de gênero traz como consequência elementos que colocam a mulher, assim com outros oprimidos, como um grupo em situação de vulnerabilidade dentro da estrutura social, como afirma de Saffioti (2013):

Na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico; de fato, diferenças gritantes anulavam a igualdade formal. No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres. (p. 160).

De acordo com o Retrato das Desigualdades (2011), as desigualdades de gênero e de raça são estruturantes da desigualdade social brasileira. A desigualdade entre grupos sociais é atravessada por concepções culturais sobre raça, gênero e classe, como que se atribui significados às performances de gênero, de acordo com cada cultura, o sistema de “sexo-gênero é uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado a indivíduos dentro da sociedade.” (LAURETIS, 1994, p. 212).

Nesta perspectiva, sigo com Lauretis (p.2012) que acredita que *gênero* é também uma construção sociocultural e se articula às diferentes atuações sociais atribuídas compulsoriamente aos homens e às mulheres, de acordo com a cultura a que estes se encontram expostos. Para o autor,

onde as concepções culturais masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, sendo um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais conforme os valores e hierarquias sociais. (p. 212).

A centralidade da categoria classes sociais é questionada por integrantes do movimento negro (a exemplo de Lélia Gonzalez) como possibilidade central para superação do racismo, e que “é importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual.” (GONZALEZ, 2011, pp. 17-18). E ainda complementa a autora:

Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. (p. 17-18).

A partir da ideia de que há um duplo caráter da sua condição biológica – racial e sexual – que faz com que as mulheres negras quilombolas sejam mais oprimidas e exploradas, Bello (2017) soma a ideia de que *o racismo e o sexismo* não escolhem classe social, é preciso se autoafirmar, pois, o protagonismo da mulher negra decorre do seu potencial e da sua habilidade em lidar com as tarefas do cotidiano. As práticas diárias ajudarão nesse movimento de “estar-sendo mulher e negra por meio da valorização do coletivo e da estética negra, do resgate da autoestima e, dessa forma, fortalecem suas identidades étnico-raciais e de gênero.” (p. 8).

O racismo e o sexismo são variáveis estruturantes da sociedade, configuram como instrumento do capitalismo para hierarquizar a classe trabalhadora e para justificar as desigualdades sociais, em que a “exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada” (GONZALEZ, 2011, pp. 17-18), trazendo uma série de consequências para a mulher negra, no caso a quilombola, assim como pode ser comprovada na citação abaixo:

[...] a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas, em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p.18).

É de suma importância compreender a abordagem interseccional que há entre o racismo e o gênero, concordamos com a exposição dos autores citados, e alcançamos a triste constatação de que ambos se fazem presentes em nosso meio. O conceito de interseccionalidade, segundo o qual “sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados à suas identidades sociais, tais como, classe, raça, cor” (CRENSHAW 2002, p. 173), acentuam as diferenças que influenciam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a

discriminação. Nesse sentido, é importante considerar o conceito de interseccionalidade como sendo:

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (Crenshaw, 2002, p. 173).

Portanto, é cabível afirmar que o racismo e a desigualdade de gênero são variáveis estruturantes da sociedade, que se configuram como instrumento do capitalismo para hierarquizar a classe trabalhadora e para justificar as desigualdades sociais, aprofundando ainda mais os níveis de exploração. Neste viés, o lugar em que nos situamos determinará a interpretação sobre o racismo e o sexismo, e o como afetam mulheres negras quilombolas, uma vez que “se constituem como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” que se articula com o sexismo e produz “efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 224).

Percebe-se que além de ser relegado às mulheres negras os espaços e as funções que lhe foram atribuídos desde o período escravocrata, a permanência de valores da estrutura colonial se superpõe aos mecanismos atuais de conservação dos privilégios de homens e de mulheres brancos na nossa sociedade. Dessa forma, segundo Nascimento (2006), reproduziu-se nas mulheres negras um “destino histórico” e, são elas que desenvolvem, em sua maioria, as atividades domésticas e os serviços públicos ou privados com menor remuneração.

Atualmente muitos acreditam que existe uma democracia racial no Brasil, porém há uma “máscara” sobre o preconceito, a mulher negra ainda não conseguiu o reconhecimento desejado, muitos são os espaços de atuação e de resistência, pois continua vítima de um sistema injusto e racista, em que a mobilidade social se processa lentamente, tendo como justificção a origem escrava. A mulher negra em geral continua sendo vista de maneira estereotipada e inferiorizada, e como afirma Santos (2009), “ser mulher e ser negra no Brasil significa está inserida num ciclo de marginalização e discriminação social, em que as mulheres afrodescendentes são

alvos de duplo preconceito, o racial e o de gênero.” (SANTOS, 2009, p. 1).

Gilberto Freyre (2002) afirma que no Brasil, todas as raças convivem de forma tranquila, em que o senhor e o escravo têm relações harmônicas, e que a democracia racial é motivo de orgulho, já que

quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços (...). a miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa e volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas. Para tal processo prepara-os a íntima convivência, o intercurso social e sexual com raças e cor, invasora ou vizinhas da Península, uma delas, a fé maometana, em condições superiores, técnicas e de cultura intelectual e artística, a dos cristãos louros. (p.83-84).

Percebe-se que Freyre desenvolveu a ideia da *democracia racial* no Brasil, difundindo a imagem de que as relações entre brancos e negros eram harmônicas, ou seja, existia uma grande conciliação entre as raças. De acordo com Guimarães (2003), Freyre enfatiza a “democracia étnica” para dizer que, no Brasil, apesar de uma estrutura política muito aristocrática, desenvolve-se, no plano das relações raciais, relações democráticas. São essas ideias que foram traduzidas como “democracia racial” e ganharam, por um bom tempo, a conotação de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros.

A desconstrução dos argumentos de uma sociedade em que a harmonia racial prevalece, é realizada tanto por Florestan Fernandes (1978) quanto por Telles (2003).

Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas europeias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo. A noção de que o sistema escravagista e as relações raciais tinham sido mais benignos no Brasil do que nos Estados Unidos já era aceita; entretanto, Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe um status científico, literário e cultural que duraria pelo menos até a década de 80. (TELLES, 2003, p.50).

Ao avaliar a obra de Freyre (1978), Telles assegura que ele não criou o termo *democracia racial*, no entanto, conseguiu “desenvolver, expressar e popularizar” (p. 51). A ideia de democracia racial no país, de modo inédito, como jamais havia sido criada no Brasil, desde a década de 1930 até o começo da década de 1980. É válido ressaltar ainda que a ideia de “democracia racial” também teve repercussão

internacionalmente. Fernandes (1978) acreditava que a democracia racial, ou seja, o discurso de uma nação sem preconceito racial era o padrão correspondente de dominação racial tradicionalista, já que existia um preconceito encoberto que prejudicava os negros. Segundo o autor.

Desde o início (e ainda hoje) o trabalhador negro precisa de compreensão atilada e de amparo constante, seja para encetar uma carreira, seja para persistir nela, seja para tirar o máximo proveito de sua capacidade de trabalho, para si, para os patrões e para a coletividade. A estereotipação negativa não só impediu que o “branco” descobrisse esse aspecto da realidade, mas produziu algo pior: suscitou uma barreira invisível universal, que tolhia qualquer redefinição rápida da imagem do “negro”, que facilitasse a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e acelerasse pelo menos a proletarianização do “homem de cor”. (p.141).

Hasenbalg (1999) afirma que a democracia racial é um mito, e acredita que esse discurso tem como finalidade única de ser um instrumento de controle social, para validar o sistema de desigualdades sociais existentes entre as diferentes pessoas de cor, impedindo assim que a real situação das desigualdades venha a público e, conseqüentemente, se transforme em um problema de questão pública.

Entendemos que já se passaram 134 anos da abolição dos escravos e as mulheres negras constituem a maioria das empregadas no trabalho doméstico, além de ser o grupo com menor incidência de carteira assinada, sendo que apenas 1,2% dessas mulheres encontram-se na posição de empregadoras, e a maioria são chefes de família, de acordo com o Dossiê Mulheres Negras do Ipea (2013, p. 129) que disserta sobre:

Além do acesso ao mercado de trabalho, a desigualdade se reflete na ocupação de posições de menor prestígio e remuneração. As mulheres negras estão sobre representadas no trabalho doméstico – são 57,6% dos trabalhadores nesta posição – e têm a menor presença em posições mais protegidas, como o emprego com carteira assinada (p. 129).

Papali (2003) afirma que as mulheres pobres, solteiras, com poucos recursos, ex-escravizadas eram vítimas do estigma social desde a Colônia, e assim esquecidas. “As insígnias de ex-escravos os acompanhariam estreitando seus caminhos e até mesmo colocando obstáculos materiais e simbólicos, na tentativa de dificultar ou impedir a construção e consolidação da liberdade.” (OLIVEIRA, 2015, p. 64).

Vários autores, dentre eles Taveira (2013), afirmam que as mulheres quilombolas sofrem discriminação, invisibilidade e exclusão até os dias atuais, fazendo

com que suas vidas sejam multiplamente violadas por serem mulheres, pela cor e pelos espaços que ocupam nos postos de trabalho. Nos termos da invisibilidade, Honnethe (2001) ainda afirma que ela é como uma anomalia social caracterizada por formas ativas e intencionais de tornar pessoas invisíveis, ou seja, a interpretação do fenômeno da valorização excessiva de coisas, em detrimento de pessoas.

A mulher negra e quilombola do século XXI é sucessora de uma história de lutas por igualdade, por liberdade e por respeito, que se iniciaram no século XIX. A partir de então, essas lutas se intensificaram, principalmente pela garantia de sua participação efetiva na sociedade, por isso será de grande valia fazer jus da memória, para que a história destas mulheres sejam ressignificadas, tendo em vista que a memória tem um papel central na compreensão da identidade étnica, afinal, como afirma Halbwachs (1990, p. 87) que “o grupo, no momento que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.” No Dossiê Mulheres Negras do Ipea (2009) afirma-se que,

[...] aspectos que contribuem para a vitimização das mulheres negras, como a exploração da sua imagem pela mídia nacional como objetos sexuais, mulheres violentas; propagandas em que são vistas como produto sexual e nacional a ser consumido no exterior – imagem da mulata e o carnaval –, tráfico internacional de mulheres; e outros. (p. 128).

No Brasil há diversas formas de discriminação baseadas no gênero, sobretudo por questões raciais, conforme nos informa o Dossiê das Mulheres Negras no Brasil (2013):

É fundamental considerar os aspectos da violência racial especificada por gênero que acomete as mulheres negras brasileiras. Esta experiência tem sido profundamente invisibilizada e negligenciada, seja pelas políticas públicas, seja pelos trabalhos acadêmicos e pelas instituições de pesquisa, que geralmente não costumam avaliar o fenômeno por raça/cor e gênero, que se conforma apenas com uma das características – ser o negro ou ser a mulher. (p.155).

Apesar dos grandes avanços, o negro ainda é considerado como inferior, suas competências ainda são questionadas, e a falta de oportunidades no meio social, educacional e profissional persistem, sendo localizado na parte inferior da estrutura social. A mulher negra, por sua vez, é a que mais sofre com a inferiorização e a

discriminação, experienciando pobreza, exclusão e violência. (NASCIMENTO; BENATTI, 2020).

O Atlas da Violência (IPEA, 2020), indica que 4.519 mulheres foram assassinadas em 2018 no Brasil, ou seja, uma mulher foi assassinada a cada duas horas, sendo 68% das vítimas negras. E, conforme levantamento realizado pelo Monitor da Violência, uma iniciativa do portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os primeiros meses de 2020 registraram aumento nos índices de violência doméstica no Brasil, sendo as principais vítimas de feminicídio as mulheres negras, com 73% dos casos (REDE BRASIL ATUAL, 2020).

Infelizmente, todas as formas de desigualdades raciais e de gênero refletem em graves violações dos direitos sociais, econômicos e culturais das mulheres negras, neste viés entendemos que as mulheres negras no Brasil sofrem vários tipos de negação e de invisibilidades, sendo assim elas não podem usufruir de todos os direitos como cidadãs.

Segundo a Secretaria de Previdência (2016), 39,08% das mulheres negras que se encontram inseridas no ambiente de trabalho estão em situações precárias, em comparação à 24,5% das mulheres brancas que estão na mesma situação. Cumpre informar ainda, que 17,7% das mulheres negras estão inseridas como empregadas domésticas, enquanto somente 9% de mulheres brancas são domésticas.

Mesmo diante da opressão, da discriminação e da desigualdade, a mulher negra não se deixou abalar, elas continuam resistindo e lutando por justiça, por meio de vários movimentos sociais, tendo em vista que esses movimentos, segundo Gohn (2011), Arroyo (2003) e Gomes (2017), além de trazer novas pautas, têm dimensões educativas em termos de demandas, e produzem aprendizados, enfatizando o lugar central da educação nessas organizações e nos processos de redefinição das lutas e de reivindicações de direitos. Nesse sentido, o Dossiê das mulheres negras no Brasil (2013) aponta que:

O reconhecimento dessa invisibilidade, bem como o questionamento e embate promovido pelo feminismo negro, permitiu perseguir uma visão mais plural do debate de gênero e das perspectivas de subordinação a que estavam submetidas mulheres negras. Neste contexto, a percepção da vivência de uma “dupla discriminação” experimentada por estas mulheres se tornou bastante discutida, respaldada pela expressiva desigualdade que

estrutura o espaço social destes sujeitos e pelas denúncias do movimento negro. (p.110).

Carneiro (2003), afirma que a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista nacional revela a insuficiência prático-teórica e política do feminismo para integrar as diferentes expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais, é o que se pode entender como o princípio de "enegrecer o feminismo". Além disso, acredita que a questão de gênero das mulheres negras e indígenas tem demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero, se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca.

A trajetória das mulheres negras na política, na cultura, na produção de novas análises e de novos questionamentos tem sido bem intenso, porém há muito a caminhar, tendo em vista que a luta pela dignidade humana, pelo respeito, pela igualdade deve fazer parte dos movimentos sociais, como nos ensina Conceição Evaristo (2018), no poema "Vozes-Mulher":

Vozes-Mulher

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si

as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(Poema Evaristo In: *Poemas de recordação e outros movimentos*, 2008 p.10-11).

É importante frisar que ao mesmo tempo que a autora fala de si, como mulher negra, também narra a trajetória das mulheres negras, o sofrimento escancarando a resistência à opressão dos brancos. No poema, a autora enfatiza os anseios das negras pela liberdade, ela faz isso fazendo uma retrospectiva das lutas vividas pela bisavó, sua mãe, por ela e sua filha. Assim, a autora nos incentiva a ecoar nossos anseios, nossas lutas e nossas liberdades, “muitas vozes precisam ecoar para romper as desigualdades e conquistar espaços, por isso sua voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome” (EVARISTO, 2017, p.10-11).

Além disso, um país como o Brasil que é amplamente assolado pela desigualdade racial, agravado pelo recorte de gênero, faz-se necessário compreender que suas consequências necessitam de melhor tratamento, ao passo que o dispositivo constituinte não sucede em efetividade. É importante dizer que esse pensamento não tem caráter restritamente protetivo à mulher negra, negando a existência da mulher branca, mas sim ressaltando a relevância da compreensão de que a mulher negra carrega consigo diversas desvantagens como a desigualdade de raça, classe e gênero.

É importante frisar que utilizei a metodologia do tipo Qualitativa para tentar compreender as memórias das mulheres negras quilombolas, e assim foi abordado a seguir importância desta metodologia de pesquisa, e o papel da memória, das histórias e seus ressignificados.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA, O PAPEL DA MEMÓRIA - HISTÓRIAS E RESSIGNIFICADOS

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. (BOSI, 1994).

A memória social porta a acepção de existência contemporânea e conduz o sentido de continuidade histórica. Associamos a memória social a todo conhecimento do passado partilhado por um grupo e por ele validado, como conhecimento verdadeiro ou passível de ser transacionado, partilha um passado e sus significações. (CHAUÍ, 1995).

O papel da memória não se reduz ao ato de recordar, pois a memória revela os “fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano fornecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades.” (TODOROV, 1999, p. 26-7). A memória, portanto, “é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente.” (FERREIRA, 2000, p. 111).

Evidencia-se, então, que o conceito de memória não é homogêneo e se conforma por múltiplos significados. Dessa forma, a memória é aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo, para o indivíduo e para a comunidade. Neste caso, Para Halbwachs (2004), a memória coletiva só existe quando o grupo retém o passado comum e não ultrapassa o limite do grupo.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1992, p. 5).

Ainda resgatei a obra “História e Memória” de Le Goff (2003) para afirmar que o conceito de memória é muito importante para entender determinadas construções históricas, é considerada “uma propriedade de conservar certas informações, e remete-nos a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode

atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (p. 419). Barros complementa dizendo que a memória que

transmite suas lembranças é, na verdade, um mediador entre gerações. É alguém que se percebe como conhecedor das transformações porque as viveu e seus depoimentos são uma apreensão das mudanças sociais, como as que estão aparentes nas marcas da cidade, nas relações de trabalho, na família e nas relações de gênero. (2006, p. 113).

A partir dos autores citados, as memórias são fontes inesgotáveis, histórias que saem do silenciamento e que ganham espaço na coletividade, o mesmo ocorre com os sentimentos, os anseios, de uma fonte riquíssima que deve ser socializada na sociedade por meio das vozes que precisam ser ouvidas, como pontua Perrot:

Tornar visível, acumular dados, instituir lugares da memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foi uma das preocupações de uma história das mulheres em plena expansão nos últimos quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, buscou-se fazer surgir o testemunho oral. (1989, p. 17).

No que se refere a memória de pessoas ou de grupos, ela se torna referências históricas, ou seja, representa os próprios ciclos da vida que a tornam dinâmica e atuante, pois possibilita a relação do passado com o presente. É Bosi (1994) quem nos mostra que a história é viva e vivida, e que se renova através dos tempos. Na sequência teórica para compreensão da importância de estudos que se utilizam da memória, ainda temos Oriá (1997) que apresenta a memória dos sujeitos como sendo imprescindível,

na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história. (p. 129).

Podemos entender com os autores citados que a *memória* de um povo é que faz com que percebam no seio da própria sociedade, a sua própria história. A memória se enraíza, então, no espaço que nos circunda, na terra, nos objetos que usamos. Assim, as pessoas se lembram, narram sua trajetória e as mudanças ocorridas num determinado espaço. É “a memória dos habitantes que faz com que eles relatem suas experiências sociais e lutas cotidianas.” (ORÍÁ, 1997, p. 129). Essa

possibilidade é tão significativa que, ao refletir sobre o ato de lembrar, Bobbio constata que:

O lembrar é uma atividade mental salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos. [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçarmos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (BOBBIO, 1997 p, 85).

Como afirma Chauí, destacada na epígrafe deste capítulo, “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total.” (CHAUÍ, 1995, p. 125). A memória, portanto, assumida como forma de conhecimento e como experiência é um caminho possível para a elaboração de pesquisas que se ancorem nos sujeitos e na temporalidade de suas histórias de vidas.

É cabível afirmar que reconstruir a história, via movimento da oralidade, utiliza-se do auxílio *da memória e da oralidade*, o que é fundamental para a descoberta de histórias excluídas e apagadas pela historiografia oficial, como a de mulheres negras quilombolas.

A partir de suas pesquisas, Salvatici (2005) relata que foi graças às entrevistas obtidas por meio de fontes orais que se pôde constatar efetivamente que as mulheres eram e são detentoras de uma história, impetrando um respeito por suas vivências solidificadas na área do saber, “as histórias faladas de mulheres foram consideradas um novo tipo de “verdade.” (p. 36). Nesse sentido, Salvatici assegura que a conscientização acerca dos segregados somada aos esforços das feministas resultaram na busca pela construção da história de vida das mulheres mediante suas memórias. Diante disso, pode-se afirmar que a história de vida ouvida possibilitou uma maior visibilidade histórica aos sujeitos cujos testemunhos por muitos anos ficaram silenciados.

Baiocchi (1999) afirma que a *tradição oral* faz o papel de expressar a história de um povo, da sua vida social, dos seus valores, dos seus pensamentos, dos seus mecanismos informais das relações, família, anciões. Tradição que desvenda a existência de uma literatura, poesia e filosofia que normatizam a vida ao mesmo tempo em que registram a memória. No mesmo caminho metodológico, temos Halbwachs

(2006) que introduz o conceito de *memória coletiva*, resgatando a ideia de que a história de vida é construída em grupos sociais, é ela que determina o que memorável e os lugares em que essa memória será preservada. Já a memória individual só existe quando o sujeito faz parte de um grupo social.

Neste viés, Delgado (2003) defende que a história oral ainda mantém relação com *memórias coletivas e memórias individuais*, pois elas mesmas podem se fundir e se constituírem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Em se tratando das mulheres negras quilombolas que assumem a centralidade dessa pesquisa, percebemos que a memória coletiva e a individual tornam-se um meio para as comunidades construírem e apresentarem aos outros grupos sociais e aos seus, a significação histórica e cultural. Do que se pode entender que *a memória e a história de vida* não possibilitaram apenas a construção da história e identidade das mulheres negras quilombolas, mas percorrer os passos de uma transformação que envolve entender e deixar de viver “uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder.” (TEDESCHI 2014, p. 29). Essa afirmativa se justifica, pois, a oralidade viabilizou que as mulheres ditassem sua história de acordo com suas experiências fixadas na memória individual e coletiva daquele povo.

Venson e Pedro (2012) compartilham a mesma ideia de Tedeschi (2014), quando afirmam que a *oralidade* “trouxe, portanto, novas possibilidades de explorarmos experiências de pessoas comuns, acontecimentos da vida privada, possibilitando que as mulheres fossem detentoras de uma história solidificada por si mesmas.” (VENSON e PEDRO, 2012, p. 135). E ainda complementa que

A fonte oral se apresenta, portanto, duplamente armada: nos oferece a chance de transitar por domínios entendidos como privados, particulares, considerados irrelevantes para a esfera pública e, mais ainda, nos permite visitar percursos de rememoração da experiência de constituição sujeita por ela mesma (p. 135).

Como parte da história oral da comunidade Kalunga, destacam-se: as histórias, as poesias, as músicas, as rezas para repasse da tradição, a preservação da memória histórica e a identidade étnica do grupo. A “história oral registra quando tudo começou, os primeiros moradores, as migrações sucessivas, a posse da terra, a miscigenação com o indígena.” (BAIOCCHI, 1999, p.38). Foi por meio de depoimentos dos moradores que a história do povo Kalunga começou a ser estruturada. Nosso ponto

de chegada desta construção teórica é a ideia de que a pesquisa com fontes orais já está consolidada no meio acadêmico (HARRES, 2008, p.101-3).

O resgate da memória das mulheres negras do passado inspira-nos a compreender o significado do coletivo organizado. Segundo Carneiro (2002), as conquistas para o povo negro foram muitas, inclusive na política de educação. A mesma autora destaca também as alterações que aconteceram nos livros didáticos e nos currículos escolares, com os esforços para inclusão de conteúdos da história dos povos africanos e de sua cultura, bem como a obtenção de títulos acadêmicos por militantes negros, evidenciando as universidades como espaço estratégico de atuação.

O registro das memórias que foram apresentadas neste trabalho, na verdade, são um mergulho nas histórias de vidas, ricas em experiências e em oralidade das mulheres negras da comunidade Kalunga. Por isso, foram antes de tudo, tratados com profundo respeito, e foram transcritas conforme os relatos e os registros da comunidade.

3.1. A função epistemológica e ideológica da pesquisa Histórica

Sobre o tipo de *pesquisa história oral*, temos em Thompson que ela é “toda fonte histórica deriva da percepção humana, que é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta.” (THOMPSON, 2002, p. 197).

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato - e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. (p. 15).

Dessa forma, entende-se que a história oral é carregada de significações, que as narrativas foram construindo ao longo da experiência das pessoas, além disso, faz-se relevante esclarecer que:

A história oral é o tear manual de liço composto de ferramentas teórico metodológicas que podem proporcionar a tessitura do texto narrativo. Os

diálogos estabelecidos com atores são conjuntos de fios de memória que compõem a trama; o objeto e o problema da pesquisa são os fios da urdidura, que são colocados previamente no sentido do comprimento do tear. A escolha da História Oral é movimento que se traduz na possibilidade de construir narrativas históricas que queremos contar (BARRETO; MESQUITA E SANTOS, 2013, p.3).

É importante salientar que a *História Oral* é diferente da *História de Vida*, mas ambas contribuem para dar visibilidade à camada desfavorecida. A historiadora Salvatici (2005), defende que a *História Oral* surge com o propósito de “[...] inserir as vozes que faltavam, as dos desfavorecidos, a fim de criar uma história vinda de baixo.” (SALVATICI, 2005, p. 36).

Segundo Queiroz (1988), enquanto "espécie" dentro do amplo quadro de História Oral, a História de Vida:

(...) se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu. Narrativa linear e individual dos acontecimentos que nele considera significativos, através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua sociedade global, que cabe ao pesquisador desvendar. Desta forma, o interesse deste último está em captar algo que ultrapassa o caráter individual do que é transmitido e que se insere nas coletividades a que o narrador pertence. (...) Este (o entrevistado) é quem determina o que é relevante ou não narrar, ele é quem detém o fio condutor. (p.20-21).

Neste viés, conclui-se que na *História Oral* o recorte se dá na coleta e no registro de relatos sobre fatos testemunhados pelo entrevistado, cujo conhecimento se deseja ampliar ou completar, enquanto na *Histórias de Vida* o eixo do relato situa-se na reconstrução da trajetória de vida do indivíduo, desde a infância até a atualidade. Mas, nelas, o objetivo do pesquisador não é descrever um personagem - como seria na Biografia, e sim ultrapassar o caráter individual e singular do que lhe é transmitido.

Thompson chama a atenção que “recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essa lembrança pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança.” (1998, p. 208). Neste viés, convém afirmar que a *história oral* como instrumento metodológico é essencial para aprofundar conhecimentos sobre a trajetória de vida dos remanescentes de quilombos, tendo em vista que existem poucos documentos escritos sobre a história de vida destes povos, isso pode se confirmar com a afirmação de Baiocchi:

Há mais de 150 anos nas terras, o povo Kalunga adquiriu direitos que são repassados familiarmente e socialmente por palavras. História oral. [...] Ao contrário de nossa sociedade, nestas comunidades o código não está escrito, mas exercido de fato. (1984, p. 221-222).

As histórias orais estão no cotidiano do povo Kalunga, as mulheres gostam de contar e de recontar as histórias de seu povo, seus desafios, suas lutas e suas conquistas, elas são narradoras do cotidiano, e essas narrativas são carregadas de significados, como podem ser comprovados nas falas das autoras:

As histórias de uma mulher revelam outras histórias, de muita gente. É assim que se constrói as memórias de um povo, de um lugar, de um território. São histórias que anseiam ser disseminadas. E para que isso aconteça é preciso contá-las. (NEVES, 2019 p. 44).

A tradição oral na sociedade kalunga cumpre o papel de expressar sua vida social, seus códigos, seus valores e pensamentos, ao mesmo tempo explica sua história no tempo e espaço, a geografia e astronomia. Constrói uma ciência repassada pelos mecanismos informais, a família e os anciões (BAIOCCHI, 2010, p. 7).

A *História Oral* é apresentada como metodologia fundamental para o resgate da história de vida de mulheres negras quilombolas. Ela ajuda a resgatar a histórias das transformações vivenciadas pelo grupo em análise, além de possibilitar o entendimento das narrativas enriquecidas por demonstrações de sentimentos, de silêncios significativos e de gestos que revelam posicionamentos. Para Pollak:

Se a memória é socialmente construída, é obvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. (...) O trabalho do historiador faz-se sempre a partir de alguma fonte. É evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento. Na medida em que essa intermediação é inescapável, todo trabalho do historiador já se apóia numa primeira reconstrução. Penso que não podemos mais permanecer, do ponto de vista epistemológico, presos a uma ingenuidade positivista primária. (1992, p. 8).

Reconhecendo a grandeza de possibilidades que envolvem a história oral, e considerando que “desde os primórdios da humanidade, a oralidade tem sido de importância fundamental para a reconstituição história.” (ALMEIDA, 2009, p. A38). Mediante a fala de Almeida, acreditamos que a riqueza de utilizar a história oral nesta pesquisa se justifica pela importância de conhecer e de registrar a trajetória de vida das mulheres emponderadas da comunidade Kalunga, localizada no município de

Monte Alegre de Goiás, considerando que até o momento há poucos registros destas histórias.

Assim, nessa pesquisa foi dada a voz a quatro mulheres da comunidade Kalunga, localizada no município de Monte Alegre de Goiás, dentre elas a líder da comunidade Kalunga, a matriarca **Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim Rodrigues**. Segundo Carneiro (2003), dar voz é avivar o sentimento de pertença e identificá-la como sujeitos políticos sólidos, otimizando o impacto delas sobre seus arranjos e nos sistemas de governança local, reverberando o desenvolvimento sistêmico. “As vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.” (p. 118).

É importante dizer que foram ouvidos e registrados relatos das trajetórias das mulheres líderes quilombolas, com entrevistas registradas e analisadas. Essa pesquisa ecoa particularmente as vozes de mulheres negras quilombolas, e por meio da *história de vida* narra seus percursos, o que envolve desde o sofrido silêncio imposto, historicamente, desde a escravização durante a colonização. A pesquisa expõe o como elas se inscrevem no espaço público se tornando referências para outras mulheres quilombolas que ainda esperam poder viver uma realidade distinta da vivida até o momento, em face da desigualdade histórica que impera no país, motivo pelo qual ganham a centralidade nessa pesquisa.

O objetivo geral desta pesquisa é de identificar e compreender as estratégias de resistências e o protagonismo de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças na comunidade Kalunga, situado no município de Monte Alegre de Goiás.

Já os objetivos específicos são: 1) Pesquisar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres negras quilombolas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás;

2) Registrar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres empoderadas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás.

Para desenvolver este trabalho e alcançar os objetivos, foi realizada a pesquisa qualitativa no desenvolvimento de uma pesquisa do tipo *História de Vida*, pois este

tipo de pesquisa privilegia os testemunhos não escritos, dialogando com outras fontes escritas visuais e oficiais. Entende-se que a pesquisa qualitativa

[...] envolve o estudo do uso e coleta de uma variedade de materiais empíricos – estudo de caso, experiência pessoal, introspecção, história de vida, entrevista, artefatos, textos e produções culturais, textos observacionais, históricos, interativos e visuais. (DENZIN E LINCOLN 2006, p. 17).

Assim, pode se afirmar que a abordagem qualitativa possibilita interpretações específicas do objeto investigado e “os pesquisadores dessa área utilizam uma ampla variedade de práticas interpretativas interligadas, na esperança de sempre conseguirem compreender melhor o assunto que está ao seu alcance.” (p. 17)

Segundo Silveira e Córdova (2009) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Ambas as autoras afirmam que o método qualitativo se vale de diferentes abordagens, sendo que “os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”. (p. 31-32).

Neste pressuposto, foi escolhida a pesquisa qualitativa para que pudesse aprofundar o conhecimento e a compreensão das memórias das mulheres negras quilombolas, para isso iniciei apresentando um breve histórico da comunidade Kalunga, o lócus da pesquisa.

4. BREVE HISTÓRICO DA COMUNIDADE KALUNGA, MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS: LOCUS DA PESQUISA

Segundo Palacín (1994), o século XVIII foi um longo período de tormento para os escravos em Goiás, sobretudo em função do árduo trabalho enfrentado nas minas em Goiás, e em decorrência dos maus tratos vividos, muitas doenças proliferaram entre os escravos. Em função de doenças, da fome e de sofrimentos, praticamente em quase todos os arraiais formaram-se quilombos como marca da resistência e do refúgio. Nesse viés, vale destacar as considerações de Pallacín:

Se a existência de quilombos implica maus tratos para o escravo, em Goiás constitui um testemunho impressionante, pois praticamente não há arraial sem sombra de seu quilombo. Somente durante o governo de dom Marcos de Noronha, há, através de sua correspondência, notícias de medidas tomadas contra os quilombos em Tocantins, Arraias, Meia Ponte, Crixás, Paracatu, Três Barras, todos os caminhos do norte de Minas, na mesma capital, tanto nos morros de levante como os do poente, se encontravam refúgios de negros fugidos, a pouco mais de um tiro de pedra; contudo, o caso mais perigoso, nestes anos, foi a conjuração dos negros de Pilar, escravos e calhambolas, para assassinar toda a população branca, aproveitando o bulício das festas de Pentecostes. (1994, p. 79).

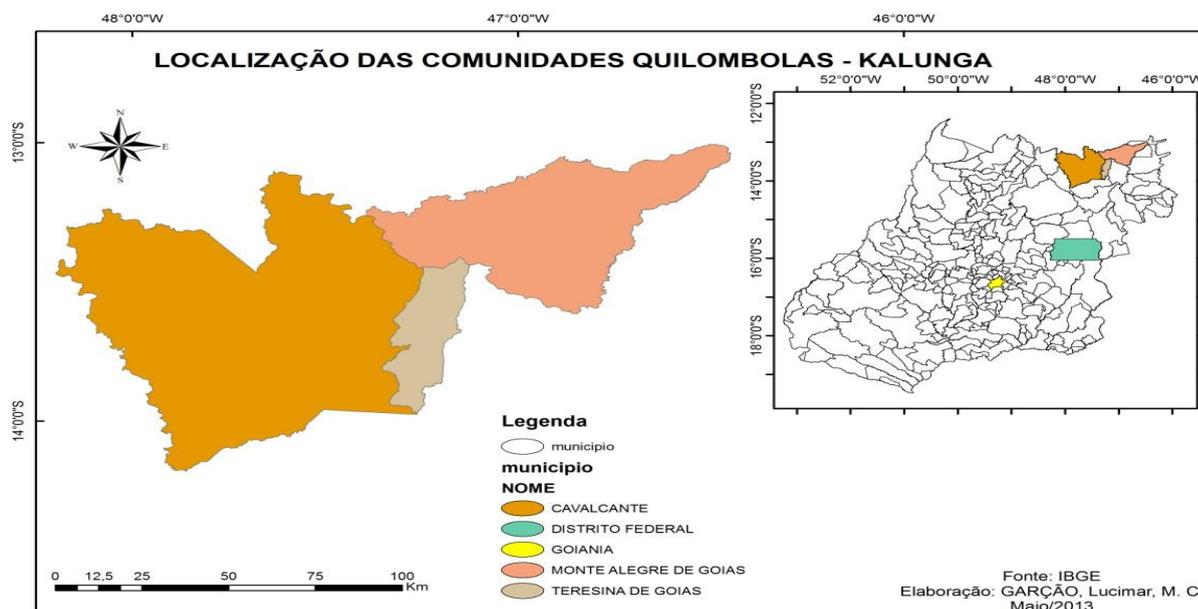
Pallacín (p.79) enfatiza que as medidas de correção contra os fugitivos eram cruéis, em que as sentenças eram variadas, incluía desde o açoitamento, marca com ferro em brasa com a letra "F", que significava fugitivo, prisão, corte de orelha ou até mesmo era paga com a vida. Em decorrência de tais crueldades, muitos escravos fugiam para lugares de difíceis acessos, formando os famosos quilombos.

De acordo com Baiocchi (1999), o *Sítio Histórico Kalunga* originou em decorrência da extração do ouro em Cavalcante, como também das minas existentes em Morro do Chapéu, hoje denominado de Monte Alegre de Goiás, e Arraias, hoje no Tocantins. Esses municípios são próximos e, na época da mineração eram considerados rota do ouro no nordeste Goiano. O local escolhido para refúgio foi estratégico, por ser de difícil acesso, cheio de serras e de morros.

A região dos Kalungas é uma área de aproximadamente 253.000 hectares, situada nos municípios de Monte Alegre de Goiás, Cavalcante e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, às margens do rio Paranã, aproximadamente a 560km de Goiânia-GO e 350km de Brasília-DF, entre serras, vãos e montanhas, como apresenta o mapa a seguir:

Figura 2: Mapa de localização Das Comunidades Quilombolas-Kalunga

Fonte: IBGE *apud* TAVEIRA, 2013.



Taveira (2013) acredita que embora exista o uso generalizado nomeando “Kalunga” como uma área única, estendendo-a aos três municípios, Monte Alegre, Teresina e Cavalcante, pois “Kalunga” é um nome próprio de uma região específica onde a comunidade e toda a história de um povo tiveram início.

Vale frisar que a descrição da comunidade Kalunga escolhida para a realização da pesquisa está localizada no Município de Monte Alegre de Goiás, e é subdividida em pequenos agrupamentos nomeados conforme a realidade local: Faina, Bom Jardim, Tinguizal, Barra, Saco Grande, Riachão, Areia, Sucuri, Boa Sorte, Olho D’Água, Ema, Curral da Taboca, Córrego Fundo, Funil, Engenho, São Pedro, Contenda e outros. Veja a localização do município de Monte Alegre no mapa 3.

Figura 3: Mapa de localização do município de Monte Alegre de Goiás



Fonte: IBGE *apud* TAVEIRA (2013).

A maioria dos remanescentes de Quilombo que vivem na comunidade Kalunga de Monte Alegre de Goiás vive da agricultura de subsistência, com a plantação de pequenas áreas, sem utilização de máquinas ou de insumos químicos. Criam bovinos, suínos e galinhas, além disso, outra atividade bem marcante é a produção de farinha de mandioca. Além disso, o extrativismo de frutos do cerrado, cultivo de frutas, de verduras nas hortas e nos pomares são bem comuns.

As mulheres e as crianças ajudam os homens em todas as etapas do cultivo das roças, desde a derrubada, preparo da terra até a colheita. Além disso, muitas mulheres produzem óleos de coco, buriti, pequi, baru, cujos frutos são típicos daquela região, e são utilizados na culinária, e também como remédios. Vale frisar que todos os produtos excedentes são comercializados nas cidades vizinhas.

Taveira (2013) afirma que nessa comunidade Kalunga, assim como nas demais, carece de políticas públicas, em diversas áreas como a da saúde, fato este que há anos a líder Procópio luta por um posto de Saúde, porém até hoje não conseguiu. Enquanto isso os moradores contam apenas com alguns agentes comunitários de saúde que fazem visitas mensalmente, e eles adotam as plantas medicinais e os benzimentos para curar das enfermidades.

Outra dificuldade que a comunidade tem enfrentado é a péssima qualidade

das estradas, pois as mesmas não são planejadas, devido a essa questão de não ter meio de transporte regular. O principal meio de transporte utilizado é o velho e conhecido “pau-de-arara”, que também transporta mantimentos, material de construção e tudo o que for necessário. Os cavalos ainda são muito utilizados como meio de transporte e de carga entre as comunidades locais. No entanto, muitos quilombolas já possuem motocicletas e carros.

A maior parte da comunidade Kalunga possui energia elétrica, água encanada, telefone celular, televisão com antena parabólica e internet, escolas, assim essas foram algumas conquistas que tem contribuído para com o bem-estar dos remanescentes de quilombo. É importante explicar que a comunidade Kalunga tem conseguido grandes conquistas na área da educação, por exemplo, o Ensino Médio foi uma delas, pois há alguns anos os estudantes tinham que sair da comunidade para estudar. A maior parte das escolas contam com energia elétrica, internet, computadores e televisores. Isso tem auxiliado no ensino-aprendizagem. Entretanto, um dos desafios para a comunidade é lidar com a evasão escolar, tendo em vista que muitos jovens não têm como se manter, e saem em busca de melhores condições de vida, parando de estudar.

Baiocchi (1999) afirma que por mais de três séculos, os quilombolas foram construindo suas identidades. E, a partir daí foram criando suas culturas, modos de vida, e a sobrevivência dentro quilombo. A identidade está presente em tudo àquilo que faz parte do patrimônio cultural, os costumes e as tradições. Nas comunidades quilombolas, as pessoas contam com os benefícios que os saberes culturais proporcionam.

Os remanescentes de quilombo tem uma cultura diversificada, grande parte são católicos, e as festas religiosas são frequentes ao longo do ano. As manifestações culturais são representadas pelas rezas, folias e festas de cunho religiosos, que foram transmitidas de geração para geração pelos seus ancestrais, por meio da oralidade que se mantém ainda hoje nas comunidades. Essas festas são de devoção aos santos, e representam a fé e a cura dos enfermos em cada localidade, além disso, todos os rituais servem para o fortalecer as relações sociais, como afirma Baiocchi (2013):

O espaço sagrado faz parte das diversas comemorações coletivas da religiosidade e representa o lugar destinado à prática dos rituais. Distribui-se por todos os núcleos de moradias e municípios. Para os rituais maiores, os espaços são fixos e, para os menores, os espaços são móveis. [...] O religioso e o lazer – o sagrado e o profano – representam práticas de toda a comunidade e concorrem para o fortalecimento das relações sociais. (p.49).

Essa comunidade tem o seu jeito próprio de comemorar, de festejar, e de rezar. As romarias acontecem todo ano, em que é preparada a festa para o padroeiro da comunidade, São João Batista. Essa festa é preparada com toda devoção e todo carinho. São nove dias de cerimônia, cada dia de festa tem uma pessoa ou mais que é responsável. Nesses dias, a comida e a festa ficam por conta da pessoa encarregada. As rezadeiras são sempre as mesmas, todos os dias, e elas dão um “show” mesmo, a maioria são analfabetas, conseguem rezar em português e também em outra língua, como o latim. É importante frisar que nas romarias também são realizados casamentos e batizados das crianças.

A comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás tem o seu jeito próprio de construir cultura, trazendo uma cultura ancestral, no qual respeitam e valorizam seus modos de vida. Tardin destaca que a “[...] cultura é toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva aos estabelecimentos de modos de vida” (2012, p. 178), ou seja,

a cultura é uma forma de interpretar o mundo. Cada grupo define a melhor maneira de formular essa interpretação. Desse processo emergem diversidades, multiplicidades de expressões como resultado da experiência de homens e mulheres com o seu meio, com o seu grupo, com o mundo. Assim, a cultura assume as características de ser multifacetada, plural, polifônica. (p. 178).

É importante salientar que as mulheres quilombolas tem conquistado espaço na sociedade, tendo em vista que a comunidade conta com várias mulheres empoderadas, que lutam em prol dos direitos de todos os remanescentes de quilombo. Como pode ser comprovado na fala de Real:

A postura acrítica, submissa, dependente e a condição de excluída, menosprezada, discriminada, massacrada, explorada, perseguida e abandonada, até então vivida historicamente pela comunidade Kalunga, começa a dar lugar a uma postura que vislumbra novas formas de nascer, viver e morrer de seus habitantes. Esta nova possibilidade que delinea com novos contornos o perfil da comunidade, manifesta-se a partir de posturas e posições ocupadas por atores da comunidade em seu próprio cenário, como no caso do Presidente da Associação Quilombo Kalunga - A.Q.K.; a Presidente da Associação das Mulheres Kalunga; bem como no cenário Municipal, Regional e Estadual. No âmbito municipal, a comunidade Kalunga conta com a secretária de Igualdade Racial, Maria Helena Serafim. No âmbito regional, a Kalunga nascida e residente na fazenda Riachão do município de Monte Alegre, Lourdes Fernandes de Souza ocupa a cadeira nº.48 do Patrono Abdias Magalhães da Academia de Letras e Artes do Nordeste Goiano-ALANEG. E na esfera Estadual, a comunidade Kalunga tem a sua representante, Lucilene Santos Rosa, que ocupa o cargo de Gerente da Secretaria Cidadã-Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás (REAL, 2018, p.49).

Além disso, as mulheres sempre buscam preservar e resgatar a cultura local, “as mulheres têm grande destaque nas comunidades e eventos fora do território, são ‘guardiãs’ de saberes do cerrado [...] defendem a memória de seus antepassados” (NEVES, 2019, p.42). Ainda neste viés Neves complementa que

As performances dessas mulheres cumprem um papel importante na tessitura de memórias, que se transformam em narrativas, que constroem pertencimento a suas culturas e identidades, dentro e fora de suas comunidades. São memórias situadas no cotidiano e nos rituais, que atravessam as noções e temporalidades de tradição e contemporaneidade. (p.42).

Neves (2019) assevera que algumas das mulheres participam de atividades educacionais e culturais de suas comunidades são líderes que incentivam crianças, jovens, mulheres e homens a valorizarem a cultura quilombola, e aprendem com isso a ‘si’ valorizarem. A fala seguinte reforça ainda mais a importância da cultura dos povos quilombolas:

Lançar um olhar sensível para as culturas populares, bem como para a performance do cotidiano de mulheres do cerrado, marcadas por saberes tradicionais, é buscar compreender a noção de tradição atuante na cultura de forma viva, isto é, no modo de conceber e viver daqueles que produzem e usam esses bens simbólicos. (SILVA e LIMA, 2014, p.161).

Neste pressuposto, eu como pesquisadora negra busco por meio desta pesquisa dar voz às mulheres que sonham em manter a sua cultura e as suas memórias vivas, para que elas possam ser ressignificadas. Ademais diante de

tamanha importância da pesquisa em dar voz às mulheres, a fim de manter a cultura e as memórias vivas da comunidade Kalunga.

4.1. Mulheres quilombolas: sujeitos desta pesquisa

Às vezes eu fico pensando, dentro de mim, como é que eu tive essa força, essa coragem de lutar, que muitos na comunidade não tem a coragem de fazer o que eu fiz e o que faço. É porque quando eu me lembro do processo que minha mãe passou, e minha avó, escravizada com 12 anos, foi levada pelo homem de engenho. Então, isso eu não queria que acontecesse comigo, porque eu ia ser uma das negras revoltadas, porque lembro o que minha avó passou (repete). Elas começaram a luta para construir e conseguir, mas elas não tiveram acesso. (DONA FÁTIMA, agosto de 2011, *In*: SANTOS, 2012, p.42).

Muitas mulheres quilombolas do município de Monte Alegre de Goiás, mesmo diante de tantos obstáculos, têm conseguido sobressair, ocupando espaços e elaborando pautas político-sociais, tornando-se protagonistas das suas ações, servindo de exemplo para as futuras gerações, além disso, têm lutado contra o racismo, a desigualdade social e de gênero. Com foco na história dessa luta, construímos a “Memória necessária” sobre **Procópia dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita de Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim Rodrigues**. Da esquerda para a direita tem-se a foto de cada uma delas na imagem a seguir:

Imagem 3: Lourdes, Procópia, Quita e Maria Helena



Fonte: Acervo pessoal das entrevistadas, 2022.

Diante dessas quatro mulheres demonstramos a partir do poema abaixo que a memória abriga e protege os sonhos, não permitindo que eles morram. Nesse sentido, mostra a importância de acreditar que dias melhores virão. A autora de forma intencional, creio que ao repetir os versos “*todas as manhãs*”, reforça a ideia de resistência, pois a cada manhã ele renova as forças e as esperanças, fortalecendo diariamente para jamais desistir das lutas. É assim que narramos um pouco de cada uma das mulheres negras quilombolas, que desde muito tempo lutam contra vários obstáculos, dentre eles a liberdade e os direitos do seu povo.

Todas as manhãs acoito sonhos
e acalento entre a unha e a carne
uma agudíssima dor.

Todas as manhãs tenho os punhos
sangrando e dormentes
tal é a minha lida
cavando, cavando torrões de terra,
até lá, onde os homens enterram
a esperança roubada de outros homens.

Todas as manhãs junto ao nascente dia
ouço a minha voz-banzo,
âncora dos navios de nossa memória.
E acredito, acredito sim
que os nossos sonhos protegidos
pelos lençóis da noite
ao se abrirem um a um
no varal de um novo tempo
escorrem as nossas lágrimas
fertilizando toda a terra
onde negras sementes resistem
reamanhecendo esperanças em nós.
(EVARISTO, 2008, p. 13).

E nesse viés apresentarei cada qual em sua particularidade para melhor compreendermos a importância delas na construção dessa memória.

4.1.1. Procópia dos Santos Rosa

Procópia dos Santos Rosa é filha de dona Maria e seu Manel, descendentes de escravos, conhecida como Procópia, nasceu em 10 de Fevereiro de 1933 na comunidade Kalunga Riachão, município de Monte Alegre de Goiás, onde reside até os dias atuais. Uma mulher que é um exemplo de luta e resistência, pois sempre lutou incansavelmente pelos direitos dos moradores daquela região, inclusive

conseguiu vários benefícios, como encanação de água, energia elétrica , escolas e além disso, sempre buscou preservar a cultura local.

Figura 4: Linha do tempo de Procópia dos Santos Rosa



Fonte: Acervo pessoal da autora, desenhado por Nicolle Fiuza, 2022.

A matriarca Procópia tem 89 anos de idade, tem dois filhos, 12 netos e 30 bisnetos; Analfabeta, viúva desde 2010, sobreviveu sempre da agricultura de subsistência. Hoje é aposentada, mora sozinha, mas próximo dos seus filhos, Leo Fernandes dos Santos e Domingas dos Santos Fernandes.

Souza (2014) afirma que a anciã é rezadeira, foi parteira por muitos anos, tem conhecimento em remédios caseiros e outras práticas da cultura Kalunga. Ela tem memória ampla e viva, muito sábia, tenta sempre participar de encontros, reuniões, audiências e outros eventos que estão ao seu alcance, dando as suas contribuições.

Dona Procópia foi uma das primeiras lideranças, mulher Kalunga e negra, a abrir caminhos na luta com seus companheiros, sendo um exemplo de vida e de luta para os demais moradores, principalmente para as mulheres da comunidade. Corajosa e sábia, a anciã tem um conhecimento autônomo, com sua visão ampla que vai além de sua realidade, e desde sua juventude inseriu na luta coletiva, buscando a equidade social para o local e o seu povo, visando o fortalecimento da coletividade.

A dona Procópia já conheceu várias autoridades, inclusive o ex-presidente da

República, Luiz Inácio Lula da Silva. Como diz Taveira (2013):

A comunidade Kalunga já foi visitada por várias autoridades políticas nacionais e internacionais. Em 1990 ali estiveram o Embaixador do Canadá e sua esposa, negra, africana, natural da Costa do Marfim, e o Embaixador da Organização das Nações Unidas (ONU), também africano natural de Cabo Verde. Em 1990, esteve na inauguração de uma escola estadual no Riachão o Ministro da Educação à época. Em 2004, ocorreu a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na inauguração do primeiro ponto de energia elétrica do Programa “Luz para Todos. (p. 150).

De acordo com Souza (2014) a matriarca dona Procópio foi uma das primeiras mulheres negras a lutar em prol do desenvolvimento da comunidade, visando à equidade social para o povo Kalunga e o fortalecimento da coletividade. Sempre atenta aos interesses de todos, logo sempre está em contato com as autoridades públicas na tentativa de ampliar os direitos humanos.

Em 2005, a matriarca Procópio foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pela luta em prol dos territórios e dos direitos dos kalungas. Como afirma Lopes para o portal de notícia Goiás Total:

Dona Procópio fez parte de uma lista de 1 mil mulheres de todo o mundo, e, destas, apenas 52 eram brasileiras. A indicação dela foi anunciada de forma simultânea para 40 países. Criado em 1901 pelo inventor e empresário norueguês Alfred Nobel, o Prêmio Nobel da Paz homenageia homens e mulheres por seus trabalhos na busca da fraternidade entre as nações, fim de conflitos e promoção do diálogo. Entre os ganhadores do prêmio, está o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, “por seus extraordinários esforços para fortalecer a diplomacia internacional e a cooperação entre as pessoas”, segundo o Comitê do Nobel. (Goiás Total-05/04/2021).

E foi por causa daquela indicação que ela conheceu a cidade de São Paulo. Foi a única goiana convidada para o prêmio, ganhando destaque por conseguir impedir a construção de uma barragem, no Rio Paranã, que alagaria boa parte do território Kalunga.

A matriarca Procópio recebeu um prêmio no Projeto Mestres dos Saberes, de Brasília – DF, em 2018. Ela recebeu recursos financeiros para dar início ao projeto que contemplasse a comunidade Kalunga. Foi com esse recurso que ela deu início ao Museu Iaiá Procópio, tendo em vista que era um sonho do povo da comunidade Kalunga para não deixar a história do povo acabar, assim, para manter as tradições, tiveram a ideia de um museu para visitação pública.

Isso é uma prova que a senhora Procópia realmente luta e se preocupa com o bem-estar da comunidade Kalunga. Ela sempre buscou resgatar e preservar a cultura do seu povo, inclusive foi criado um pequeno museu em sua casa, que foi inaugurado em 2019, em que são guardados os documentos de todo o processo histórico de consolidação do Sítio Histórico Kalunga. É um espaço bem simples e concentra o registro de uma vida inteira dedicada ao povo Kalunga. Atualmente o museu “Iaiá Procópia” é administrado por sua neta, Lourdes Fernandes de Souza, que também foi escolhida para compor a minha pesquisa.

Em novembro de 2021, foi realizado o V COPENECO, Congresso de Pesquisadores/as Negros/as da região Centro Oeste, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as – ABPN, o Consórcio de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros Centro-Oeste, e a Universidade de Brasília – UnB, e teve como tema *Democracia sem pautas antirracistas ou antipatriarcalistas é hipocrisia*, em que a dona Procópia foi homenageada e participou de uma linda e emocionante palestra.

Imagem 4: Confirmação da dona Procópia no V COPENECO



Fonte: <https://portal.ufgd.edu.br/setor/neab/informe/v-congresso-brasileiro-de-pesquisadoresas-negrosas-do-centro-oeste---copeneco - 2021>.

No ano de 2022, a matriarca e líder Procópia, recebeu o título de Doutora Honoris Causa, concedida pela Universidade Estadual de Goiás, e foi entregue pelo reitor Antônio Cruvinel. É importante salientar que essa figura feminina é reconhecida

pelo seu ativismo, que lutou incansavelmente contra o racismo e em prol dos direitos dos povos da comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás.

A solenidade de entrega do título foi realizada na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, no dia 07 de dezembro de 2022, e contou com a participação de várias autoridades e com o povo da sua comunidade. A mestre dos saberes estava muito feliz e emocionada, disse que: “Não sei se sou merecedora de tudo isso, mas estou emocionada por receber esse título, sei que lutei muito pelo meu povo e fico feliz em ser reconhecida”. (Entrevistada Procópia dos Santos Rosa-07/12/2022).

Imagem 5: Recebimento do título de Doutora Honoris Causa



Fonte: Arquivo da pesquisadora-07/12/2022.

4.1.2 Lourdes Fernandes de Souza

É importante salientar que Lourdes Fernandes de Souza, conhecida como Bia, é a neta mais velha da dona Procópia, tem 38 anos, casada, três filhos. Ela é uma

guerreira, saiu de sua comunidade para estudar ainda adolescente, sem condições financeira, morou e trabalhou como doméstica em uma casa de família em Brasília. Ao concluir o ensino médio, ela foi aprovada em um processo seletivo da Secretaria Estadual de Educação e voltou para sua terra natal trabalhar como professora no ano de 2007.

Figura 5: Resumo da Linha do tempo de Lourdes Fernandes de Souza



Fonte: Acervo pessoal da autora, desenhado por Nicolle Fiuza, 2022.

As conquistas da remanescente de quilombo, Lourdes Fernandes de Souza é fruto de muita coragem “é uma mulher que atravessa fronteiras do seu território, do seu mundo Kalunga e da condição de mulher quilombola” (NEVES, 2019 p. 69), para realizar os seus objetivos e tornar-se uma mulher emponderada, como afirma Neves (2019):

Bia Kalunga é nome artístico da professora Lourdes Fernandes Souza, mulher comunicativa Casada com Wiliam, mãe de Uriel, Uigmê e Luara. Ela é uma lutadora e vencedora, pois mesmo casada, mãe de 3 filhos morando na comunidade Kalunga Riachão, conseguiu graduar-se em Educação do Campo – Linguagem (UnB – Universidade de Brasília). Ela escreve poesias e tornou-se membro da Academia de Letras e Arte do Norte Goiano, da cidade de Formosa (p. 69).

Lourdes é diretora das escolas estaduais da comunidade Kalunga, município

de Monte Alegre de Goiás, além disso, é conselheira da Associação Mulheres do Quilombo Kalunga de Monte Alegre de Goiás – AMQKM que foi fundada em 2014 e que participam aproximadamente trinta mulheres associadas. Essa associação viabiliza a produção de artesanato, chás e remédios de ervas medicinais, doces e bolos que são vendidos em encontros e festejos do povo Kalunga, feiras e exposições em Monte Alegre e outras cidades.

Atualmente, Lourdes Fernandes está cursando um mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, ofertado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e recentemente lançou um livro *Iaiá Procópio: Memória e Resistência Kalunga*. Uma mulher que aos poucos vem conseguindo espaço privilegiado na sociedade, “Lourdes Fernandes de Souza ocupa a cadeira nº.48 do Patrono Abdias Magalhães da Academia de Letras e Artes do Nordeste Goiano-ALANEG.” (REAL, 2018 p. 53).

Lourdes, a neta mais velha de dona Procópio herdou o espírito de liderança de sua avó, atualmente ela faz parte do conselho da Associação Quilombo Kalunga – A.Q.K. e é vice-presidente da Epotecampo (Associação de estudantes e comunidades rurais). Além disso, é escritora, e por meio dos seus poemas ela deixa transparecer seus desejos, a luta e os anseios do povo da sua comunidade, como afirma a autora Neves:

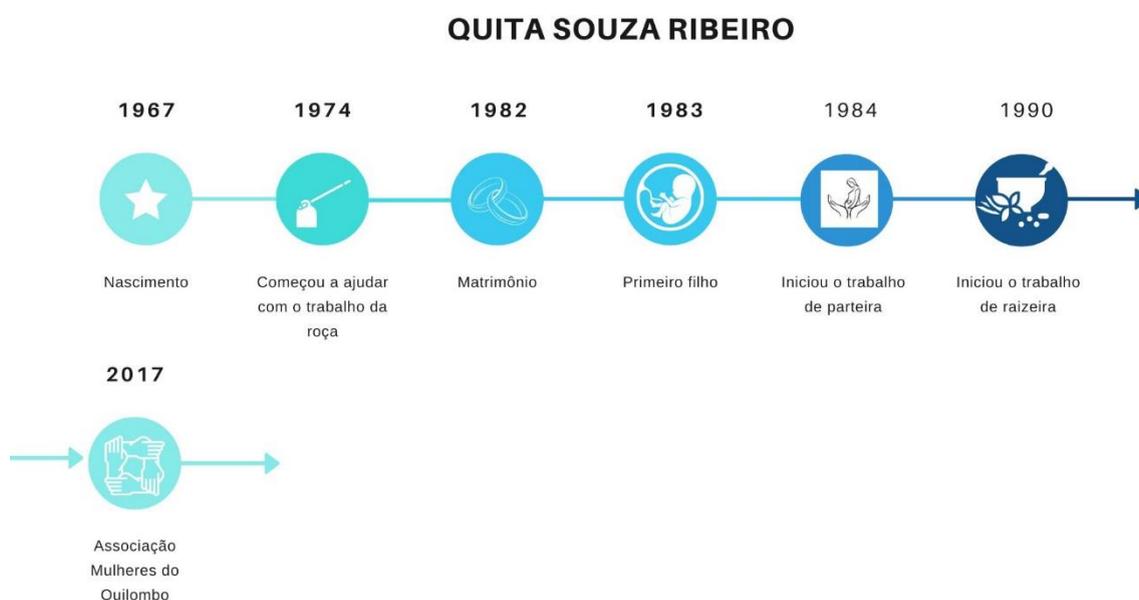
O poema Quilombo kalunga foi publicado na revista Xapuri socioambiental (2017), de Brasília. Um poema que narra a trajetória e o desejo de homens e mulheres que lutam por dignidade num território até pouco tempo atrás, praticamente isolado. Bia, com suas poesias, parece ser uma mulher que não tem medo de contar sua história e de tantas outras mulheres das diversas comunidades que ela atua do Território Kalunga. Na escola, ensina seus alunos a fazer poesia, inspirando seu povo a valorizar a ancestralidade por meio da temática: “Ser Kalunga”. Bia ensina estudantes a contarem histórias em versos. (2019 p. 70).

Lourdes Fernandes é motivo de orgulho e de inspiração para muitas mulheres kalungas, inclusive sua mãe, dona Quita, que também será uma das mulheres que fará parte da minha pesquisa. A seguir farei uma breve apresentação desta mulher incrível, cheia de sonhos, anseios e que também luta pelos direitos dos povos remanescentes de quilombos.

4.1.3 Quita Souza Ribeiro

Quita de Souza Ribeiro nasceu na comunidade Kalunga, municípios de Cavalcante Goiás, na comunidade Vão de Almas, tem 55 anos, é casada com Léo (filho de Dona Procópia), tem sete filhos (dois homens e cinco mulheres), e somente a filha caçula nasceu no hospital, os demais nasceram em casa, com a ajuda de uma parteira.

Figura 6: Resumo da linha do tempo de Quita Souza Ribeiro



Fonte: Acervo pessoal da autora, desenhado por Nicolle Fiuza, 2022.

Dona Quita é uma mulher muito criativa, ela faz parte da Associação Mulheres do Quilombo Kalunga de Monte Alegre de Goiás – AMQKM. Ela conhece muitas ervas medicinais, inclusive prepara a famosa “garrafada”, item muito vendido em sua mercearia e na cidade. Ressalta-se que o termo “garrafada” é muito utilizado na comunidade, em que é um preparo feito em uma garrafa contendo ervas medicinais (folhas, cascas do caule da planta e as raízes), cachaça ou vinho branco, usada para evitar ou até mesmo curar enfermidades diversas.

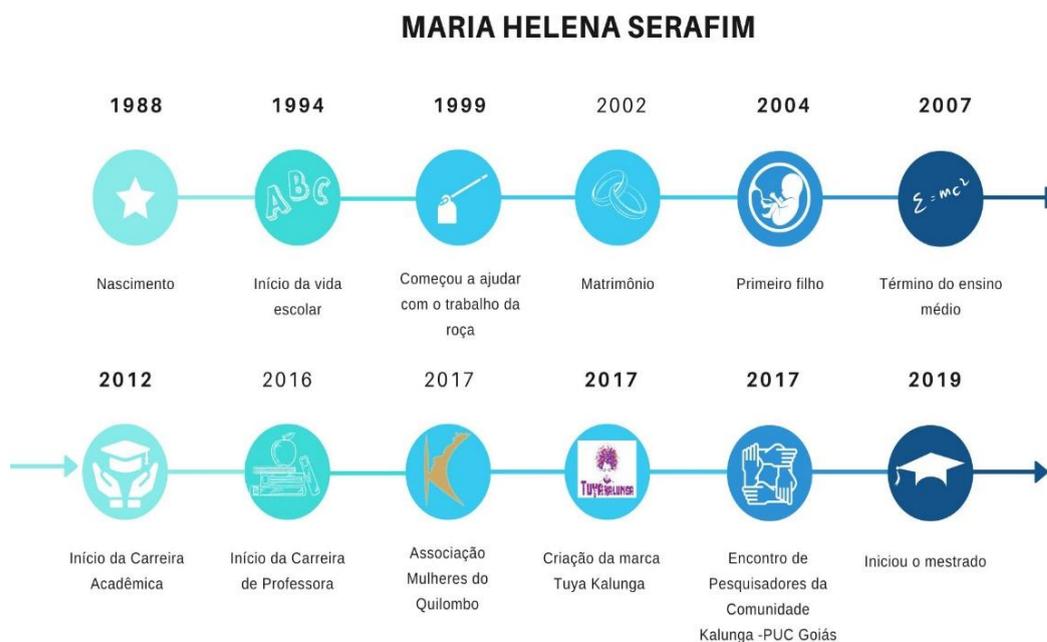
Essa mulher trabalhou como merendeira em uma escola estadual que fica próxima de sua residência por muitos anos, mas ela decidiu sair do trabalho para trabalhar como autônoma, juntamente com seu esposo, fazendo as “garrafadas”, doces deliciosos de frutos do cerrado, para comercializá-los em sua mercearia.

Outra especialidade desta mulher é a de incentivar a preservação da cultura local, em que na maioria das festas realizadas na comunidade é ela organiza uma apresentação de danças típicas da região, que é a *sussa* e *jiquitaia*, danças realizadas por mulheres em formato de roda, com sons de instrumentos e com músicas cantadas ao vivo. Em que as mulheres vestem saias floridas, longas e rodadas, que são confeccionadas por um grupo de mulheres que fazem parte da Associação Mulheres do Quilombo Kalunga, liderada por Maria Helena Serafim Rodrigues, presidente desta associação, que também foi escolhida para participar deste trabalho.

4.1.4 Maria Helena Serafim

Maria Helena Serafim tem 34 anos, nasceu na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás, foi para a cidade de Campos Belos Goiás para estudar, e retornou para sua terra natal para trabalhar como professora. Ela é coordenadora da Associação Mulheres do Quilombo Kalunga, e é conhecida popularmente por Tuya Kalunga.

Figura 7: Resumo da Linha do tempo de Maria Helena Serafim Rodrigues



Fonte: Acervo pessoal da autora, desenhado por Nicolle Fiuza, 2022.

É graduada em Licenciatura em Educação do Campo, pela Universidade de Brasília-UnB, é mestranda em sustentabilidade Mespt - UNB. Ela é uma mulher que sonha, apresenta uma grande história de luta e de superação, mostra através da sua fala o desejo de ver o seu povo liberto de qualquer tipo de opressão, inclusive a elevação da autoestima da mulher Kalunga.

No ano de 2017, a remanescente de quilombo criou a marca de roupas *Tuya Kalunga*, que fomenta reinterpretar com cores e outros tecidos a maneira como se vestiam, como se calçavam e como faziam suas próprias roupas, tecendo com o algodão cultivado em seus quintais, tudo isso com o intuito resgatar parte dos saberes do seu povo.

Maria Helena fala sobre a criação da marca Tuya em um vídeo no *youtube* ela declara que:

o grande propósito da marca Tuya, não é apenas roupas, é empoderamento e levantar a autoestima da mulher Kalunga através do desenvolvimento sustentável da comunidade. Que as mulheres sejam empoderadas em todos os sentidos, que elas sejam fortes e de lutas. (Tuya Kalunga: Mulheres negras produzindo moda-postado em 22 de janeiro de 2020).

Tuya Kalunga e a remanescente de quilombo Lourdes Fernandes, já citada anteriormente, participaram do “III Encontro de Pesquisadores da Comunidade Kalunga”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), Associação Quilombo Kalunga, Rede Kalunga, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus de Arraias-TO, realizado em Goiânia, nos dias 30 e 31 de março de 2017, e neste dia foi realizado o lançamento da marca Tuya Kalunga, como afirma Real:

O “III Encontro de Pesquisadores da Comunidade Kalunga” promovido pela PUC-GO e UFT, foi realizado em Goiânia, nos dias 30 e 31 de março de 2017. Durante a realização do evento, todo instante anunciavam o lançamento da grife “Tuya roupas e acessórios”, de propriedade da empresária Kalunga “M. H.” do município de Monte Alegre de Goiás, em parceria com o estilista “M” da cidade de Campos Belos. Mesmo antes de se iniciar o lançamento da grife com o desfile da moda Kalunga, a Senhora “M. H.” usou o microfone e disse que já havia conseguido concluir o curso e recebido o diploma do curso superior em Educação do Campo pela a UNB. Disse ainda que “apesar das dificuldades financeiras, resolveu criar a moda Kalunga, como meio de trabalho e renda”. Após a sua fala, deu-se início ao lançamento da grife, com o desfile de mulheres e homens da comunidade, vestidos com roupas coloridas e com motivos da cultura africana (p. 123).

Percebe-se que Maria Helena é uma mulher protagonista que luta pelo empoderamento dos povos da comunidade Kalunga, além disso, luta para elevar a

autoestima da mulher negra quilombola. A seguir foi abordado como foi realizada as entrevistas com as mulheres negras escolhidas para compor este trabalho.

4.2. O contexto das entrevistas

Destaca-se que a entrevista é “um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. (BONI e QUARESMA, 2005, p.72). Por meio da entrevista, o pesquisador visa obter informações subjetivas, pois dessa forma o entrevistado expõe seus valores, suas atitudes, suas crenças, que em outros tipos de coleta de dados, como na observação, seria mais difícil ou até impossível.

As histórias e as memórias das mulheres negras quilombolas de Monte Alegre de Goiás, constitui-se por meio de entrevista semiestruturada por possibilitar perguntas mais direcionadas, dispostas por pontos temáticos a serem respondidos livremente, mas com certo direcionamento. Isso possibilitará a pesquisadora em fazer intervenções mais contundentes, visando atingir o propósito da pesquisa.

As mulheres negras quilombolas escolhidas para fazerem parte deste trabalho são resilientes e têm grande importância para a comunidade Kalunga, pois não medem esforços para lutar pela liberdade e pela dignidade do seu povo, deixando um verdadeiro legado repleto de histórias de conquistas e de superações.

É importante frisar que a voz dessas mulheres é um documento singular que retrata e salvaguarda a história dos modos de resistir frente a um contexto adverso que impunha variadas formas de opressão ao povo quilombola. Nesse viés, as mulheres negras quilombolas que compõem a pesquisa tem uma trajetória de vida diversa e marcada por lutas e por desafios e, sobretudo, uma trajetória diante de suas experiências singulares, como podemos perceber ao conhecer o perfil de cada uma.

A pesquisa de campo foi composta pela realização de entrevistas com quatro mulheres negras quilombolas da Comunidade Kalunga, apresentadas anteriormente, do município de Monte Alegre de Goiás. Com o propósito de compreender quem são essas mulheres quilombolas que, hoje lideram, lutam e organizam seu espaço cotidiano, seu espaço de experiência como o território de vida, através do seu protagonismo.

O próximo poema de Manoel de Barros enfatiza a ideia de fotografar, como ação de registrar em imagens concretas os conceitos abstratos, como o amor, o silêncio, a verdade, o perdão.

Difícil fotografar o silêncio.
Entretanto tentei. Eu conto:
Madrugada a minha aldeia estava morta.
Não se ouvia um barulho, ninguém passava entre as casas.
Eu estava saindo de uma festa.
Eram quase quatro da manhã.
Ia o Silêncio pela rua carregando um bêbado.
Preparei minha máquina.
O silêncio era um carregador?
Estava carregando o bêbado.
Fotografei esse carregador.
Tive outras visões naquela madrugada.
Preparei minha máquina de novo.
Tinha um perfume de jasmim no beiral de um sobrado.
Fotografei o perfume.
Vi uma lesma pregada na existência mais do que na
pedra.
Fotografei a existência dela.
Vi ainda um azul-perdão no olho de um mendigo.
Fotografei o perdão.
Olhei uma paisagem velha a desabar sobre uma casa.
Fotografei o sobre.
Foi difícil fotografar o sobre.
Por fim eu enxerguei a 'Nuvem de calça'.
Representou para mim que ela andava na aldeia de
braços com Maiakowski – seu criador.
Fotografei a 'Nuvem de calça' e o poeta.
Ninguém outro poeta no mundo faria uma roupa
mais justa para cobrir a sua noiva.
A foto saiu legal. (BARROS, 2000 – O Fotógrafo)

Logo, assumi a mesma analogia para apresentar – fotografar – as entrevistas, na elaboração de um trabalho que se quer criar uma linguagem ou uma imagem mais verdadeira, filiada as “memórias necessárias” de mulheres quilombolas.

A história das mulheres negras quilombolas do município de Monte Alegre de Goiás está em constantes diálogo com as memórias das identidades de gêneros que, apesar de distintas, colaboram para compreendermos os processos históricos, os papéis sociais e culturais dos sujeitos desta pesquisa. A seguir apresentarei as memórias vivas das mulheres negras quilombolas, lembrando que elas revelam como suas experiências foram marcadas pelas lutas e superações.

5. MEMÓRIAS VIVAS DAS MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS: APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

As memórias das mulheres negras quilombolas do município de Monte Alegre de Goiás são repletas de saberes e têm grande relevância para a comunidade Kalunga. Antes de iniciarmos a apresentação destas memórias, faremos um breve perfil das entrevistadas, em que serão apresentados os nomes, as idades, a etnia, as formações e as ocupações.

Quadro 1: Quadro: Breve perfil das mulheres entrevistadas

ENTREVISTADAS	IDADE	ETNIA	FORMAÇÃO	OCUPAÇÃO
Procóbia	89	Quilombola	Analfabeta	Aposentada/Líder
Quita	55	Quilombola	4ª série	Aposentada/Raizeira
Lourdes	38	Quilombola	Mestranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social	Professora/membro da Associação quilombo de Mulheres
Maria Helena	34	Quilombola	Mestranda em Sustentabilidade	Professora/Empreendedora e membro da Associação quilombo de Mulheres

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2022.

Ao iniciar o trabalho de escuta, percebemos que as mulheres se encontravam bem à vontade para relatarem as memórias de suas vidas. Para Bogdan e Biklen (1994):

Os bons relatos caracterizam-se pelo facto de os sujeitos estarem à vontade e falarem livremente sobre os seus pontos de vista [...] produzem uma riqueza de dados, recheados de palavras que revelam as perspectivas dos respondentes. As transcrições estão repletas de detalhes e de exemplos. Um bom entrevistador comunica ao sujeito o seu interesse pessoal, estando atento, acenando com a cabeça e utilizando expressões faciais apropriadas (p.136).

Levamos em consideração as palavras de Bogdan e Biklen valendo-se de ouvir cuidadosamente cada mulher. Estando atenta a cada palavra, gesto e expressões faciais que demonstrassem suas emoções e suas lembranças durante os relatos das memórias. A experiência mostrou-se rica em significados e em detalhes, e relataram os resultados de grandes lutas e superações, os quais, no nosso entendimento, servirão de exemplos e motivações para as gerações futuras.

Ao dar voz a cada mulher negra da comunidade Quilombola do município de Monte Alegre de Goiás, ao mostrar sua história de vida e o seu protagonismo ocasionou um pressuposto: existe uma resistência e uma luta na tentativa de romper com situação de submissão e de alienação do processo histórico, esse se reverte por meio de suas histórias, elas relataram que durante anos foram caladas e vítimas de vários tipos de barbárie.

O papel da memória não se reduz ao ato de recordar, pois a memória revela os “fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano fornecendo-lhe significado e evitando, dessa forma, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades”. (TODOROV, 1999, p. 26-7). A memória, portanto, “é construção do passado pautada por emoções e vivências. É flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. (FERREIRA, 2000, p. 111).

Podemos entender com os autores citados que a *memória* de um povo é o que faz com que percebam no seio da própria sociedade, a sua própria história. A memória se enraíza, então, no espaço que nos circunda, na terra, nos objetos que usamos. Assim as pessoas se lembram, narram sua trajetória e as mudanças ocorridas num determinado espaço. É “a memória dos habitantes que faz com que eles relatem suas experiências sociais e lutas cotidianas”. (ORIÁ, 1997, p. 129).

É cabível afirmar que reconstruir a história, via movimento da oralidade, utiliza-se do auxílio *da memória* e *da oralidade*, o que é fundamental para a descoberta de histórias excluídas e apagadas pela historiografia oficial, como a de mulheres negras quilombolas.

No mesmo caminho metodológico, temos Halbwachs (2006) que introduz o conceito de *memória coletiva*, resgatando a ideia de que a história de vida é construída em grupos sociais, é ela que determina o que é memorável e os lugares em que essa memória será preservada. Já a *memória individual* só existe quando o sujeito faz parte de um grupo social. Neste viés, Delgado (2003) defende que a história oral ainda mantém relação com *memórias coletivas* e *memórias individuais*, pois elas mesmas podem se fundir e se constituírem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico.

Em se tratando das mulheres negras quilombolas que assumem a centralidade dessa pesquisa, percebemos que a memória coletiva e a individual tornam-se um meio

para as comunidades construírem e apresentarem aos outros grupos sociais e aos seus, a significação histórica e cultural. Do que se pode entender que *a memória e a história de vida* não possibilitaram apenas a construção da história e identidade das mulheres negras quilombolas, mas percorrer os passos de uma transformação que envolve entender e deixar de viver “uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder”. (TEDESCHI 2014, p. 29).

5.1. Categoria luta e resistência

Para melhor compreendermos sobre a categoria luta e resistência, apresentaremos os apontamentos das entrevistas seguindo a construção de nossa questão norteadora: *O que pode ser registrado como memória viva das mulheres remanescentes do quilombo?*

Em busca de uma resposta que esclarecesse dessa nossa primeira questão podemos destacar uma primeira categoria de análise que se destacou – *Luta e resistência*, abarcando uma parte das memórias que sintetizam as lutas e as resistências das mulheres negras quilombolas do município de Monte alegre de Goiás.

Thompson (1998) assevera a importância de recordar a própria vida, tendo em vista que esse ato é fundamental para a afirmação de nossa cultura, fortalecendo ainda mais os nossos laços com os ancestrais. Neste viés, convém afirmar que a história de vida como instrumento metodológico é essencial para aprofundar conhecimentos sobre a trajetória de vida dos remanescentes de quilombos, tendo em vista que existem poucos registros escritos sobre a trajetória de vida destes povos.

Para falar sobre o processo de luta e resistência das mulheres negras, reportamos ao trecho do poema de Evaristo, pois por meio dele a autora enfatiza os anseios das mulheres negras pela liberdade, fazendo uma retrospectiva das lutas vividas da bisavó, de sua mãe, dela e também de sua filha, e assim, ao falar das memórias das mulheres quilombolas, estamos englobando outras negras moradoras do quilombo, pois a trajetória de vida mostra as lutas, os anseios de liberdades, “muitas vozes precisam ecoar para romper as desigualdades e conquistar espaços, por isso sua voz ainda ecoa versos perplexos com rimas de sangue e fome” (EVARISTO, 2017, p.10-11).

Dessa forma, podemos perceber a partir das falas das entrevistadas, por meio do quadro abaixo, que o processo de luta e resistência das mulheres negras

quilombolas iniciou bem cedo, e que mesmo diante de tantos desafios elas nunca deixaram de sonhar, nem desistiram de lutar pelos seus direitos.

Quadro 2: Categoria luta e resistência

MEMÓRIAS	Entrevistada
(...) além de sermos mulheres, negras e quilombolas, temos que nos mantermos vivas e fortes”,	<i>Maria Helena-- 11 /10/2022 – SIC.</i>
(...) desde crianças ajudávamos os pais no trabalho da roça e nos afazeres domésticos.	<i>Maria Helena-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).</i>
(...) Passei a minha infância toda na roça, minha mãe ia ajudar meu pai, me levava junto, ao chegar lá me colocava em uma cama de madeira improvisada e de vez em quando ia me olhar para ver se estava tudo bem.	<i>Procópio - 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Desde que entendi por gente é trabalhando na roça, ajudava meus pais no cultivo das roças, da preparação da terra, plantio até a colheita. Além disso, ajudava a minha mãe com o trabalho doméstico.	<i>Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).</i>
(...) Comecei a trabalhar na roça com sete anos, além disso, ajudava a cuidar dos meus irmãos e ajudava minha mãe com os trabalhos domésticos.	<i>Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Comecei a ajudar meus pais na roça por volta de 11 anos, além disso cuidava dos irmãos mais novos. Desde muito nova eu assumi muitas responsabilidades, dentre elas, cuidar da casa enquanto minha mãe saía para pescar.	<i>Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Iniciamos a vida lutando, mas mesmo diante de tantos obstáculos não desisti de sonhar.	<i>Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Desde os sete anos chorava para estudar, mas como era muito pequena e não havia escola perto da minha residência, meus pais não me deixavam ir para escola. Comecei a estudar aos nove anos em uma escola improvisada, onde aprendi a ler e escrever	<i>Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Me sinto uma “Dandara”, pois sempre enfrentei lutas para conquistar meus objetivos, sempre busquei a liberdade, a igualdade de gênero e minha independência financeira. Ganhei até uma certa visibilidade, posso afirmar que esta é uma grande conquista que é fruto das minhas lutas diárias	<i>Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>
(...) Sofri muito, pois perdi meu filho tão pequenino para o Sarampo, não teve remédio e nem benzimento que curasse ele. Fiz de tudo para salvar meu filho, mas infelizmente Deus o levou. Naquele tempo tudo era difícil, inclusive o acesso a cidade. Hoje, graças a Deus tem vacina.	<i>Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).</i>
(...) O maior desafio é ser mulher negra enraizada, pois temos raízes profundas ligadas aos diversos saberes culturais dos ancestrais, temos que ter equilíbrio, para tentar manter a tradição e ao mesmo tempo aperfeiçoar, buscando se atualizar para se enquadrar no mundo globalizado, inclusive atender as exigências do mercado de trabalho. Por mais que consegui ter visibilidade em vários espaços públicos, tenho lutar sempre que ir além do ser mulher.	<i>Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.</i>

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2022.

E para maior entendimento sobre a categoria Luta e Resistência foi dividida em subcategorias que foram identificadas memórias relacionadas a: **Ser Mulher Negra Kalunga, Origens, Processos de Lutas, Infâncias e Casamento/ Maternidade**. Assim, iniciamos a nossa análise pelas memórias do “Ser Mulher Negra Kalunga”.

5.1.1 SER MULHER NEGRA KALUNGA

Através das memórias descritas na figura 9 abaixo, é possível confirmar que ser mulher negra Kalunga nunca foi fácil, e sua trajetória de vida é marcada por muitas lutas e resistências. Nesse sentido, identificamos que a mulher quilombola, apesar da invisibilidade, sempre teve papel relevante na construção de suas comunidades, pois todo “(...) processos de luta no quilombo têm o dedo da mulher” (SIC Maria Helena- Entrevistada em 11 /10/2022).

De acordo com Barbosa (2008) é nítida a garra das mulheres negras no Período Colonial na busca por liberdade e por meios que permitissem a superação da terrível condição imposta pelos dominadores. Um exemplo dessa luta foi a “participação feminina negra na organização ou nos levantes dos grupos de escravizados contra os dominadores portugueses, bem como nas revoltas surgidas nas diferentes regiões do país.” (p. 25). Mas, infelizmente, a participação feminina, embora de suma importância em grande parte dos quilombos brasileiros, não foi registrada, bem como aquelas lutas que travavam silenciosamente contra a violência e também pelos seus direitos, e por isso algumas figuras permanecem invisíveis até hoje.

Como relatei ao longo da construção desse estudo, a mulher negra quilombola há muito tempo enfrenta vários desafios, e atualmente essa luta não é diferente, como afirma a entrevistada Maria Helena:

(...) O maior desafio é ser mulher negra enraizada, pois temos raízes profundas ligadas aos diversos saberes culturais dos ancestrais. Ser mulher tem sido um grande desafio, não só para mim, mas para todas as mulheres negras quilombolas residentes no município de Monte Alegre (MARIA HELENA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

A entrevistada continua afirmando que ser mulher remanescente de quilombo nunca foi fácil, pois “(...) além de sermos mulheres, negras e quilombolas, temos que nos mantermos vivas e fortes”, (MARIA HELENA - Entrevistada em 11/10/2022 – SIC).

Portanto, na composição do quadro a seguir a partir das falas delas compreendemos mais sobre essa mulher negra e Kalunga que tem sido um grande desafio.

Quadro 3: Ser mulher negra e kalunga

Memórias	Entrevistada
Ser mulher tem sido um grande desafio, não só para mim, mas para todas as mulheres negras quilombolas residentes no município de Monte Alegre.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
“Somos mulheres enraizadas, temos laços de cultura, de força, de resistência, é isso que nos fortalece diariamente”.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Ser mulher negra e quilombola é assumir e dar a cara a tapa para ser julgada, discriminada e ter que lutar para não ver seus filhos sofrerem por causa das desigualdades sociais.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Não somos sexo frágil, pelo contrário, somos fortes, pois sempre fomos protagonistas, desde a formação do quilombo até hoje. Nossa história simplesmente foi silenciada.	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Nunca tive medo de lutar, fui a primeira mulher dessa comunidade a enfrentar a estrada em busca de direitos e benefícios para o meu povo.	Procópia - 11 /10/2022 – SIC

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2022.

Apesar dos grandes desafios enfrentados, ser mulher negra e quilombola é motivo de orgulho, além disso, as origens e os laços com os ancestrais fortalecem e as tornam resistentes e resilientes, como declara Maria Helena “Somos mulheres enraizadas, temos laços de cultura, de força, de resistência, é isso que nos fortalece diariamente”.

5.1.2 Origens

Na subcategoria **Origem**, é nítido que as mulheres negras quilombolas têm orgulho de suas origens, e os saberes e fazeres dos ancestrais tem grande significado para elas, isso pode ser confirmado por meio das memórias no quadro abaixo:

Quadro 4: Origens

Memórias	Entrevistada
“Tenho muito orgulho da minha avó, Procópia, uma mulher negra sábia e forte, que possui	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.

Múltiplos Letramentos memorial e tradicional considerada uma biblioteca viva.	
Nasci e cresci aqui, quero morrer aqui. Tenho muito orgulho de ser um quilombola.	Procópia - 11 /10/2022 – SIC
Por onde passo tenho orgulho em dizer que vivo em uma comunidade remanescente de quilombo. Meu povo tem uma história linda de superação, luta e resistência.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Quando tive que sair da comunidade para estudar o meu maior medo era não conseguir voltar as minhas origens, não conseguir me manter no quilombo, mas graças a Deus consegui voltar e lutar por direitos e benefícios para o meu povo.	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Meus pais e avós morreram, mas carrego comigo muitos saberes que aprendi com eles, por isso tenho muito orgulho disso.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2022.

Na entrevista Lourdes afirma que tem muito orgulho de suas origens e lutas, entende que não é fácil ser mulher, negra e remanescente de quilombo: “(...) Me sinto uma ‘Dandara’, pois sempre enfrentei lutas para conquistar meus objetivos, buscando a liberdade, a igualdade de gênero e minha independência financeira”. (Lourdes - Entrevistada em 11/10/2022 - SIC).

É importante enfatizar que as mulheres negras quilombolas que são lideranças na comunidade Kalunga sempre buscam resgatar e valorizar a cultura dos ancestrais. Um exemplo disso é a decisão que dona Procópia teve de realizar um sonho, que foi a construção do museu no quintal de sua casa, conhecido com Museu Iaiá Procópia, um lugar simples, porém são guardados vários objetos com grandes significados, recheados de ricas memórias do povo Kalunga, como mostra a fala de dona Procópia, e as imagens que se seguem do museu:

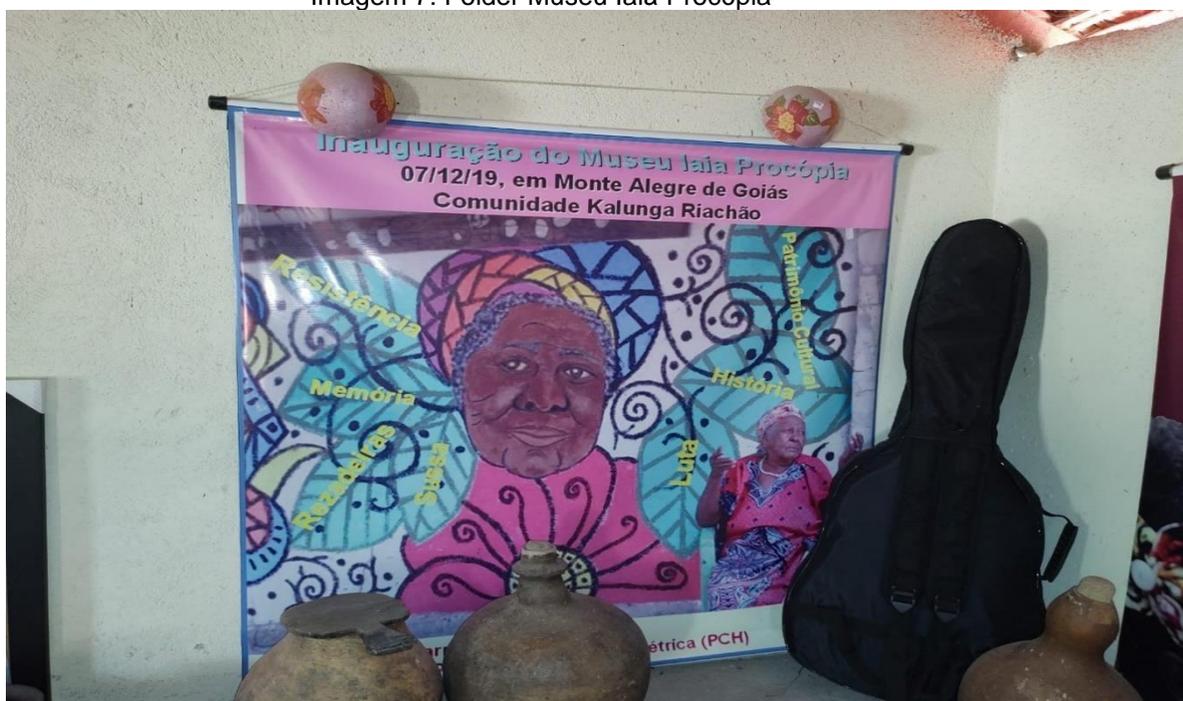
Aqui está a história do meu povo, da minha origem. Tudo que tem aqui nesse cantinho tem um grande valor para mim. Sei que mesmo com tanta tecnologia, meus descendentes vão conhecer os objetos antigos que meus pais e avós usavam. Realizei um grande sonho, minha filha, isso aqui é um pedaço de mim. (PROCÓPIA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Imagem 6: Museu Iaiá Procópio



Fonte: Arquivo pessoal – Foto da pesquisadora-12/10/2022.

Imagem 7: Folder Museu Iaiá Procópio



Fonte: Arquivo pessoal – Foto do folder localizado dentro do museu-12/10/2022

Destaca-se que o “Museu Iaiá Procópio” conta com vários objetos que pertenciam aos pais e aos avós de dona Procópio. Ela mostra os objetos e relata

várias memórias com muito orgulho e nostalgia, em que relembra a luta dos seus pais para levar o sustento para casa:

Aqui guardo com todo amor e carinho todos esses objetos, minha filha, pois foi graças a eles que meus pais e avós sustentaram a casa. Temos a roda de fiar e o tear, tudo isso era usado para fazer roupas de algodão. Naquela época não tinha filtro, usávamos os potes feitos com barros e cabaças eram usados para guardar a água. Como a água ficava fria e gostosa. O ferro era à brasa. As panelas eram de barro e de ferro. Tenho muita saudade daquele tempo. O povo de hoje não quer saber de nada disso, por isso que só andam doentes. (Procóbia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

As imagens (8 e 9) a seguir mostram pouco do acervo que pode ser visto no “Museu Iaiá Procóbia”:

Imagem 8: Roda de fiar



Fonte: Arquivo pessoal – Foto da roda de fiar--Instrumento usado para confeccionar linha de algodão-12/10/2022.

Imagem 9: Tear manual



Fonte: Arquivo pessoal – Foto do tear-Instrumento usado para confeccionar tecido de algodão-12/10/2022.

Percebe-se que a dona Procópio, como é conhecida, viaja nas memórias passadas, e tiveram momentos em que se emocionou contando as lembranças do seu tempo de juventude. Logo, fica evidente que há uma grande nostalgia e muito orgulho de suas origens. A seguir identificamos os processos de lutas que estão diretamente ligados às origens que tanto revela a importância da cultura dos ancestrais para o fortalecimento e para a resistência das mulheres negras quilombolas.

5.1.3 Processos de Lutas

Na subcategoria **Processos de Lutas**, mostram que as mulheres negras quilombolas batalham desde o período de formação do quilombo, porém a trajetória da participação feminina no quilombo foi silenciada por muito tempo, mas atualmente está conquistando espaços na sociedade.

O processo de luta da mulher negra quilombola, assim como das negras escravizadas no período colonial, têm aspectos semelhantes, pois a “vida colonial apresentava especificidades que reforçavam o papel da mulher como “gestora, companheira e guardiã da casa”. (DEL PRIORE, 1993, p. 66).

É notório que em todo processo de luta na comunidade quilombola Kalunga a participação da mulher foi primordial, tendo em vista que a figura feminina sempre foi companheira em todos os aspectos: no cultivo da roça, no sustento da casa, na criação e educação dos filhos, na preservação dos saberes culturais. Atualmente, esse processo está cada vez mais forte, pois as mulheres se uniram em busca de emancipação, e de criar estratégias de enfrentamento dos diversos desafios, dentre eles o racismo, a desigualdade social e de gênero. Dessa forma, no quadro a seguir percebe-se que a mulher quilombola tem grande relevância na comunidade Kalunga, tendo em vista que sua participação sempre foi efetiva, e graças a sua luta diária tem conquistado muitos direitos.

Quadro 5: Processos de lutas

Memórias	Entrevistada
Somos frutos dos avanços e uma de uma luta diária, por isso busco incentivar o protagonismo da mulher Kalunga.	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
A cada 10 quilombolas nas universidades, no trabalho, nas manifestações culturais, na roça, em casa, nove são mulheres, enfim, todo processo no quilombo há o dedo da mulher.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Lembro-me como se fosse hoje a luta que enfrentei para estudar, andava vários quilômetros a pé e quando chegava na escola não tinha cadeira para se sentar, sentávamos em bancos de madeiras sem conforto nenhum. Minha luta começou lá, mas meus sonhos também.	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 – SIC
(...) Todos os processos de lutas no quilombo têm o dedo da mulher”	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Já sofremos demais, não tínhamos estradas, transportes, tudo era uma labuta terrível. Cresci vendo o sofrimento dos meus pais e avós lutando para colocar alimento dentro de casa e para curar doenças.	Procópia - 11 /10/2022 – SIC

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Portanto, pode-se afirmar que os processos de lutas das mulheres negras quilombolas perpassam por muitos desafios, porém elas têm conquistado muitos espaços e sonhos, que são frutos de muitas persistências. Na sequência iremos compreender que desde a infância essas mulheres lutam por liberdade e pelos seus direitos.

5.1.4 Infâncias

Na **Subcategoria Infância**, a partir das memórias vivas das mulheres entrevistadas - Procópia, Quita, Lourdes e Maria Helena - é possível perceber o como elas descrevem suas lutas diárias, e o como essa busca de sobrevivência iniciou muito cedo, e isso pode ser comprovado por meio das memórias descritas no quadro (6) a seguir, em que estas mulheres relataram algumas memórias da infância, período em que se vivia a despeito das necessidades básicas, por isso afirmaram que não havia luxo e que tudo era produzido na comunidade.

Ainda compondo o que defini por categoria - *Luta e resistência*, as memórias das infâncias daquelas mulheres negras quilombolas são amplamente representativas, pois são marcadas por dificuldades, porém muitos aprendizados que elas disseram carregar pelo resto de suas vidas. No relato de sua infância também percebi a presença de nostalgias que voltam sempre que dizem sobre precisar enfrentar as muitas mudanças dos dias atuais.

Quadro 6: Infância

Memórias	Entrevistada
Tive uma infância muito difícil, porém cheia de sonhos e esperança que um dia tudo iria ser diferente.	Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Quando criança eu não me via representada nos livros didáticos, cresci me sentindo feia por ser negra e quilombola.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Tive que começar a trabalhar na roça muito cedo para ajudar a minha mãe.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Quando completei seis anos comecei ajudá-los também. Era um tempo muito difícil, passávamos muitas dificuldades, pois todo o sustento era retirado da roça.	Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 – SIC
Como não tinha escola na comunidade quando eu era criança, só restava trabalhar.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Através das memórias das infâncias também podem ser identificadas a fonte da força de vontade que as conduzem na sua luta cotidiana, que elas apresentam

resiliência, perseverança e superação. Podemos afirmar que essas mulheres aos poucos estão conseguindo realizar grandes sonhos, e assim, pode-se afirmar que suas memórias servem de exemplos motivação para as gerações futuras.

E com essas memórias tem-se o casamento e a maternidade como processos vivos de luta e resistência, tendo em vista que as mulheres negras quilombolas se casam muito jovens, sem maturidade e experiência, logo assumem inúmeras responsabilidades, e isso traz uma série de desafios.

5.1.5 Casamento/ Maternidade

Na subcategoria Casamento e Maternidade fica evidente que a maioria das mulheres assumem grandes responsabilidades, que envolvem o matrimônio, a maternidade e outras. Ao ouvir as memórias das mulheres entrevistadas, pode-se perceber que estas sofrem as aflições cotidianas de todas as mulheres negras quilombolas, na lida com a casa, no casamento, no trabalho, na roça, com o futuro dos filhos e com a preservação da cultura local.

A dona Quita - nasceu e cresceu no Vão de Almas, município de Cavalcante, disse que em uma festa conheceu o seu Lió, filho de dona Procópio, e aos catorze anos casou com ele e se mudou para o Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás. Ela declarou que enfrentou crises no casamento devido à falta de maturidade:

(...) Larguei minha família aos catorze anos para me casar. Sofri muito, pois não tinha nenhuma maturidade e logo vieram os filhos. Naquela época tudo era difícil. Tive meu primeiro filho com quinze anos, ele foi pego por uma parteira, pois não tinha estradas para ir para cidade. (QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Teve uma confissão que ouvi da dona Quita que não me segurei, quando me vi estava em prantos. Foi o momento em que ela disse que perdeu o seu primeiro filho com um ano e três meses para o Sarampo:

(...) Sofri muito, pois perdi meu filho tão pequenino para o Sarampo, não teve remédio e nem benzimento que curasse ele. Fiz de tudo para salvar meu filho, mas infelizmente Deus o levou. Naquele tempo tudo era difícil, inclusive o acesso a cidade. Hoje, graças a Deus tem vacina. (QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Ademais dessas falas no quadro (7) a seguir constatamos como o casamento e a maternidade contribuíram para a formação delas como mulheres negras e quilombolas, tornaram-se grandes esposas e mães, além disso, conseguiram realizar grandes sonhos.

Quadro 7: Casamento e maternidade

Memórias	Entrevistada
(...) Larguei minha família aos catorzes anos para me casar. Sofri muito, pois não tinha nenhuma maturidade e logo vieram os filhos. Naquela época tudo era difícil. Tive meu primeiro filho com quinze anos, ele foi pego por uma parteira, pois não tinha estradas para ir para cidade.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Casei-me muito jovem, logo tive meus filhos. Na verdade, tive que amadurecer muito cedo para cuidar da casa, ser uma boa esposa e mãe.	Maria Helena -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC.
Tento ensinar aos meus filhos a serem honestos, estudarem, lutarem pelos seus direitos e preservarem a cultura do nosso povo.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Hoje me sinto muito realizada, todos os meus filhos têm casa própria, estudaram e tem orgulho de serem quilombolas.	Quita - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Sou casada com um homem branco que não é quilombola, por isso sofri muito com insultos, pois muitos diziam que eu estava quebrando a tradição kalunga. Tenho três filhos, inclusive um parto de gêmeos. Sou muito feliz com minha família. Sempre incentivo meus filhos a estudarem e preservarem a cultura do nosso povo.	Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Tive os meus dois filhos bem mocinha, mas com muita dificuldade consegui criar todos. Tive um companheiro que lutou comigo. Fiquei viúva, mas graças a Deus meus filhos, netos e nora cuidam de mim. Minha maior riqueza é minha família.	Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 – SIC

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Portanto, a mulher negra quilombola além de ser esposa, de ser mãe, de enfrentar tantos desafios, ainda exerce o papel de liderança na comunidade Kalunga, em que ela luta contra as desigualdades raciais e de gênero, além disso, promove a valorização e o ensino da cultura para as crianças.

5.2 CATEGORIA LIDERANÇA DA MULHER KALUNGA

Nesta segunda categoria de análise – *Liderança da mulher Kalunga* - buscamos respostas para nossa segunda questão – *Como descrevem seus desafios e quais estratégias de enfrentamento desenvolvem quando estão em posição de lideranças?*

Essa categoria foi dividida em seis subcategorias: *Liderança, Valorização da Cultura, Educação não formal, Ensino da cultura para as crianças, Desigualdade de gênero e Desigualdade Racial.*

A afirmação de Lobo e Silva (2015) é confirmada com as memórias das mulheres negras quilombolas, pois assevera que a trajetória da mulher negra brasileira é marcada por violências, silenciamentos, invisibilidades, lutas, antagonismos e resistências, desde o período de escravidão.

Werneck (2012) acredita que com o fim da escravidão e do regime colonial não significou verdadeiramente o término da luta das mulheres negras, pois essas assumiram outras frentes de atuação, voltadas para a garantia de participação de negras e de negros na sociedade em condições de equidade, e desta forma as estratégias discursivas e as diferentes ações, portanto, traduzem a busca por uma verdadeira transformação social, constituindo as próprias mulheres como agentes políticos que devem mobilizar e agir contra as ameaças, seja dentro dos movimentos sociais ou das esferas nacionais e globais.

Reportamos a Barbosa (2008), que declara que a mulher quilombola ainda sofre uma relação de opressão vinda da combinação articulada por sexo, por raça, e por classe social, definida pelo preconceito e pela falta de oportunidades. Sua luta pelo reconhecimento vem de uma trajetória de desigualdades, em que as mulheres e suas ancestrais foram submetidas ao longo dos anos em nosso país, e que se pode constatar por meio do quadro (7) a seguir com as falas delas diante da liderança da mulher Kalunga.

Quadro 8: Liderança da mulher kalunga

Memórias	Entrevistada
Desde que comecei a fazer Licenciatura em Educação do Campo, a minha visão mudou totalmente em relação a minha identidade, a cultura do meu povo. Antes eu não dava tanta importância para isso, hoje me reconheço como mulher, negra e quilombola. Como liderança, faço questão de ensinar aos alunos a valorizarem os saberes e fazeres da nossa comunidade. O meu desejo é que todos sintam orgulho das nossas origens. (Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Aqui neste museu está a história do meu povo, da minha origem. Tudo que tem aqui nesse cantinho tem um grande valor para mim. Sei que mesmo com tanta tecnologia, meus descendentes vão conhecer os objetos antigos que meus pais e avós usavam. Realizei um grande sonho, minha filha, isso aqui é um pedaço de mim.	(PROCÓPIA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Aqui guardo com todo amor e carinho todos esses objetos, minha filha, pois foi graças a eles que meus pais e avós sustentaram a casa. Temos a roda de fiar e o tear, tudo isso era usado para fazer roupas de algodão. Naquela época não tinha filtro, usávamos os potes feitos com barros e cabaças eram usados para guardar a água. Como a água ficava fria e gostosa. O ferro era à brasa. As panelas eram de barro e de ferro. Tenho muita saudade daquele tempo. O povo de hoje não quer saber de nada disso, por isso que só andam doentes.	(Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) a valorização do povo de fora é maior que o povo da comunidade, essa é um dos nossos desafios, serem vistas e valorizadas na comunidade”.	(MARIA HELENA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) As crianças de hoje não querem saber de ouvir causos, banhar no rio, brincar de roda, só querem assistir televisão, ficar jogando na internet”.	(Procópia-(Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
, (...) aprendi a fiar, benzer, a rezar ainda quando era criança, e que naquele tempo as crianças tinham o prazer em aprender os ensinamentos dos mais velhos”.	Procópia-(Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) Tudo que sei, aprendi com os meus pais, avós e tios. Só que hoje, percebo que poderia ter aproveitado mais esses saberes, pois muitos deles não aprendi.	QUITA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) dificilmente, nós mulheres recebemos um parabém pelas conquistas, às vezes somos malvistas por muito homens, tenho a sensação de que eles sentem que estamos tomando espaços que eram para ser deles.	(Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) Muitos homens quilombolas têm medo de mulheres como nós, pois querem aquelas que são dependentes e não aceitam que nós mulheres estejamos em espaços de lideranças. Há um machismo muito grande na comunidade.	. (MARIA HELENA- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
A primeira turma do ensino médio no Colégio Estadual Kalunga II, a única instituição da comunidade no qual oferece o segundo grau, teve sua primeira formatura, onde a maioria dos estudantes eram mulheres, isso mostra a força e a resiliência do sexo feminino na comunidade Kalunga.	(LOURDES- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) Queria banhar em leite quente para ficar branca, pois não gostaria de continuar sendo discriminada por causa da minha	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

cor. Além disso, queria que as pessoas me valorizassem. Não via imagens de meninas da minha cor em nenhum livro, eu queria ser aceita.	
Nem sei quantas vezes pediram meus documentos, me olharam com cara de nojo, me questionaram se era ali mesmo que eu queria estar. Sofro isso desde que saí da comunidade Kalunga para estudar.	.(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) Perdi as contas de quantas vezes fui questionada por pessoas afirmando que não poderia se casar com homem branco, pois eu estava negando às minhas origens. Ficava muito frustrada com tudo aquilo, mas a vida não poderia parar. Tudo isso só me fazia ter a certeza que não poderia desistir dos meus sonhos, estudar e tornar empoderadas.	. (Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)
(...) Tudo lindo, minha filha! Para mim é um prazer enorme ver que consegui ensinar a minha neta a rezar! Sei que quando eu morrer, ficará alguém para dar continuidade a tudo que hoje sei. Confesso a você que sou uma mulher de sorte e muito realizada, graças a Deus	(Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Ressalta-se que as mulheres quilombolas têm conquistado espaço na sociedade, tendo em vista que a comunidade conta com várias mulheres protagonistas, que lutam em prol dos direitos de todos os remanescentes de quilombo. Como defende Real (2018):

A postura acrítica, submissa, dependente e a condição de excluída, menosprezada, discriminada, massacrada, explorada, perseguida e abandonada, até então vivida historicamente pela comunidade Kalunga, começa a dar lugar a uma postura que vislumbra novas formas de nascer, viver e morrer de seus habitantes. (REAL, 2018, p.49).

Algumas mulheres negras da comunidade remanescente de quilombo, de Monte Alegre de Goiás têm se tornado lideranças e ocupado espaços de grande visibilidade, que segundo Real (p.49), as mulheres negras quilombolas têm ganhado visibilidade, já que ocupam cargos municipais e estaduais como: secretária de Igualdade Racial, ocupado por Maria Helena Serafim, e no âmbito estadual, a quilombola, Lourdes Fernandes de Souza, que ocupa a cadeira nº.48 do Patrono Abdias Magalhães da Academia de Letras e Artes do Nordeste Goiano.

É significativo frisar que essas mulheres exercendo o papel de lideranças, elas afirmam que buscam várias estratégias de resistência como: manter viva a memória cultural da comunidade, ensinar as crianças a cultura dos ancestrais e preservar as origens. Percebe-se que estas figuras femininas buscam várias estratégias de

resiliência para superar as dores causada pelo preconceito, racismo e desigualdade de gênero. E assim, pode-se afirmar que “as mulheres quilombolas são consideradas: “esforçadas, batalhadoras e trabalhadoras” (SANTOS; CHAVES, 2007, p.50), como pode ser visto no quadro que se segue:

Quadro 9: Liderança

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Não somos sexo frágil, pelo contrário, somos fortes, pois sempre fomos protagonistas, desde a formação do quilombo até hoje, porém a nossa história simplesmente silenciada por muito tempo.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Enquanto liderança, sempre incentivo os jovens quilombolas a se tornarem protagonistas.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Sempre ensinei aos meus filhos a serem independentes financeiramente, a lutarem pelos seus direitos e buscarem benefícios para a nossa comunidade.	(QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Sou uma líder nata, protagonista e meus conhecimentos vêm de meus ancestrais. Abraço também a luta coletiva em prol do fortalecimento, igualdade de direitos para Quilombo Kalunga.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Enquanto lideranças na comunidade Kalunga, está nítido que essas mulheres visam a valorização da cultura local, pois realizam várias ações para incentivar os jovens a valorizarem os saberes e fazeres dos povos mais velhos.

5.2.1. Valorização da cultura

Na subcategoria **Valorização da Cultura** serão apresentadas algumas memórias que comprovam que existem vários desafios para que a cultura dos ancestrais seja valorizada na comunidade remanescente de quilombo, em especial pelos mais jovens. A seguir faremos um breve relato sobre a história de vida de dona Quita, esse relato mostra a importância de valorização dos saberes e fazeres dos ancestrais. Valho-me do trecho do poema Ressurgir da Cinzas, de Ribeiro (1984), para enfatizar a importância do conhecimento dos ancestrais como fonte de resistência e superação. “Sou forte, sou guerreira; tenho nas veias sangue de ancestrais”.

A família de dona Quita era considerada muito sábia pela comunidade, sua vó era índia - Avá Canoeiro, e seu avô era um remanescente de quilombo. Ela afirma que sua avó era uma mulher com muitos saberes e que aprendeu muito com ela. Na sequência da vida das mulheres de sua família, ela relata que sua mãe era parteira e rezadeira, já seu pai era benzedor. Graças a eles ela pode aprender muitos saberes como: rezas, benzimentos, fazer receitas com remédios caseiros e fazer parto.

É notório que as mulheres negras quilombolas enquanto lideranças valorizam a cultura dos ancestrais, e isso pode ser comprovado por meio das memórias no quadro abaixo:

Quadro 10: Valorização da cultura

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Estar nos espaços educativos nos ajudou a reconhecer e valorizar a nossa cultura.	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Muitos jovens não se interessam em aprender as rezas, benzimentos a dançar a sussa, tenho medo da nossa cultura morrer”.	(Procópio - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Nós, mulheres carregamos conosco toda ancestralidade, temos vozes coletivas, somos Dandaras e nunca estamos sozinhas.	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Para onde vamos, levamos conosco nossa comunidade, nossas raízes, é isso que nos fortalece.	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Os maiores desafios das mulheres quilombolas são: ser mulher negra, manter no quilombo e preservar a nossa cultura.	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Cresci convivendo e aprendendo com meus avós, meus pais e a comunidade em geral os saberes e saberes kalunga, desde aos modos de viver, plantar e colher”.	Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Temos que valorizar nossa cultura, se nós não valorizarmos, quem fará isso? Temos que incentivar as crianças desde cedo a valorizar os saberes dos mais velhos.	(QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Taveira (2013), em sua tese, afirmou que as mulheres quilombolas enfrentam a necessidade de incentivar as crianças, os adolescente e os jovens a aprenderem os saberes e fazeres dos mais velhos, ou seja, sobre a cultura de sua comunidade, e que

eles também sofrem com a discriminação, com a invisibilidade e com a exclusão até os dias atuais.

Lourdes, a atual diretora das escolas kalungas e liderança, afirma que sempre incentivou os alunos a valorizarem a cultura local, sempre que possível são realizadas ações de valorização dos saberes e fazeres quilombolas, tais como: a dança sussa, a capoeira, as brincadeiras populares e a contação de causos são inseridas no contexto escolar, como pode ser comprovada com o relato a seguir:

Desde que comecei a fazer Licenciatura em Educação do Campo, a minha visão mudou totalmente em relação a minha identidade, a cultura do meu povo. Antes eu não dava tanta importância para isso, hoje me reconheço como mulher, negra e quilombola. Como liderança, faço questão de ensinar aos alunos a valorizarem os saberes e fazeres da nossa comunidade. O meu desejo é que todos sintam orgulho das nossas origens. (Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Elas afirmam que a comunidade tem tendência a valorizar aquilo que vem de fora do grupo. A falta de valorização dos povos da comunidade local, na percepção delas, é enorme assim afirma Helena:

(...) a valorização do povo de fora é maior que o povo da comunidade, essa é um dos nossos desafios, serem vistas e valorizadas na comunidade". (MARIA HELENA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Em conversa com a dona Procópia, ela afirmou que está muito preocupada com essa desvalorização, e que isso representa desvalorizar a própria cultura da comunidade e, pior, está atingido suas crianças:

(...) As crianças de hoje não querem saber de ouvir causos, banhar no rio, brincar de roda, só querem assistir televisão, ficar jogando na internet". Não se interessa em aprender as rezas, benzimentos a dançar a sussa, tenho medo da nossa cultura morrer". (Procópia-(Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

A dona Procópia ainda complementa: "(...) aprendi a fiar, benzer, a rezar ainda quando era criança, e que naquele tempo as crianças tinham o prazer em aprender os ensinamentos dos mais velhos". Procópia - (Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Ela fala tudo isso com brilho nos olhos, muito emocionada, pois tem orgulho de sua cultura e ainda fala do prazer que tem de poder ensinar todos os conhecimentos que adquiriu durante a vivência na sua cultura para seus netos.

Ao falar em aprender com os ancestrais, a dona quita que é uma mulher guerreira, faz duras confissões: (...) tudo que sei, aprendi com os meus pais, avós e tios. Só que hoje, percebo que poderia ter aproveitado mais esses saberes, pois muitos deles não aprendi (QUITA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC). Ela fala isso com muita tristeza e ainda declara:

(...) Por isso que faço questão de ensinar tudo para meus filhos, justamente para que no dia de amanhã eles não arrependam assim como eu arrependo por não ter dado a devida importância a todos aqueles saberes (QUITA - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

As memórias comprovam que as mulheres negras lideranças enfrentam um grande desafio, que é o de incentivar os jovens a valorizarem a cultura dos seus ancestrais.

5.2.2. Educação não formal

Na subcategoria **Educação não formal**, pode-se afirmar que existe diversas formas de educar, como declara Brandão (1985) que há diversos meios para se adquirir novos saberes, desde nossas primeiras relações sociais até as mais complexas, seja dentro de uma comunidade, na família, na igreja, no trabalho, e nos diferentes campos sócio-ocupacionais.

Neste viés, Libâneo (2010) e Gohn (2006) também defendem que a educação ocorre em diferentes espaços frequentados pelos cidadãos, no entanto, é preciso compreender que a educação é um conceito amplo e que pode ser analisada sob três enfoques: a educação formal, a educação informal e a educação não formal.

É importante ressaltar todas as modalidades da educação para o ensino e o desenvolvimento do ser humano, porém, entendendo que o ideal é que todas as modalidades da educação podem e devem ser trabalhadas em conjunto, “a articulação da educação formal com a não formal para dar vida e viabilizar mudanças significativas na educação e na sociedade como um todo.” (Gohn, 2010, p. 53).

As memórias que estão inseridas no quadro (11) abaixo comprovam que a educação acontece em vários espaços e de diferentes formas na comunidade Kalunga, considerando que há uma integração entre a educação formal e não-formal.

Quadro 11: Educação não-formal

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Quando desvalorizamos a cultura e valorizamos somente o conhecimento formal, nos enfraquecemos, temos que mantermos o equilíbrio ou seja, integrar a educação formal e não formal. Eu vejo a educação em todos os espaços Kalungas, com toda a luta está havendo muitas transformações.	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
A educação acontece em vários espaços e de diversas formas na nossa comunidade. Isso é fruto de muita luta, pois como liderança e professora sempre valorizamos a educação-não formal.	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Não entendo nada do mundo da leitura e da escrita, mas tenho muitos saberes que são ensinados para os jovens fora da escola.	(Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Já ensinei os meus filhos a dançarem sussa, a fazerem o uso de ervas medicinais e as rezas. Tudo isso é riqueza da nossa cultura.	(QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Procuo envolver toda a comunidade Kalunga no processo educacional das crianças, jovens e adultos, é importante que haja uma interação entre os diversos saberes.	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

A afirmação de Gohn faz grande sentido quando mostra o quão a educação não-formal é importante, principalmente quando se trata de comunidades remanescentes de quilombos, que são repletas de saberes e fazeres tradicionais que devem ser preservados, tendo em vista que este tipo de educação parte de uma intenção social e cidadã, a de preservar os valores, as memórias, as experiências e as identidades de um grupo, pois “ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas e experiências anteriores.” (GOHN, 2020, p. 13). E para tanto entende-se a importância do ensino da cultura para as crianças da comunidade.

5.2.3. Ensino da cultura para as crianças

Na subcategoria **Ensino da cultura para as crianças** é possível notar que enquanto liderança, as mulheres quilombolas reconhecem a importância de passar os saberes e fazeres dos ancestrais para as crianças. Levando em consideração o pensamento de Carneiro (2002) que defende a necessidade de resgatar nosso

patrimônio libertário e aprender com a experiência do passado, transmitindo-a para as novas gerações. Percebe-se que isso acontece na comunidade Kalunga, tendo em vista que o ensino da cultura local é uma prática constante, como é confirmada nas memórias abaixo:

Quadro 12: Ensino da cultura para as crianças

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Somos referências para nossos alunos, imagina se os livros didáticos trouxeram imagens e nossas histórias? Com certeza muitas crianças e jovens terão orgulho da nossa cultura e identidade.	(Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
(...) Faço questão de ensinar tudo que aprendi com os meus ancestrais para meus filhos e netos, justamente para que no dia de amanhã eles não arrependam assim como eu arrependo por não ter dado a devida importância a todos os saberes culturais da minha família.	(QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Hoje a minha maior alegria é ensinar para meus netos, bisnetos e a todos os jovens da comunidade todos os meus conhecimentos(as rezas, a sussa e os benzimentos)	(Procópio - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Enquanto gestora e professora na comunidade sempre me esforço para incentivar o ensino e aprendizagem da cultura local para os jovens quilombolas.	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Sempre procuro inserir os saberes culturais da comunidade no contexto escolar. Já foram promovidas várias ações de incentivos aos jovens a aprenderem os saberes como fazer instrumentos utilizados na comunidade Kalunga.	(Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022.

Imagem 10: Oficina confecção de instrumentos da cultura Kalunga



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A imagem acima mostra a inserção da cultura Kalunga no contexto escolar. A gestora Lourdes organizou uma oficina para ensinar os estudantes a confeccionarem instrumentos utilizados na comunidade. Percebe-se que há uma integração dos conhecimentos não-formais e formal “[...] enquanto gestora na comunidade sempre me esforço para incentivar o ensino e aprendizagem da cultura local para os jovens quilombolas”. (Lourdes - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Imagem 11: Momento cultural



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A imagem acima mostra a valorização da cultura Kalunga na escola da comunidade Kalunga. São realizados constantemente momentos culturais, cujo objetivo é de incentivar aos alunos aprenderem a dançar Sussa, uma dança típica Kalunga. Ademais além da valorização da cultura, a mulher negra quilombola enquanto liderança luta pela desigualdade de gênero que é algo a ser enfrentado na comunidade.

5.2.4. Desigualdade de gênero

Na subcategoria **Desigualdade de gênero**, fica evidente por meio das memórias que as mulheres negras quilombolas ainda são discriminadas devido a serem pertencentes do sexo feminino, pois compreende-se que há uma desvalorização da mulher que está frente à liderança e em espaços públicos.

Santos (2009) assevera que as mulheres negras brasileiras são alvos de duplo preconceito, o racial e o de gênero. Desta forma, acontece com as mulheres quilombolas, suas vidas continuam sendo multiplamente violadas, principalmente pelos espaços que elas ocupam.

As memórias apresentadas a seguir comprovam que realmente não há uma democracia racial no Brasil, tendo em vista que as mulheres negras sofrem o preconceito e a discriminação racial, e isso têm causado grandes consequências para as vítimas. É importante dizer que um dos aspectos associados a liderança na comunidade envolve o enfrentamento da invisibilidade que as mulheres sofrem nas tradições culturais. Elas afirmam que nem sempre são valorizados (ainda hoje) pelos povos Kalungas:

(...) dificilmente, nós mulheres recebemos um parabém pelas conquistas, às vezes somos malvistas por muito homens, tenho a sensação de que eles sentem que estamos tomando espaços que eram para ser deles. (Lourdes- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Neste viés, Maria Helena complementa:

(...) Muitos homens quilombolas têm medo de mulheres como nós, pois querem aquelas que são dependentes e não aceitam que nós mulheres estejamos em espaços de lideranças. Há um machismo muito grande na comunidade. (MARIA HELENA- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

As memórias das mulheres negras quilombolas no quadro (13) abaixo mostram que elas ainda sofrem com a desigualdade de gênero:

Quadro 13: Desigualdade de gênero

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
A mulher kalunga enfrenta desafios diários. Estamos unidas para lutar contra as desigualdades de gênero, mas aos poucos estamos conquistando espaços que jamais poderíamos estar.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Infelizmente, a mulher ainda é podada de muitas coisas na comunidade, pois são julgadas, se vamos em uma festa sem o esposo, ela é julgada, já o homem pode sair sozinho, ser infiel e os julgamentos não são tão severos.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Não é fácil para uma mulher negra quilombola conseguir estudar, trabalhar, ter uma visibilidade, conseguimos não porque encontramos pessoas boazinhas, mas sim as conquistas foram frutos de muitas lutas	Maria Helena- -Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)
A mulher quilombola tem que ser 10 vezes melhor, pois ela é avaliada não só pelo currículo, mas também pela cor da pele e da sua etnia .	Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)
Muitos me perguntam o porquê estudo tanto. Então eu respondo, porque o meu certificado não é suficiente para ingressarmos no mercado de trabalho, poque somos julgadas não só pela capacidade, mas também pela cor e por ser mulher.	Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)
Infelizmente, muitos quilombolas não reconhecem o trabalho da mulher quilombola, percebe-se que há uma discriminação de gênero. Sinto como se estivéssemos tomando os lugares dos homens.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Há alguns anos, nós mulheres negras não podíamos usar métodos contraceptivos, pois muitos nos julgavam que acabaríamos e comprometeríamos a continuidade do quilombo.	Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Além da existência e da vivência dessas mulheres quanto a desigualdade de gênero, elas também sofrem com a desigualdade racial, conforme dissertaremos a seguir.

5.2.5. Desigualdade racial

Na subcategoria **Desigualdade Racial** fica evidente que não há uma democracia racial no Brasil, como defende Hasenbalg (1999), ele acredita que a democracia racial é um mito, e que esse discurso tem como finalidade única ser um “instrumento de controle social”, para validar o sistema de desigualdades sociais existentes entre as diferentes pessoas de cor, impedindo assim que a real situação das desigualdades venha a público e, conseqüentemente, se transforme em um problema de questão pública.

Fica evidente que as mulheres quilombolas carregam a herança dos preconceitos e dos estereótipos sofridos desde criança, além de comentários racistas. A memória do quilombola Maria Helena mostra o impacto, a dor que o racismo pode causar na vida de uma pessoa:

(...) Queria banhar em leite quente para ficar branca, pois não gostaria de continuar sendo discriminada por causa da minha cor. Além disso, queria que as pessoas me valorizassem. Não via imagens de meninas da minha cor em nenhum livro, eu queria ser aceita. (Maria Helena - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Neste mesmo pressuposto pode-se afirmar que tanto o racismo quanto a desigualdade de gênero afetam mulheres negras quilombolas, uma vez que “se constituem como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, que se articula com o sexismo e produz “efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 224).

Bastos (2010) esclarece a fala de Maria Helena, para ele sustenta-se uma condição social e cultural que tem muito peso nos processos de formação das identidades das mulheres quilombolas, pois o gênero e a raça fazem grande diferença na construção das suas autoimagens. O autor ainda acrescenta que “as representações sociais de gênero e raça reproduzem preconceitos e estereótipos negativos que são internalizados desde a primeira infância por um tipo de educação, inclusive a escolar, sustentada pelas ideologias do racismo” (BASTOS, 2010, p. 02), como afirmou a entrevistada Helena.

As quilombolas Maria Helena e Lourdes confessam que várias vezes foram impedidas de irem e virem por estarem em um espaço apropriado pela branquitude, como local de privilégio branco. De acordo com as memórias abaixo, percebe-se que

o racismo é um elemento estruturante da sociedade brasileira, as situações vividas por mulheres são revoltantes, tudo por causa da cor de pele e de serem do sexo feminino.

Nem sei quantas vezes pediram meus documentos, me olharam com cara de nojo, me questionaram se era ali mesmo que eu queria estar. Sofro isso desde que saí da comunidade Kalunga para estudar. Já fui discriminada na rua, escola, faculdade, mas nada disso me fez desistir dos meus sonhos, aliás, isso só me incentivou a lutar pelos meus direitos e do meu povo. (LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

A entrevistada Maria Helena também assevera que a discriminação e o preconceito sempre fizeram parte da sua vida. Atualmente, ela sofre preconceito por ser casada com um homem branco e ter uma filha de cor clara, isso mostra que o preconceito ainda está enraizado na sociedade brasileira:

(...) Perdi as contas de quantas vezes fui questionada por pessoas afirmando que não poderia se casar com homem branco, pois eu estava negando às minhas origens. Quando fui fazer a minha graduação em Brasília, fui barrada várias vezes nas ruas, dentro de ônibus por carregar minha filha que tinha pele clara, muitos perguntavam se eu era a mãe ou a babá. Ficava muito frustrada com tudo aquilo, mas a vida não poderia parar. Tudo isso só me fazia ter a certeza de que não poderia desistir dos meus sonhos, estudar e tornar empoderadas (Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Diante de tal declaração, pode se afirmar que a persistência das mulheres quilombolas é uma forma de resistência à opressão, e que a luta e o protagonismo ajudaram essas mulheres negras a se libertarem do adormecimento que o racismo causou.

Ribeiro (2018), defende que o não pertencimento da mulher negra pode ser doloroso, mas é potente, uma vez que concede a possibilidade de enxergar a sociedade de um lugar, como percebemos nas falas delas no quadro (14) a seguir:

Quadro 14: Desigualdade racial

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Já fui discriminada na rua, escola, faculdade, mas nada disso me fez desistir dos meus sonhos, aliás, isso só me incentivou a lutar pelos meus direitos e do meu povo.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Quando fui fazer a minha graduação em Brasília, fui barrada várias vezes nas ruas, dentro de ônibus por carregar minha filha que tinha pele clara, muitos perguntavam se eu era a mãe ou a babá.	Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)

Quando chegava na cidade, muitos me olhavam com cara de desprezo por ser negra e quilombola.	(Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Cansei de ouvi os povos da cidade dizendo lá vem os “kalungueiros”. Faziam isso com muita ironia rindo da cara da gente. Muitos nos negavam até um copo d’água, creio que era por ter nojo da gente.	(QUITA-- Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Dessa forma, as mulheres Kalungas com sua fé buscam na religiosidade forças para enfrentarem os desafios diários como cura de enfermidades, busca de resistência, de resiliência, fortalecimento das relações sociais e da cultura Kalunga.

5.2.6. A fé, a religiosidade e a amorosidade

Na última subcategoria abordaremos a **Fé, a Religiosidade e a Amorosidade** os quais foram compreendidos que estes elementos são fundamentais para o enfrentamento das lutas e para o fortalecimento da cultura Kalunga. É possível notar que, enquanto liderança a participação feminina é grande nas manifestações religiosas.

A partir do entendimento que a comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás tem o seu jeito próprio de construir cultura, em que as manifestações culturais são representadas pelas rezas, folias, que foram transmitidas de geração para geração pelos seus ancestrais, por meio da oralidade, e que se mantém ainda hoje nas comunidades. Essas festas são de devoção aos santos, e representam a fé e a cura dos enfermos em cada localidade, além disso, todos os rituais servem para o fortalecer as relações sociais:

O espaço sagrado faz parte das diversas comemorações coletivas da religiosidade e representa o lugar destinado à prática dos rituais. [...] O religioso e o lazer – o sagrado e o profano – representam práticas de toda a comunidade e concorrem para o fortalecimento das relações sociais. (BAIOCCHI, 2013 p.49).

Toda a valorização e as manifestações religiosas são construídas através do regaste das memórias. Para tentar compreender a relação entre a fé e a religiosidade das mulheres negras quilombolas, faremos uso do trecho do poema de Evaristo Conceição, “Em memórias de Beatriz Nascimento”, que mostra que a mulher negra é símbolo de resistência e fé, e isso nos faz acreditar que realmente há uma ligação das

mulheres com o Sagrado. Portanto, os versos abaixo fazem uma abordagem do feminino sagrado, e a poesia como instrumento de resistência e protagonismo da mulher: “A noite não adormece nos olhos das mulheres, há mais olhos que sono, onde lágrimas suspensas virgulam o lapso de nossas molhadas lembranças.” (EVARISTO, 2017, p. 26).

Aos doze dias do mês de outubro fui convidada para participar de uma reza em cumprimento de uma promessa à Nossa Senhora Aparecida, por uma das entrevistadas - Lourdes Fernandes. É importante dizer que ela contraiu a Covid-19, esteve em estado grave, e diante desta situação com muita fé pediu a Santa que se ela sobrevivesse ela faria uma festa com a comunidade em agradecimento. Como ela foi curada da doença, fez uma linda comemoração, e eu tive a honra de participar de tudo, do preparo da comida, da reza, da dança da sussa e até do forró. Vivenciei a vivência da cultura da Comunidade, mas também observei que suas lideranças estão agregadas a essência de serem mulheres e ligadas ao sagrado – fé. Elas se apoiam e valorizam essas vivências.

Imagem 12: Convite da festa de Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022

Imagem 13: Preparação da comida para a festa



Fonte: Arquivo pessoal – Foto de Lourdes, eu e sua irmã-12/10/2022 no preparo da festa – Sagrado.

Vale frisar que a reza contou com a participação de várias pessoas da comunidade, e dentre as rezadeiras estavam a dona Procópio, Lourdes e a dona Quita. A reza foi realizada no museu de sua avó, dona Procópio. Um lugar simples, porém, muito aconchegante. Pude perceber a alegria de dona Procópio em ver sua neta rezando e a sua confissão ao final do evento:

(...) Tudo lindo, minha filha! Para mim é um prazer enorme ver que consegui ensinar a minha neta a rezar! Sei que quando eu morrer, ficará alguém para dar continuidade a tudo que hoje sei. Confesso a você que sou uma mulher de sorte e muito realizada, graças a Deus (Procópio - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Por certo, a fala de Dona Procópio expressa amor. No livro *Aprender o amor*, Brandão descreve as pessoas como criadoras de afetos e de ideias que pensam o ser humano sem degenerá-lo em objeto:

Ao pensar o ser humano e sua formação, por meio disso que chamamos, com uma imagem já tão agrícola, tão ambiental de educação (“fazer sair para fora”, “ajudar a que saia de dentro da terra de um eu”), me dou conta de que é do amor que se trata (BRANDÃO, 2005, p. 27).

Entendemos que o sagrado ou o amor é algo que está dentro e fora das pessoas, por isso pode e deve ser colocado no fluxo do diálogo entre os sujeitos e, portanto, deve estar presente na expressão da cultura. As manifestações de festas culturais acabam sendo uma forma de as mulheres quilombolas agenciarem uma comunidade melhor.

Isso é muito bem explicado por Piaget (1978), quando afirma que a aprendizagem de valores éticos e afetivos necessita de experiências de reciprocidades, interativas e pedagogicamente criadas para isso. Assim, entendemos que o valor da solidariedade, o sagrado relatado ou o amor só pode ser apreendido por aqueles que se reúnem para praticá-lo em alguma dimensão não regida por uma lei exterior e imposta, mas, ao contrário, por preceitos coparticipados de interação e reciprocidade que as pessoas criam ao coexistirem (MAGALHÃES, 2009).

Dessa forma, vejamos a proposta de Magalhães (2003, p.24):

Do ponto de vista das relações sociais que imperam em um sistema como o nosso, a ação solidária ou “*ação amorosa*” implica dar sentido, criar diferentes ações com todos os sujeitos de nossa sociedade. Novas formas de ação não-indiferente a essas questões podem promover nos sujeitos a solidariedade. É pelo amor que a solidariedade cresce no interior das pessoas; a solidariedade é um subvalor derivado da amorosidade (Grifos nossos).

A imagem a seguir demonstra o amor que a dona Procópia tem em participar dos eventos culturais na comunidade, além disso, percebe-se por meio do seu olhar a satisfação, o orgulho que ela tem em ver seus descendentes colocando em prática todos os saberes culturais ensinados por ela.

Imagem 14: Minutos antes da reza com a dona Procópio



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora-12/10/2022.

Embora não seja o foco da análise aqui proposto, não há como negar que valores éticos, estéticos, sensíveis e afetivos se fazem presentes naquelas manifestações no seio da Comunidade Kalunga, afinal, as mulheres sabem que as crianças, por exemplo, precisam de pessoas e de contextos para ser apreendidos e ensinados, o que será, no final das contas, refletido nas relações estabelecidas no social (MAGALHÃES; SOUZA, 2010). De acordo com o quadro abaixo podemos ver os relatos delas:

Quadro 15: Fé, religiosidade e amorosidade

MEMÓRIAS DITAS	Entrevistada
Sei que fui salva da COVID pela minha fé, por isso fiz de tudo para pagar minha promessa a Nossa Senhora Aparecida.	(LOURDES - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Nunca podemos perder a nossa fé, somos guiados e protegidos pelas divindades, por isso respeitamos e honramos cada dia santo que temos aqui na nossa comunidade.	Maria Helena- - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC)
Estou muito feliz por poder pagar a promessa da minha neta, sei que ela só está viva graças a Nossa Senhora Aparecida e a nossa fé que é viva.	Procópia - Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).
Desde que nasci sou Católica.Com a intercessão de Deus, Nossa Senhora Aparecida e São João Batista todas as minhas orações foram atendidas. A minha fé e devoção tem sustentado a mim e toda minha família.	Quita-(Entrevistada em 11 /10/2022 - SIC).

Fonte: Elaboração da pesquisadora/2022

Portanto, percebe-se que a fé, a amorosidade e a religiosidade são elementos fundamentais utilizados como estratégias de resistência das mulheres negras quilombolas que estão em posição de liderança. Conclui-se que através das memórias apresentadas ficou evidente que as mulheres Kalungas utilizam a fé, a religiosidade para enfrentarem as desigualdades sociais, raciais e de gênero.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi de identificar e de compreender as estratégias de resistências e o protagonismo de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças na comunidade Kalunga, situado no município de Monte Alegre de Goiás. Tomamos como base as seguintes questões norteadoras: *O que pode ser registrado como memória viva das mulheres remanescentes do quilombo? Como descrevem seus desafios e quais estratégias de enfrentamento desenvolvem quando estão em posição de lideranças?*

Salienta-se que por meio da presente pesquisa foi possível de identificar e de compreender as estratégias de resistências e o protagonismo de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças na comunidade Kalunga, situado no município de Monte Alegre de Goiás, tendo em vista que recorreremos a pesquisa qualitativa, por meio da história de vida de quatro mulheres negras da comunidade Kalunga: *Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes de Souza, Quita Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim Rodrigues.*

Vale lembrar que essas mulheres negras quilombolas foram escolhidas por serem lideranças e protagonistas, pois há muito tempo lutam incansavelmente pela liberdade e pela dignidade do seu povo, deixando um verdadeiro legado repleto de histórias de conquistas e de superações. Neste pressuposto, pode-se afirmar que os registros de suas histórias de vidas ficaram gravados, e não serão apagados com o tempo, podendo servir de incentivo e de exemplo para as futuras gerações, que ao nosso ver, as memórias dessas mulheres têm muito a ensinar sobre modos de vida, fé e relação comunitária, o que, sem dúvida, ampliará e ressignificará a imagem e a percepção do que é “Ser uma mulher Kalunga”. Afinal, a violência, a discriminação e as desigualdades não foram capazes de calar essas mulheres.

A presente dissertação utilizou das referências das trajetórias e conquistas de figuras femininas negras que lutaram e ainda lutam contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil, tendo em vista são mulheres que foram escravizadas e tiveram grande participação nos quilombos, porém sua trajetória de vida e luta foram silenciadas na história, sendo elas Aqualtune, Teresa de Benguela e Dandara.

Além disso, foi apresentada a trajetória de vida e lutas de mulheres negras brasileiras que contribuíram teoricamente dando forma e força ao feminismo negro no Brasil, e que inspiraram e ainda inspiram várias mulheres negras a lutarem contra as

desigualdades sociais, raciais e de gênero. Destacou-se as seguintes figuras negras: *Aparecida Sueli Carneiro Jacoel, Antonieta Barros, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Maria da Conceição Evaristo Brito, Maria Beatriz Nascimento*. Enfatizamos também a importância do protagonismo feminino na luta contra as desigualdades sociais, raciais e de gênero nos quilombos.

As mulheres negras quilombolas, como mostra o poema de Evaristo Conceição, “nosso sangue-mulher de nosso líquido lembradiço em cada gota que jorra um fio invisível e tônico pacientemente cose a rede” (EVARISTO, 2017, p. 26), aprenderam a se transformar e a transformar um lugar de potência, fazendo uso criativo do lugar subalterno, transgredindo as normas e provendo mudanças sociais, desmontando o mito da fragilidade feminina, e mostrando a identidade reivindicada de mulher negra como sujeitos transgressor, histórico e político, como afirma na fala de uma das entrevistadas “Que as mulheres sejam protagonistas em todos os sentidos, que elas sejam fortes e que nunca desistam de lutar” (Maria Helena, entrevistada – 11/10/2022).

Considero-as verdadeiros “oráculos” da cultura Kalunga e do resgate da mulher negra, pois nunca deixaram de lutar, organizando-se em movimentos sociais, e aos poucos conseguindo ter voz para vencer alguns obstáculos, sempre lutando incansavelmente em prol dos direitos dos povos de sua comunidade.

As análises foram realizadas por categoria, sendo que a primeira foi nomeada por *Luta e resistência*, que foi dividida em subcategorias, em que as memórias foram identificadas estão relacionadas a: *Ser Mulher Negra Kalunga, Origens, Processos de Lutas, Infâncias e Casamento/ Maternidade*. Já a segunda categoria foi a *Liderança da mulher Kalunga*, onde as memórias foram divididas em seis subcategorias: *Liderança, Valorização da Cultura, Educação não formal, Ensino da cultura para as crianças, Desigualdade de gênero e Desigualdade Racial*.

É nítido que há união entre as mulheres negras quilombolas pesquisadas, percebe-se que elas lutam contra as desigualdades raciais, sociais e de gênero, além disso, sempre buscam meios para se fortalecerem diante das adversidades e se reconhecerem enquanto mulher negra quilombola.

Ao finalizar este trabalho, pode-se concluir que estas mulheres ao atuarem como lideranças ultrapassam algumas barreiras da invisibilidade, quebrando as fronteiras de espaços historicamente masculinos; incentivam o protagonismo

feminino, encorajam outras mulheres a lutarem pelos seus direitos, e por meios das suas memórias ficou evidente que o protagonismo e a liderança das mulheres quilombolas são peças fundamentais para enfrentarem as desigualdades sociais, raciais e de gênero nos quilombos.

É importante frisar que apesar das conquistas e empoderamento das mulheres negras quilombolas, percebe-se que ainda existem muitos desafios e impasses que deverão ser enfrentados, tendo em vista que os avanços não foram suficientes para garantir igualdade e liberdade às mulheres remanescentes de quilombos, portanto, será necessário dar continuidade aos movimentos sociais em busca de direitos. Ademais, salienta-se que este trabalho está longe de esgotar as possibilidades de investigação sobre tais lideranças, por isso deixo os espaços para novas interpretações, críticas e novas possibilidades de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Waldir Ferreira de. **História de vida como metodologia de pesquisa: o relato de vida de um menino de rua da Praça da República em Belém do Pará.** Revista Margens Interdisciplinar. v.1, n.2 41-55, 2004.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3a edição. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. **Educação e Memória: velhos mestres de Minas Gerais.** Tese de Doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História da UNB. Brasília: Universidade de Brasília-UNB, 2009.
- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares; WEIS, Luiz. Carro Zero e Pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **As Raízes da Violência na Sociedade Patriarcal.** Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004. Acesso em: 22 mar. 2017.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil: Império: A Corte a Modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALLPORT, G. W. (1954). **The nature of prejudice** (3a ed.). Wokingham: Addison Wesley.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Kalunga-Liberdade e Cidadania.** In: *REVISTA do ICHL*. Vol. 4 nº2.Goiânia-GO: Universidade Federal de Goiás. Jul/Dez 1984.
- BAIROS, L. **Lembrando Lélia Gonzalez.** Geledés, 2009. Disponível em: . Acesso em: 27 jan. 2018.
- BARBOSA, Paulo Corrêa. **Minas dos Quilombos/** Paulo Corrêa Barbosa, Schuma Schumacher, Caces.-Brasília :MEC/SECAD, 2008.
- BARRETO, Raylane. MESQUITA, Ilka. SANTOS, Laisa. **Historial Oral: Metodologia constitutiva de narrativas históricas.** Revista NUPEM, Campo Mourão. v. 5, n. 8, jan/jun. 2013.
- BARROS, M. **Ensaio fotográficos.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- BARROS, M. M. L. de. **Trajetória dos estudos de velhice no Brasil.** Sociologia, problemas e práticas, n.º 52, 109-132, 2006.

BARROS, M. **Conversas por escrito**: Entrevistas: 1970-1989. In: _____. Gramática Expositiva do chão: poesia quase toda. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 305-343.

BARROS, M. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARSTED, L. L; PITANGUY, J. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Riode Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BERARDINELLI, A. **Da poesia à prosa**. Trad. de M. S. Dias. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

BELLO, Luciane. **Possibilidades de resiliência no estar-sendo negra**: É preciso ter coragem pra ter na pele a cor da noite. 2017. 229 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Acesso em: 03 de julho de 2020.

BOBBIO, Norberto. **O Tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BONI, Valdete. QUARESMA, Silvia Jurema Quaresma. **Aprendendo a entrevistar**: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese, Vol. 2 n.º 1 (3), janeiro/julho, 2005, p. 68-80.

BORGES, G. S. **A formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais**. 2012. 158 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2012.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BLOG DINOMAR MIRANDA. **Projeto da UFG quer estimular o protagonismo feminino em comunidades quilombolas no nordeste de Goiás**. Disponível em: <https://dinomarmiranda.com.br/projeto-da-uft-quer-o-protagonismo-feminino-em-comunidades-quilombolas/> - Acesso em 07 de julho de 2022.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa na educação. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Aprender o amor sobre um afeto que se aprende a viver**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2005.

_____, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985

BRASIL. Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003. **Dispões sobre a Inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira ao currículo escolar**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em 16 jul. 2013, 21:32

BUENO, Alexei (org.). **Antologia pornográfica**: de Gregório de Mattos a Glauco Mattoso. Org. Alexei Bueno. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2004.

CANUTO, Ellen Cristine. A. Silva; SANTOS, G. S. **A Mulher Negra na Sociedade Brasileira**. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 2017, João Pessoa. Anais eletrônicos, IV CONEDU. João Pessoa: Realize, 2017. v. 1. p. 1-11.

CALDWELL, K. L. **Fronteiras da diferença**: raça e mulher no Brasil. Revista de Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. 49-58 p.

_____, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo. Selo Negro, 2011.

_____, S. **Mulheres em movimento**. estudos Avançados, 17(49), 117-132, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

COIMBRA KIRDAR, Uner; SILO, Leonard. **El gran desafío de nuestro tiempo es llevar la gente desde el empobrecimiento al empoderamiento**. Disponível em: www.paho.org/generoysalud. Acesso em: mar. 2004.

COSTA, A. C. G. da C. **Protagonismo Juvenil**: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Empoderamento das mulheres**. Brasília, DF: Inclusão Social, v. 11, n. 2, p. 101-114, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/download/4248/3732>>. Acesso em: 12 de março de 2020.

COLETIVO NARRATIVAS NEGRAS. **Biografias ilustradas de mulheres pretas brasileiras**. Curitiba: Voo, 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo, 2017.

DELGADO, Lucilia. **História Oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. Revista ABHO, n. 6, jun., 2003.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. IN: _____ e col. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

D^oOLIVEIRA, Mariane Camargo; TAVARES, Carla Rosane da Silva. **A invisibilidade das mulheres nas relações sociais**: mitificação dos gêneros. In: XVI Seminário de Ensino, pesquisa e extensão, 2011. Anais [...]. Cruz Alta: Universidade do Desenvolvimento Regional, 2011, p. 1-4.

EAD FREIRIANA. **Curso ‘Paulo Freire e a Educação Popular’**. Cultura educação e universidade. São Paulo. Instituto Paulo Freire, 2021.

EVARISTO, C. **Literatura negra**: uma voz quilombola na literatura brasileira. In: PEREIRA, Edimilson de Almeida (Org.). Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 132- 142.

FERNANDES, M.E. **História de vida**: Dos desafios de sua utilização. Revista Hospitalidade, São Paulo, v. 7, n. 1, p.15-31, jan-jun 2010. Acesso em: 12 set. 2016.

FERREIRA, Marieta Morais. **História do Tempo Presente**: desafios. Cultura Vozes v. 94, n. 3. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini-Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia del racismo**. Tradução do francês para o espanhol de Alfredo Tzveibel. Buenos Aires: Editorial Allamira; Montevideo: Nordan-Comunidad, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal .20 ed.: Rio de Janeiro, J. Olympio; Brasília; FNL, 1986, 573 p., il.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Personalidades negras** – Dandara. 2014. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=33387> - Acesso em: 05 mai., 2021.

GELEDÉS. **A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil**: violências e violações. Geledés, 2016. Disponível em: . Acesso em: 12 abr. 2019.
GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**: Uma Introdução ao Estudo da Mulher Negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes. 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Campinas, SP: Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, p. 333-361, maio/ago. 2011. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 08 de abril de 2020.

_____, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. 2006, vol.14, n.50, pp. 27-38. ISSN 0104-4036.

_____, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época, v.1).

GOMES, F. Palmares: **Escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOMES, F. S.; LAURIANO, J.; SCHWARCZ, L. M. **Enciclopédia negra: biografias afro-brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, N. M.; MUNANGA, K. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982. Acesso em: 05 de junho de 2020.

_____, Lélia. **“Lélia fala de Lélia”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n. 2, 1994.

_____, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

GROSSI, Yonne e FERREIRA, Amauri. **Razão narrativa: significado e memória**. História Oral (4). São Paulo: ABHO, 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. 189 p. (Sociologia e Política) ISBN 85-7115-038-9

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HONNETH, Axel. **“Invisibility: on the epistemology of “recognition”**. Proceedings of the Aristotelian Society, n. 75, p. 1114-126, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249402421_Recognition_Invisibility_On_The_Epistemology_Of_'Recognition'_Axel_Honneth Acesso em: 18 de Dez de 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Trad. Bhuvi Libanio. 5ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias**. In: _____. Brasil em desenvolvimento 2009. Brasília: Ipea, 2009b. v. 3. p. 779-795.

IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes *et al.*- Brasília: Ipea, 2013.

JUNIOR, Mario Martins. **Rasuras e contingências**: (entre) laços do feminismo, do gênero, da memória e da escrita da História, In: Por linhas tortas: Gênero e interdisciplinaridade-I. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

KEIJZER, Benno. “**Los discursos de la educación y participación en salud: de la evangelización sanitaria al empoderamiento**”. In: MINAYO, Maria Cecília. 2005 Kerner, Ina (2012). Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo, *Novos Estudos*, n° 93, julho, p. 45-58. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais**: caminhos para uma pedagogia de luta. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2013.

LANG, A. B. S. G. **História oral**: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: BOM MEIHY (Org.). (Re)introduzindo história oral no Brasil. São Paulo: 1995.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia de Gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMOS, Carolina T. **Religião e patriarcado**: elementos estruturantes das concepções e das relações de gênero. *Caminhos*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 201-217, jul./dez. 2013.

LEON, Magdalena. “**Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder**”. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 191-205, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, José Carlos; Oliveira, João Ferreira de; Thoschi, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: Políticas, Estrutura e Organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LITERAFRO. Conceição Evaristo. **Literafro – o portal da literatura afro-brasileira**, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____, Antonieta de Barros. **Literafro**, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/57-antonieta-de-barros>. Acesso em: 30 abr. 2021.

_____, Carolina Maria de Jesus. **Literafro**, 2020. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em: 30 abr. 2021.

_____, Conceição Evaristo. **Literafro**, 2021. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 14 abr. 2021.

_____, Sueli Carneiro. **Literafro**, 2021. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 11 març.
2021.

_____, Beatriz Nascimento. **Literafro**, 2021. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 21 julho.
2021.

_____, Conceição Evaristo. **Literafro**, 2022. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1426-sueli-carneiro>. Acesso em: 16
dezembro 2022.

LIMA, Jorge de. **Poesia completa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira e VALA, Jorg. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo**. Estudos de Psicologia. 2004, 9(3), 401-411.

LOBO, Anaíra; SILVA, Gabriela Silva. **Mulheres negras e a luta pelo poder**. Blog da Marcha Mundial das Mulheres, 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufersa.edu.br/includere/article/view/6016>

LOPES, Nei. **Novo Dicionário Banto do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012, p. 213; No mesmo sentido: VAINFAS, Ronaldo. op. cit, p. 494-495.

MACHADO, Rita de Cassia Fraga; CASTRO, Amanda Motta. **Direitos das Mulheres no Brasil: Experiências de Norte ao Sul**. Manaus: UEA Edições, 2016.

MAGALHÃES, S. M. O. **Do sagrado ao vivido: a educação do sentimento**. Goiânia: anotações de aula, xerox, 2003.

_____.; SOUZA, R. C. C. de. **Atitude transdisciplinar no contexto da pesquisa educacional**. Conferência Internacional sobre Os Sete Saberes necessários à Educação do Presente. Fortaleza, Ceará, Brasil, 2010.

MARTINS, Vinicius. **Aqultune**, a luz de Palmares. Blog Alma preta, 2017.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. / Regiane Augusto de Mattos. – 2. ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Gregório de. **Obra poética**. Preparação e notas: Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Editora Record, 1992, t. 1.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**. 1ª reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p.335.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Núbia. **O Feminismo Negro Brasileiro: Um Estudo Do Movimento De Mulheres Negras No Rio De Janeiro E São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paula, p. 120. 2007.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In. OLIVEIRA, I. de. (Org.). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: Ed. UFF, 2003. pp.

NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual:

Possibilidades nos dias da destruição. Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: RATTTS, A. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto KUANZA, Imprensa Oficial, 2006.

NASCIMENTO, K. A.; BENATTI, A. R. “Maria”: **A representação da mulher negra e do racismo no conto de Conceição Evaristo.** Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade, Igarapé, v. 13, n. 1, p. 38-65, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/5161>. Acesso em: 24 abr. 2021.

NEPOMUCENO, Bebel. **Mulheres negras: protagonismo ignorado.** In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Nogueira Vanusa. **Histórias Ressignificadas Entre Glorinha Fulustreka e mulheres Kalunga do Riachão.** Dissertação de Mestrado Interdisciplinar em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

NUNES, G. H. L. **Mulheres negras em seus protagonismos: paradoxos em relação ao gênero.** Artigo apresentado Doutora em Educação pela UFRGS e professora adjunta do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação/ UFPEL- Universidade Federal de Pelotas 2018.

OLIVEIRA, R. C. S. Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa. 1998, 635 f. **Tese** (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha, 1998.

OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **Extensão Universitária: perspectiva e ações para a terceira idade.** In: OLIVEIRA, R. C. S.; SCORTEGAGNA, P. A. Universidade aberta para a terceira idade: o idoso como protagonista na extensão universitária. Ponta Grossa: editora UEPG, 2015, p. 21-38.

OLIVEIRA, Joana D’Arc de. **Da senzala pra onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos, SP, (1880-1910).** Tese (doutorado) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, USP São Carlos, 2015.

ORÍÁ, R. **Memória e ensino de história**. In: BITTENCURT, C. (Org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1997.

PALMEIRA, F. S; SOUZA, F. S.. **Representações de Gênero e Afrodescendência na obra de Conceição Evaristo**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 4., 2008, Salvador, Anais... Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2008.

PANTOJA, S. Vem que tem. **Revista de História da Biblioteca Nacional** (online), edição 38. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2076>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PAPALI, Maria Aparecida. **Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume, 2003.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 18, 1989. p. 9-18.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do indizível ao dizível**. Experimentos Com Histórias de Vida: Italia-Brasil. Tradução. São Paulo: Vertice/Ed Revista dos Tribunais, 1988.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, (1991). **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. Biblioteca básica de Ciências Sociais. Série 2. Textos, v.7.

PRIORE, Mary Dell. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Ed. UnB, 1993.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Olympio, 1993.

_____. **Festas e utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

_____. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000^a.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex & RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

REAL, Rosolindo. **Ser Kalunga: Entre a Modernidade e a Tradição**. Tese de Doutorado em Educação. Goiânia, Universidade Federal de Goiás-UFG, Goiânia-Goiás, 2018.

REDE BRASIL ATUAL. **Índice de feminicídio aumenta em 2020**, e mulheres negras são as principais vítimas. 17 set. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/femicidio-2020-mulheres-negras/> Acesso em: 21 abr. 2021

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.: il.

REZZUTTI, P. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

RIBEIRO, D. **Feminismo negro**: para além de um discurso identitário. Cult, 2017. Disponível em: . Acesso em: 1 out. 2018.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: Professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis/SC: Cais, 2021.

RIBEIRO, Esmeralda; BARBOSA, Márcio. **Cadernos Negros 7**. São Paulo: Quilombo hoje, 1984.

RIBEIRO, Paulo Silvino. "**O papel da mulher na sociedade**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-papel-mulher-na-sociedade.htm>. Acesso em 07 de julho de 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANDERBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista**. In: SANTOS, Dayse Amâncio dos; CARDOSO, Maria Grazia Cribari; SCOTT, Parry. (Org.). **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento: algumas leituras fundamentais**. 1. ed. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, p. 47-60, 2017. 113p. Disponível em:

<<https://www.ufpe.br/documents/1016303/2003345/Feminismo%2C+Diferenc%C2%B8as+e+Desigualdades+nas+Poli%C2%B4ticas+Pu%C2%B4blicas+e+Desenvolvim+ento/3e1da161-b833-465e-8df5-6193b1e7efa2>>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

SANDERBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista**. In: SANTOS, Dayse Amâncio dos; CARDOSO, Maria Grazia Cribari; 2017.

SANTOS, J. R. dos. **Carolina Maria de Jesus**: uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil**. In: Revista de Pesquisas e Debates em Ciências Sociais: Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALVATICI, Sílvia. **Memória e gênero**: reflexões sobre história oral de mulheres. Revista de História Oral, v. 8, n.1, p.29-42, jan./jun. 2005.

SANTOS, W. C. da S. **A mulher negra brasileira**. Revista África e Africanidades, nº5, mai.2009. Disponível em:<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/A_mulher_negra_brasileira.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2016

SANTOS, Minnie. **Conheça Aqualtune avó de Zumbi dos Palmares**. Edital equidade racial, 2016.

SANTOS, G. L. and CHAVES, A. M. **Ser quilombola**: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. Estud. psicol. (Campinas) [online]. 2007, vol.24, n.3, pp. 353-361. ISSN 0103-166X.

SCOTT, A. S. **O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares**. In: Nova História das Mulheres no Brasil. PINSKY, C. B.; PRADO, J. M. São Paulo: Contexto, 2013. Secretaria da previdência. Trabalho: pesquisa aponta diagnósticos sobre as mulheres no mercado de trabalho. Ministério da Fazenda. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/ptbr/assuntos/noticias/previdencia/institucional/trabalhopesquisa-aponta-diagnostico-sobre-as-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. 2016. Acesso em: 01 out. 2020 às 08:45.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais**, 17 p., 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SHOHAT, E.; STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**: multiculturalismo e representação. Tradução Marcos Soares. São Paulo: CosacNaif, 2006.

SILVA, G. C. C. da et al. **A mulher e sua posição na sociedade**: da antiguidade aos dias atuais. Revista da SBPH, Rio de Janeiro, 2005. p. 71

SILVA, Maria Aparecida Lima. SOARES, Rafael Lima Silva. **Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia**. Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno Temático: Educação e Africanidades. Nº 4. p. 99-115. Novembro de 2011.

SILVEIRA, D. T., & CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora: UFRGS 2009.

SOUZA, D. P.; CARARO, A. **Extraordinárias**: mulheres que revolucionaram o Brasil. São Paulo: Seguinte, 2017.

SOUSA, Viviane. **Dandaras do sertão**: percebendo a luta e a vida das mulheres quilombolas que resistem, 2016. Disponível em:<<http://www.engacom.br/anais/GT/GT%209.../Viviane%20Sousa%20..docx>> Acesso em: 8 mar. 2018.

TAVEIRA, Ana Celuta Fulgêncio. **Comunidade Remanescente de Quilombo Kalunga**: direito à educação como expressão de cidadania no ensino fundamental. Tese de Doutorado em Educação. Goiânia, Pontifícia Universidade Católica-PUC, Goiânia-GO: 2013.

TEDESCHI, L. Antônio. **O fazer histórico e a invisibilidade da mulher**. OPSIS, v. 7, n. 9, p. 329-339, jul/dez. 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999
Tuya Kalunga: Mulheres negras produzindo moda-postado em 22 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gsQ2plVKkNg> .

VASCONCELOS, Eymar M. **“Reinvenção da cidadania: empowerment no campo da saúde mental”**. In: AMARANTE, Paulo (Org.). Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. p. 169-194.

VERÍSSIMO, Silvana. **Mulheres negras brasileiras o passar do tempo, da barbárie da escravidão a atoras sociais**. Florianópolis: Editora Fazendo Gênero, 2008.

VAZ, Paulo e Cissa. **Heranças Bantos**. Salvador, 1996. Xerocopiado. 1 p.

VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. **Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia**. História Oral, Vol. 15, Nº 2, p. 125-139, jul.-dez. 2012.

WEBER, Max. **Sociologia da dominação**. In: WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!** Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema (Org.). Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Criola. Fundação Heinrich Böll, 2012.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

CARTA DE ANUÊNCIA DA LIDER DA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Para Lourdes Fernandes de Souza, membro da Associação Quilombo Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás

Assunto: Solicitação de anuência para realização de pesquisa em área quilombola

Prezada senhora:

Vimos por meio deste, solicitar a vossa senhoria anuência para entrar na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre para a realização de entrevistas, etapa do projeto de pesquisa intitulado “**Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás**”.

Esta pesquisa será de grande relevância para a comunidade Kalunga, tendo em vista que será registrado a história da trajetória de vida das mulheres remanescentes de quilombos não pode ficar apenas nas memórias, pois a meu ver têm muito a ensinar sobre modos de vida, de fé e de relação comunitária, e que sem dúvida amplia e ressignifica a imagem e percepção do que é “Ser Kalunga”. Além disso, contribuirá para fortalecer a identidade das mulheres negras quilombolas, da comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se Vossa Senhoria autorizar a minha entrada na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas ficará com a vossa senhoria e a outra ficará com a pesquisadora. As dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail (ivonexavier84@hotmail.com) e através do contato (62) 998418519, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre pesquisa, vossa senhoria também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

Comprometo-me a respeitar todos os participantes da pesquisa, utilizarei os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referido e, ainda, a publicarei os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Informações sobre a pesquisa:

Título da pesquisa: Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás.

Pesquisadora: Ivone Xavier Mendes.

Orientadora: Solange Martins Oliveira Magalhães

Vínculo da pesquisa: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás.

Estou de acordo:



Lourdes Fernandes de Souza

Aguardamos vosso pronunciamento, antecipamos os agradecimentos e nos colocamos à disposição para elucidar as dúvidas.

Goiânia, 03 de Outubro de 2022

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Meu nome é **Ivone Xavier Mendes**, sou pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail (ivonexavier84@hotmail.com) e, através do contato ((62) 998418519), inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, sob a perspectiva de suas lideranças. Você será ouvida, por meio de uma conversa descontraída e para isso deverá reservar um período de 02 dias. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Prometo expor os riscos mínimos conhecidos, tendo em vista que toda pesquisa pode oferecer riscos, por isso, não se deve afirmar nos documentos que a “pesquisa não oferece riscos aos participantes, tais como o cansaço para executar as atividades propostas pela pesquisa, constrangimento e riscos emocionais, como os potenciais, individuais ou coletivos, comprometo que a pesquisa trará grandes benefícios (valorização da identidade da mulher Kalunga e incentivar o empoderamento feminino na comunidade). Prometo que a pesquisa não será desgastante e oferecerá o mínimo de danos e riscos, pois será respeitado o limite de cada uma.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da pesquisa é necessário o seu consentimento

para utilização de um gravado, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado "Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **IVONE XAVIER MENDES** sobre a pesquisa, os procedimentos

e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, 23 de Setembro de 2022

[Redacted signature]

Assinatura por extenso do(a) participante

[Redacted signature]

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Meu nome é **Ivone Xavier Mendes**, sou pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail (ivonexavier84@hotmail.com) e, através do contato ((62) 998418519), inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, sob a perspectiva de suas lideranças. Você será ouvida, por meio de uma conversa descontraída e para isso deverá reservar um período de 02 dias. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Prometo expor os riscos mínimos conhecidos, tendo em vista que toda pesquisa pode oferecer riscos, por isso, não se deve afirmar nos documentos que a “pesquisa não oferece riscos aos participantes, tais como o cansaço para executar as atividades propostas pela pesquisa, constrangimento e riscos emocionais, como os potenciais, individuais ou coletivos, comprometo que a pesquisa trará grandes benefícios (valorização da identidade da mulher Kalunga e incentivar o empoderamento feminino na comunidade). Prometo que a pesquisa não será desgastante e oferecerá o mínimo de danos e riscos, pois será respeitado o limite de cada uma.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da pesquisa é necessário o seu consentimento

para utilização de um gravado , faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Autorizo o uso de minha voz em publicações.
() Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **IVONE XAVIER MENDES** sobre a pesquisa, os procedimentos

e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, 23 de Setembro de 2022.

[Redacted signature]

Assinatura por extenso do(a) participante

[Redacted signature]

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
 FACULDADE EM EDUCAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Meu nome é **Ivone Xavier Mendes**, sou pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail (ivonexavier84@hotmail.com) e, através do contato (62) 998418519, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, sob a perspectiva de suas lideranças. Você será ouvida, por meio de uma conversa descontraída e para isso deverá reservar um período de 02 dias. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Prometo expor os riscos mínimos conhecidos, tendo em vista que toda pesquisa pode oferecer riscos, por isso, não se deve afirmar nos documentos que a “pesquisa não oferece riscos aos participantes, tais como o cansaço para executar as atividades propostas pela pesquisa, constrangimento e riscos emocionais, como os potenciais, individuais ou coletivos, comprometo que a pesquisa trará grandes benefícios (valorização da identidade da mulher Kalunga e incentivar o empoderamento feminino na comunidade).Prometo que a pesquisa não será desgastante e oferecerá o mínimo de danos e riscos, pois será respeitado o limite de cada uma.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificá-lo, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da pesquisa é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

([REDACTED]) Autorizo o uso de minha voz em publicações.
([REDACTED]) Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

([REDACTED]) Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
([REDACTED]) Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

([REDACTED]) Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
([REDACTED]) Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

([REDACTED]) Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
([REDACTED]) Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, [REDACTED] _____
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado "Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **IVONE XAVIER MENDES** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu

consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, 23. de Setembro..... de 2022..

[Redacted signature area]

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Assinatura datiloscópica do participante

[Redacted datiloscoped signature]

Assinatura por extenso do(a) testemunha 1

[Redacted signature area]

Assinatura por extenso do(a) testemunha 2

[Redacted signature area]

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás”. Meu nome é **Ivone Xavier Mendes**, sou pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail (ivonexavier84@hotmail.com) e, através do contato (62) 998418519, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar.

Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, sob a perspectiva de suas lideranças. Você será ouvida, por meio de uma conversa descontraída e para isso deverá reservar um período de 02 dias. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, conforme previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Prometo expor os riscos mínimos conhecidos, tendo em vista que toda pesquisa pode oferecer riscos, por isso, não se deve afirmar nos documentos que a “pesquisa não oferece riscos aos participantes, tais como o cansaço para executar as atividades propostas pela pesquisa, constrangimento e riscos emocionais, como os potenciais, individuais ou coletivos, comprometo que a pesquisa trará grandes benefícios (valorização da identidade da mulher Kalunga e incentivar o empoderamento feminino na comunidade).Prometo que a pesquisa não será desgastante e oferecerá o mínimo de danos e riscos, pois será respeitado o limite de cada uma.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da pesquisa é necessário o seu consentimento para utilização de um gravado, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

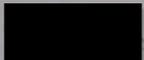
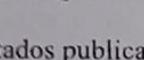
() Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

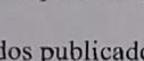
As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições. Pode haver necessidade de utilizarmos sua voz em publicações. Faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Autorizo o uso de minha voz em publicações.
 () Não autorizo o uso de minha voz em publicações.

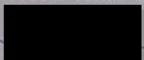
Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
 () Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

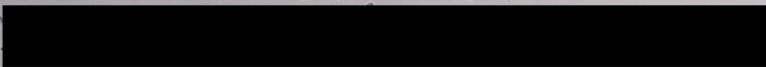
() Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
 () Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver necessidade de dados coletados em pesquisas futuras, desde que seja feita nova avaliação pelo CEP/UFG. Assim, solicito a sua autorização, validando a sua decisão com uma rubrica entre os parênteses abaixo:

() Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
 () Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

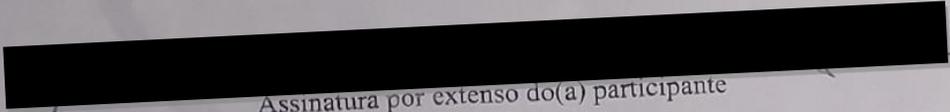
Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,  abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado "Memórias Necessárias: Narrativas e Histórias de Mulheres Negras Quilombolas do Município de Monte Alegre de Goiás". Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) responsável **IVONE XAVIER MENDES** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu

e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, 23 de Setembro de 2022.


Assinatura por extenso do(a) participante


Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIAS NECESSÁRIAS: NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS

Pesquisador: IVONE XAVIER MENDES

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63904722.8.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.786.761

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa MEMÓRIAS NECESSÁRIAS: NARRATIVAS E HISTÓRIAS DE MULHERES NEGRAS QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS foi submetido para apreciação pela pesquisadora Ivone Xavier Mendes, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da UFG. Em resumo, a pesquisadora diz que: "Esta pesquisa assume como objetivo geral identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás, Goiás. Esta pesquisa ancora-se na história de vida de quatro mulheres negras da comunidade Kalunga, que tem militado na luta pelos direitos e equidade no quilombo." Assim sendo, "será realizada a pesquisa qualitativa, o método escolhido é a história oral, pois este tipo de pesquisa privilegia os testemunhos não escritos, dialogando com outras fontes escritas visuais e oficiais. Reconhecendo a grandeza de possibilidades que envolvem a história oral. Mediante isso, acredita-se que a riqueza de utilizar o método da história oral nesta pesquisa se justifica pela importância de conhecer e registrar a trajetória de vida das mulheres emponderadas da comunidade Kalunga, localizada no município de Monte Alegre de Goiás, considerando oralidade, tendo em vista que até o momento há poucos registros destas histórias. Quanto ao tipo de pesquisa, iremos adotar o tipo de pesquisa bibliográfica, a qual irá auxiliar na construção e na melhor definição do objeto de estudo. Metodologicamente, a pesquisa ancora-se na história de vida de quatro mulheres negras da comunidade Kalunga: Procópio dos Santos Rosa, Lourdes Fernandes

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG

CEP: 74.690-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 5.786.761

de Souza, Quita Souza Ribeiro e Maria Helena Serafim, escolhidas por serem reconhecimento símbolos de resistências, lutas e perseveranças na militância pelos direitos e equidade no quilombo." Por fim, a pesquisadora menciona ser necessário "esclarecer alguns pontos importantes da pesquisa: 1. Local: Comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás; 2. Sujeitos: Quatro Mulheres negras quilombolas (amostra); 3. Instrumento: O instrumento que será utilizado é gravação de áudios das memórias e histórias, onde serão realizadas conversas descontraídas sobre história de vida, para que os mesmos sejam transcritas; 4. Coleta de dados: A coleta dos dados será realizada por meio de registros das histórias ouvidas; 5. Registro e análise das memórias: As memórias gravadas serão registradas, analisadas e ressignificadas"

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Identificar e compreender as estratégias de resistências e empoderamento de mulheres negras quilombolas que estão em posição de lideranças, na comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás. **Objetivo Secundário:** 1) Pesquisar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres negras quilombolas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás; 2) Registrar as memórias relacionadas as lutas, conquistas, resistências e anseios das mulheres emponderadas que lutam pela equidade na comunidade remanescente de quilombo, município de Monte Alegre de Goiás; 3) Identificar e compreender o processo social das mulheres negras que lideram na comunidade, bem como as suas estratégias de resistência frente ao preconceito, às desigualdades sociais, sexismo .

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Risco de cansaço para executar as atividades propostas pela pesquisa, constrangimento e riscos emocionais. **Benefícios:** Esta pesquisa será de grande relevância para a comunidade Kalunga, tendo em vista que será registrado a história da trajetória de vida das mulheres remanescentes de quilombos não pode ficar apenas nas memórias, pois ao meu ver têm muito a ensinar sobre modos de vida, de fé e de relação comunitária, e que sem dúvida amplia e ressignifica a imagem e percepção do que é "Ser Kalunga". Além disso, contribuirá para fortalecer a identidade das mulheres negras quilombolas , da comunidade Kalunga, município de Monte Alegre de Goiás.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa importante em face de seu objetivo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Informações básicas do projeto- documento presente; 2. Folha de rosto- documento presente e

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.786.761

assinado; 3. Brochura- documento presente; Cronograma exequível; 4. Termo de compromisso da pesquisadora documento presente e assinado; 5. Termo de compromisso do orientador- documento presente e assinado; 6. Cronograma entregue avulso- presente e exequível- sendo previstas as principais datas de coleta de dados até prestação de contas ao CEP-UFG; 7. Currículo e RG da pesquisadora- documentos presentes; 8. Instrumento de coleta de dados- documento presente; 9. TCLE em número de quatro documentos, constando um para cada entrevistada (amostra)- presente; 10. Termo de anuência presente e assinado.

Recomendações:

As recomendações foram acatadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há inadequações a serem apontadas.

Protocolo está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO. O mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG os relatórios parciais e o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para abril de 2023.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2013599.pdf	25/11/2022 20:38:56		Aceito
Outros	Carta_Respostas_de_Pendencias_Novo.doc	25/11/2022 20:38:29	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Outros	Termo_anuencia_nov.pdf	25/11/2022 20:29:32	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	03/11/2022 09:31:13	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Cronograma	cronograma_execucao.docx	03/11/2022 09:25:07	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Outros	_termodecompromissoorientador.pdf	31/10/2022	IVONE XAVIER	Aceito

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 5.786.761

Outros	_termodecompromissoorientador.pdf	10:02:49	MENDES	Aceito
Outros	_termodecompromissopesquisador.pdf	31/10/2022 10:01:46	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades_quita.doc	01/10/2022 13:23:33	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_humanidades_procopia.doc	01/10/2022 13:23:13	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades_mariahelena.doc	01/10/2022 13:22:53	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Humanidades_lourdes.doc	01/10/2022 13:22:37	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Outros	roteiro_entrevista.pdf	23/09/2022 20:57:31	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Folha de Rosto	_folhaderosto.pdf	23/09/2022 20:49:53	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Outros	RG.pdf	23/09/2022 20:48:43	IVONE XAVIER MENDES	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	09/09/2022 22:43:16	IVONE XAVIER MENDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 30 de Novembro de 2022

Assinado por:
Rosana de Moraes Borges Marques
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110

Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970

UF: GO **Município:** GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

E-mail: cep.prpi@ufg.br